



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

João Pedro Kassab e Silva

UM ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS
DE TURISMO RURAL DE BASE COMUNITÁRIA COM ENFOQUE
NA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO RURAL DE PORTUGAL

Dissertação no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada,
orientada pelo Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto,
coorientada pelo Professor Doutor Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências
e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Março de 2022

João Pedro Kassab e Silva

**UM ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DE
PROGRAMAS DE TURISMO RURAL DE BASE
COMUNITÁRIA COM ENFOQUE NA
SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO RURAL DE
PORTUGAL**

Projeto no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada,
apresentado ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências
e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Orientador: Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto.
Coorientador: Professor Doutor Carlos Augusto Assumpção de
Figueiredo

RESUMO

Com o crescente êxodo rural que vem ocorrendo nas últimas décadas, o interior de Portugal está a ficar cada vez mais despovoado, pondo em risco a sua vitalidade e as suas tradições culturais e o seu património. Os documentos de gestão territorial de Portugal prevêem o desenvolvimento do território rural como forma de mitigar estes impactos. Assumindo que a salvaguarda patrimonial e o desenvolvimento são complementares, este planeamento pode ser visto como oportunidade para salvaguardar o património rural português. É avaliada a viabilidade de utilizar o turismo rural de base comunitária como instrumento de desenvolvimento e de salvaguarda do património rural de Portugal e proposto um roteiro para implantação de programas de turismo de base comunitária, com enfoque no território rural de Portugal e no fortalecimento do seu património.

A investigação desenvolve-se em quatro etapas. A conceptualização dos termos património e turismo de base comunitária; a identificação dos fatores que contribuem para o desenvolvimento rural e a salvaguarda do património com base nos documentos de gestão territorial de Portugal; a elaboração de análises teóricas e empíricas com base em publicações com muitas citações na literatura e na análise de estudos de caso de turismo rural publicados em periódicos internacionais e capítulo de livros relacionados ao turismo; e, por fim, a construção do roteiro fundamentado nas informações levantadas.

Foram identificadas 16 processos fundamentais para o desenvolvimento de programas de turismo de base comunitária e categorizadas 94 mensagens-chave, extraídas dos resultados da análise teórica e empírica. Com estes resultados, foi elaborado o produto final da investigação, o roteiro, que serve de guião para o desenvolvimento de programas de turismo de base comunitária, de maneira que permite perceber, antes de cada tomada de decisão, os possíveis impactos positivos e negativos relacionados a cada ação dentro de cada etapa de desenvolvimento do processo. Ao final, o estudo concluiu que o turismo rural de base comunitária, desde que atendidas determinadas condições, pode contribuir para desenvolver a comunidade local e salvaguardar o seu património.

Palavras-chave: desenvolvimento local, mensagens-chave, impactos do turismo, gestão territorial, turismo base comunitária.

ABSTRACT

Due to the growing rural exodus that has taken place in recent decades, the interior of Portugal is becoming increasingly depopulated, jeopardizing the vitality of its cultural traditions and heritage. Portugal's territorial management documents plan the development of its rural territory as a way of mitigating these impacts. Based on the premise that heritage protection and development are complementary, this planning can be seen as an opportunity to safeguard Portuguese rural heritage.

The feasibility of community-based rural tourism as an instrument for the development and safeguarding of Portugal's rural heritage is evaluated and a script for the implementation of community-based tourism programs is proposed, focusing on the rural territory of Portugal and on strengthening its heritage.

The investigation is developed in four stages. The conceptualization of the terms heritage and community-based tourism; the identification of factors that contribute to rural community development and the safeguarding of heritage based on Portugal's territorial management documents; the elaboration of theoretical and empirical analyzes based on publications with many citations in the literature and the analysis of rural tourism case studies published in international journals and chapter of books related to tourism; and, finally, the construction of the script based on the information gathered.

Sixteen key processes for the development of community-based tourism programs were identified and 94 key messages were categorized within those processes, extracted from the results of the theoretical and empirical literature analysis. With these results, the final product of the investigation was prepared, the script, which serves as a guide for the development of community-based tourism programs, in a way that allows the reader to perceive, before each decision-making, the possible positive and negative impacts related to the to each action within each stage of process development.

In the end, the study concluded that community-based rural tourism, provided certain conditions are met, can contribute to developing the local community and safeguarding its heritage.

Keywords: local development, key messages, tourism impacts, territorial management, community-based tourism.

LISTA DE ABREVIACES

INE - Instituto Nacional de Estatística.

PNPOT - Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território.

TBC - Turismo de base comunitária.

U.E. - União Europeia.

UNESCO - Organizao das Nao Unidas para a Educao, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: vista aerea de Viscri, Roménia	54
Figura 2: população da etnia San, do vilarejo XaiXai	57
Figura 3: foto do interior das cavernas Gcwihaba	59
Figura 4: foto aerea da Ilha de Coron.	60
Figura 5: área exterior das cabanas, Parque Nacional Madidi, Bolívia.	63
Figura 6: alojamentos na Reserva Kapawi, Equador.	65
Figura 7: Posada Amazonas, Peru	66
Figura 8: construção tradicional do vilarejo de Bigodi, Uganda	69
Figura 9: construções na Ilha Taquile, século XXI.	72
Figura 10: Castleton, Hope Valley, Inglaterra.	74
Figura 11: Alojamento Manatee, Gales Point, Belize.	79

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	iii
LISTA DE ABREVIACÕES	v
LISTA DE FIGURAS	vii
ÍNDICE	ix
INTRODUÇÃO	1
1. CONCEITOS	3
1.1 PATRIMÓNIO.....	3
1.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	7
2. METODOLOGIA	11
2.1 1ª ETAPA: DISCUSSÃO DOS CONCEITOS.....	11
2.2 2ª ETAPA: ANÁLISE	12
2.2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O FORTALECIMENTO DO PATRIMÓNIO RURAL DE PORTUGAL	12
2.2.2 ANÁLISE DA LITERATURA TEÓRICA	16
2.2.3 ANÁLISE DA LITERATURA EMPÍRICA.....	16
2.3 3ª ETAPA: A CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO	18
3. ANÁLISE DA LITERATURA TEÓRICA.....	21
4. ANÁLISE DA LITERATURA EMPÍRICA.....	51
4.1. RESUMO DOS ESTUDOS DE CASO QUALIFICADOS.....	54
5. UM ROTEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE TURISMO RURAL DE BASE COMUNITÁRIA.....	81
5.1 IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS MENSAGENS-CHAVE.....	81
5.2 O ROTEIRO.....	86
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	91
APÊNDICES.....	97

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, os dados demográficos relativos ao território português mostram-nos que o país está a ter um número crescente de idosos, um declínio da taxa de natalidade e um balanço negativo entre emigrações (principalmente de jovens) e imigrações (Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020; PNROT, 2019), o que indica que o país tem a população cada vez mais envelhecida. Esta questão é ainda mais preocupante no interior, onde, devido aos desequilíbrios do desenvolvimento territorial e à falta de investimento em políticas públicas, principalmente nas questões relativas a sua eficácia e a sua resiliência (Ferrão, 2011), ocorrem migrações internas para o litoral e para as metrópoles, diminuindo cada vez mais a população residente e pondo em risco a vitalidade das tradições culturais e sociais das comunidades rurais portuguesas.

O agravamento desta situação contribuiu para a fragilização da base económica dos territórios rurais, que se tornou pouco atrativa em termos de emprego e gerou uma grande dependência de transferências sociais públicas por parte dos residentes remanescentes (Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020; PNROT, 2019). Neste sentido, o Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território propõe soluções para diversificar e inovar a base económica existente, adotando medidas para aumentar a população e contribuir para a atratividade local e o desenvolvimento dos territórios rurais, numa lógica de reforço da coesão social e territorial. Algumas destas medidas é propõe a utilização do património rural como recurso endógeno, de forma a atrair investimentos e reforçar a identidade e autoestima locais.

Partindo da premissa que a salvaguarda patrimonial e o desenvolvimento são conceitos complementares, este desenvolvimento planeado para o interior do país pode ser tratado como oportunidade para salvaguardar o património rural português, de forma a aumentar a vitalidade das suas pequenas e médias comunidades e garantir o fortalecimento dos seus costumes e tradições. Entendendo o património como sendo uma construção política e subjetiva que envolve lugares, memórias e identidades, este Projeto de mestrado diverge do “discurso oficial do património”. Este discurso, assim como a maioria das políticas de salvaguarda existentes, prioriza a opinião dos “experts” em detrimento de uma abordagem mais inclusiva e democrática (Smith, 2009), na qual a população participa na determinação e gestão de valores atribuídos. Desta maneira, o

património de Portugal vai além do ambiente urbano, existindo também no mundo rural. Património este que não se resume só à dimensão material remanescente de outras épocas, mas também, acima de tudo, aos processos e performances culturais, cujos valores e vitalidade são testemunhos desta narrativa histórica (Guia de Observação do Património Rural, 2009).

O objeto investigado é o turismo rural de base comunitária, e o objetivo da investigação passa por tentar determinar de que maneira esta modalidade de turismo pode contribuir para o desenvolvimento de pequenas e médias comunidades rurais de Portugal e para a salvaguarda do seu património. Entendido como sendo uma modalidade de turismo onde a os habitantes locais participam, com voz ativa, na definição, execução e gestão do programa, que funciona na comunidade e para a comunidade (Boronyak, L. et al, 2010), este tipo de atividade, se feita de maneira sustentável, tem o potencial para contribuir para a geração de renda complementar e melhoria da qualidade de vida dos habitantes, além de disseminar informação e conhecimento sobre a cultura local.

A metodologia adotada desenvolveu-se em 4 etapas: a conceptualização dos termos património e turismo de base comunitária; a identificação dos fatores que contribuem para o desenvolvimento comunitário rural e a salvaguarda do património com base nos documentos de gestão territorial de Portugal; a elaboração de análises teóricas e empíricas com base em publicações com muitas citações na literatura e na análise de estudos de caso de turismo rural publicados em periódicos internacionais e capítulos de livros relacionados ao turismo; e, por fim, a construção do roteiro fundamentado nas informações levantadas.

Foram indentificados 16 processos para a elaboração de um programa de turismo de base comunitária, onde foram categorizadas 94 mensagens-chave extraídas dos resultados da análise teórica e empírica. Ao fim, foi feito o relato dos impactos e reações que estas mensagens causaram nos estudos de caso qualificados, quando foi possível identificar.

O roteiro construído deve ser visto como ferramenta informativa para ser utilizada durante o planeamento e antes do plano de ação, onde as decisões devem ser tomadas pelo leitor com base na leitura dos impactos causados em outras comunidades, e não ser considerado um guia completo com ações precisas para a elaboração de programas de turismo de base comunitária. Ao final, o estudo concluiu que o turismo rural de base comunitária pode contribuir para desenvolver a comunidade local e salvaguardar o seu património, desde que obedecida uma série de condições. Também foram feitas propostas a metodologia aplicada e sugestões para dar continuidade ao roteiro em próximos trabalhos.

1. CONCEITOS

O património e o turismo de base comunitária são conceitos frequentemente discutidos na literatura, tendo o seu significado e o sentido da relação entre ambos variado, dependendo da natureza do trabalho e da visão dos autores que discutem os dois conceitos. Além disso, há ainda uma diferença em como os pesquisadores e as pessoas envolvidas com estas questões, na prática, abordam os conceitos, designadamente em matéria de definição do que seriam as boas práticas relacionadas com as políticas envolventes. Assim, este capítulo é dedicado à clarificação destes termos, de forma a expor a visão desta tese de mestrado sobre o património e o turismo de base comunitária e como estes devem ser entendidos quando utilizados neste trabalho.

1.1 PATRIMÓNIO

Na segunda metade do século XIX, devido ao desenvolvimento acelerado e ao crescimento da preocupação dos países com a formação de uma identidade nacional sólida e compartilhada pelos seus cidadãos, começou-se a discutir o património como sendo um fenómeno urbano, estando inevitavelmente ligado as estruturas materiais do passado (Waterton e Smith, 2009). Esta discussão é baseada no discurso de que o património consiste em bens materiais de épocas antigas que devem ser preservados pela geração atual para serem passados para as gerações futuras, com o intuito de criar e fortalecer a identidade nacional, o que é chamado por Smith (2006) de “discurso oficial do património”.

Com esta visão crescendo e difundindo-se cada vez mais na sociedade, o património tornou-se algo intimamente ligado as construções físicas, em especial as monumentais, artísticas e esteticamente agradáveis. Isto fez com que os “experts” (principalmente arquitetos, arqueólogos e historiadores), por sua habilidade de reivindicar a especialização profissional sobre a cultura material, reclamassem a autoria, e

posteriormente a hegemonia, sobre as questões do património (Smith, 2006; Waterton e Smith, 2009). No início do século XXI, com este discurso oficial já legalizado e difundido nas políticas públicas e tratados sobre o património, esta conceção tornou-se “senso comum”, sendo pouco debatida. Desta maneira, como Smith (2006) expõe, outras ideias e visões sobre o património, em especial a das minorias e não ocidentais, foram constantemente deslegitimadas ou desencorajadas, fazendo com que o património perdesse a capacidade de se adaptar e se reinventar conforme o tempo e a sociedade.

Tal questão foi impactante para o mundo rural, cujo património era restringido somente aos edifícios associados à exploração agrícola. Desconsiderava-se o património natural e uma diversidade de processos e performances culturais, cujos valores e vitalidade são testemunhos das relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território no qual se inseria (Guia de Observação do Património Rural, 2009). Com isto, tal património vivo não teve o mesmo tratamento das edificações classificadas em questões de investimento, valorização e salvaguarda, o que contribuiu para impactar a autoestima dos habitantes destas comunidades e para a degradação de parte destes bens e processos culturais.

Com a repercussão das críticas sobre a falta de participação e da opinião do público na definição e manutenção do património, algumas políticas e documentos patrimoniais mais recentes – como por exemplo o English Heritage – tentaram incorporar uma visão cultural e social que envolvesse mais os cidadãos e que fosse capaz de promover a inclusão, flexibilizando as lógicas restritivas. Isto resultou na criação de mais categorias patrimoniais que incluem a classificação de bens imateriais, como movimentos culturais e sociais. Seguindo esta lógica, os bens (materiais, naturais ou imateriais) que tenham valor como processo social e cultural, ou que façam parte significativa da história da comunidade em que estão inseridos, passam a ter valor patrimonial e passam a estar visíveis aos olhos daqueles que os indicam para serem classificados, o que muitas vezes se configura em mais notabilidade e investimento na sua salvaguarda e fortalecimento.

Outro elemento que ganhou destaque, como apontam Carvalho e Marques (2019), foi o conceito de paisagem cultural. O conceito parte do princípio de que (grosso modo) o homem, por influência do tempo e do meio, altera a paisagem que vive com base na cultura, resultando numa paisagem cultural. O património começou a caminhar por um percurso cada vez menos estático, o que dificultou a sua classificação estanque em documentos de gestão e classificação patrimonial. Entrando no século XXI, a globalização e as ameaças que esta traz consigo para a identidade dos países fez com que se consolidasse o interesse pela paisagem como património cultural (Carvalho e Marques, 2019). Também neste século, o contínuo esvaziamento do interior de Portugal refletiu-se em transformações na

sua paisagem, cujo equilíbrio entre ações humanas, tempo, cultura e ambiente foi rompido, resultando em apenas resquícios de padrões espaciais e eventuais patrimónios materiais (Carvalho e Marques). Com isso, percebe-se que o património é feito de pessoas. E que, sem ação ou desenvolvimento humano, não há transmissão de saberes, valorização de bens materiais ou propagação de tradições culturais. Como apontam Carvalho e Marques (2019), o futuro das paisagens culturais (e aqui pode-se dizer do património em geral), deve garantir o seu contributo e especificidade nos âmbitos sociais, económico, ambiental e cultural, não só para as comunidades locais como também para a diversidade global.

Se apoiando na perspectiva de Smith (2006), reforçada pela obra de Waterton e Smith (2009), este trabalho trata o património como sendo um processo cultural, onde a identificação dos bens patrimoniais deve ser feita com base na atribuição de valores, partindo de uma comunicação, negociação e mediação entre a população. Ou seja, é necessário que haja um processo de troca em torno de narrativas históricas e memórias coletivas, principalmente entre aqueles que têm contacto direto e que estão interessados no património. Este processo cultural não se configura somente em tradições sociais, bens materiais e ambiente natural, mas também se reflete e regista na paisagem do ambiente vivido. Desta maneira é possível entender o “como”, o “porquê” e “o que” é valorizado, e de que forma podemos contribuir para a sua salvaguarda e o seu fortalecimento sem interferir no valor do património como componente da identidade local. O património está relacionado com a projeção no presente daquilo que foi feito ao longo dos anos e não somente com os bens materiais resultantes deste processo. Em outras palavras, a falta de monumentos ou de bens materiais distintos não significa, necessariamente, a ausência de património, sendo que os elementos ligados à vida coletiva, que moldam a cultura da comunidade, como os seus costumes, festas, músicas e a própria paisagem se tornam importantes patrimónios que conferem identidade à região (Guia de Observação do Património Rural, 2009).

Com isso, não é exagero afirmar que todas as comunidades têm o seu próprio património, e que este pode contribuir como sendo um recurso para o desenvolvimento local, principalmente em comunidades rurais, tanto na melhoria da autoestima da população – o que contribui para evitar o esvaziamento demográfico e também para a manutenção dos costumes da sociedade – como também para a atração de investimentos, visibilidade e para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Como Smith (2006) ressalta, o património existe ao longo da história passando por adaptações, reinvenções, mutações e dinâmicas que vivenciamos constantemente dentro da sociedade e, por isso, sua salvaguarda só pode ser alcançada dentro de uma perspectiva de desenvolvimento.

Assim, como está escrito no Guia de Observação do Património Rural (2009), pode-se dizer que o fortalecimento do património só pode ocorrer dentro duma ótica do interesse coletivo. A partir de negociações frequentes dentro da comunidade, em debates culturais e sociais, é possível compreender o que significa ser membro de um determinado coletivo, assim como o senso de pertença que o permeia, o que possibilita a identificação do património local e a sua conversão em recursos de interesse da comunidade. Além disso, o património como recurso de desenvolvimento contribui para fortalecer a sua resiliência e para a sua adaptação às evoluções e dinâmicas da sociedade. Isto, se feito de forma democrática, contribui para a manutenção do valor patrimonial como fator de identidade local, ao mesmo tempo que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a atratividade da comunidade (Waterton e Smith, 2009).

É importante ressaltar que o sistema de classificação patrimonial, tal como existe, continua a ser fruto do “discurso oficial do património”, dado que a classificação e identificação destes bens ainda é feita de forma “top-down”. Por regra, a última a palavra resulta da visão dos experts, e não da comunidade que valoriza determinado bem (Smith, 2006). Assim, apesar de o património ter potencial, como motor de desenvolvimento, para influenciar e impactar positivamente as comunidades locais (em especial as rurais), deve-se sempre almejar a participação pública e comunitária na identificação, manutenção e administração do património, visto que, sem nenhuma forma de negociação e entendimento sobre como definir e administrar os valores locais entre as partes, a classificação de um bem pode não ser mais que um mero gesto político. Se tal processo for feito em conjunto com a população local, esta dinâmica de classificação “top-down” deixaria de ocorrer ou de ser predominante, convertendo o património em tudo aquilo que é valorizado e que reflete o conhecimento, as crenças, as tradições e a cultura das comunidades. Estas, em defesa dos seus interesses, darão importância e salvaguardarão estes bens porque valorizam o seu uso e o seu ethos, e não porque são uma imposição de algum documento ou política pública.

O património é feito de pessoas para as pessoas e a participação comunitária na sua gestão, administração e identificação é determinante para definir se este será convertido em recurso de desenvolvimento sustentável de valor local ou produto a ser consumido por visitantes, sendo que pode ser as duas coisas de forma sustentada. Num contexto em que os documentos de gestão territorial de Portugal ainda transitam entre o “discurso oficial do património” e uma abordagem mais inclusiva, é importante focarmo-nos no seu “fortalecimento” e não na sua “manutenção” e “preservação”. Assim, como bem define o English Heritage (2008), o património não pode mais ser tratado de forma estagnada ou estática, sendo que sua salvaguarda só pode ser alcançada numa perspetiva

onde ele seja capaz de responder aos anseios e mudanças da sociedade, sem entrar em conflito com o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

1.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária surgiu na década de 1990 como uma alternativa ao turismo de massas, consistindo em interações de pequena escala entre a comunidade e os turistas, sendo particularmente adequado para áreas rurais (Boronyak et al, 2010). É também centrado na premissa de envolver a comunidade local no planeamento e na administração do programa turístico. A sua intenção primária é contribuir para a criação de uma indústria mais sustentável (Hall et al, 2005), onde a experiência da comunidade local é tão importante quanto a experiência dos visitantes (Beeton, 2006).

Ao fazer uma revisão da produção teórica das décadas de 1990 e 2000, Goodwin e Santilli (2009) afirmam ser possível fazer uma identificação comum do conceito na literatura como sendo “um tipo de turismo que pertence e é administrado pelas comunidades, com o objetivo de promover amplos benefícios aos seus habitantes, abrangendo não somente os que participam da atividade, mas todos os que vivem no local”. Apesar disto, o termo ainda é utilizado de forma muito flexível, sem muito rigor teórico, o que faz com que não haja um consenso sobre o seu real significado. Na prática, a expressão é utilizada para descrever, tanto processos turísticos administrados pela comunidade local, como iniciativas conjuntas, ou privadas, que gerem benefícios para os habitantes, o que difere do que é adotado na literatura (Goodwin e Santilli, 2009). Além disso, em diferentes partes do mundo, o TBC é tratado, muitas vezes, como sinónimo de ecoturismo, turismo sustentável e turismo rural. Como destaca Boronyak (2010), isto normalmente acontece devido à semelhança dos seus objetivos, nomeadamente o objetivo principal; ou seja, a importância do planeamento do turismo de forma a salvaguardar o património cultural e natural do destino, ao mesmo tempo que melhora o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade local.

Devido a estas divergências no entendimento do termo, é importante deixar claro qual a definição adotada quando nos referimos a esta atividade e quais os objetivos pretendidos. Assim, mais do que uma modalidade ou do que um sinónimo de um tipo de turismo, este trabalho trata o TBC como sendo uma maneira de se executar e administrar

uma atividade turística que, independente do seu modelo (ecoturismo, turismo rural, turismo de natureza, etc.), deve estar ancorado na participação da comunidade na administração e no desenvolvimento do programa turístico, favorecer os produtores e serviços locais, possibilitar a difusão do conhecimento sobre a cultura e meio ambiente da região, e buscar capacitar a comunidade para gerir e administrar toda, ou parte da, atividade turística de maneira bem sucedida, o que é indispensável para garantir a sua sustentabilidade. Assim, diferente de um processo de desenvolvimento comunitário, o que se pretende prioritariamente não é a transformação da comunidade, – mesmo isto sendo inevitável em pequena escala (Beeton, 2006) – mas sim o fortalecimento das características e potencialidades locais de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da comunidade e a salvaguarda do seu património.

Sendo uma atividade que envolve e depende dos habitantes locais, a própria comunidade terá interesse em saber dos benefícios, custos e o que implica iniciar um projeto de TBC (Beeton, 2006), o que reforça que, mesmo tendo o conceito e os objetivos definidos, é preciso entender os fatores que contribuem para a atividade ser bem sucedida, quais os indicadores para mensurar o seu sucesso, os riscos envolvidos, e se os benefícios buscados são condizentes com o que o turismo de base comunitária pode oferecer. Apesar de o termo ser muito discutido na literatura, identificar estes fatores não é uma tarefa fácil, pois a atratividade e o apelo do tema fazem com que o assunto seja raramente sujeito a revisões críticas e objetivas (Goodwin e Santilli, 2009). A promoção do TBC como sendo um meio de desenvolvimento onde as necessidades ambientais, económicas e sociais são atendidas através do turismo é apelativa aos olhos do público e dos profissionais desta área (Goodwin e Santilli, 2009), o que faz com que a maioria dos artigos escritos ou estudos de caso relatados sejam casos de boas práticas onde estes objetivos são, de certa maneira, atingidos (Gascón, 2013). Devido a isto, e ao facto de que mesmo características positivas podem trazer efeitos negativos em algumas áreas (Beeton, 2006), torna-se difícil mensurar ou quantificar os aspetos positivos do TBC, já que não temos real conhecimento sobre o que e com que frequência a atividade gerou reações indesejadas na comunidade.

Apesar não ser fácil, é possível adotar critérios de observação e análise que nos permitem identificar e mensurar os benefícios do turismo de base comunitária. Segundo Beeton (2006), a formação de uma estratégia para elaboração de um plano turístico consiste em 3 partes: a conceção, a implementação e o monitoramento. Esta última nos permite mesurar os impactos causados pela atividade dentro da comunidade, bem como determinar se as decisões tomadas em conjunto e pelos habitantes da região atingiram os objetivos esperados. Mesmo se todas as decisões do processo forem tomadas democraticamente e com boas intenções, ainda há a possibilidade de ocorrerem mudanças

indesejadas que, sem um monitoramento adequado, só serão percebidas quando o estrago já estiver feito (Beeton, 2006). A mesma autora destaca que só é possível manter o senso de comunidade e as questões que o permeiam (como por exemplo o empoderamento, o senso de pertença, a interdependência entre os habitantes e a presença de valores em comum) se o turismo não for tratado como algo simples, e sim como uma dinâmica complexa cujo entendimento deve resultar de um processo longo de aprendizado e estudo, pré e pós-implantação.

Na mesma linha de raciocínio, Gascón (2013) destaca que o turismo é uma atividade cíclica, ou seja, tem um ciclo de vida definido. Devido a isto, os artigos e avaliações sobre os estudos de caso devem ser feitos de forma periódica pois, mesmo quando há um início muito promissor, a atividade pode se degradar ao longo do tempo e os bons impactos relatados podem ser apenas reflexo do movimento inicial de pico, e não um indicador de sustentabilidade da atividade. Goodwin e Santilli (2009) também destacam que apesar de muitos projetos já terem sido financiados, há uma deficiência no monitoramento, que não é feito de forma abrangente, o que impossibilita quantificar os atuais benefícios para as comunidades locais. Assim, para analisar e quantificar os benefícios do TBC para as comunidades em artigos e casos de boas práticas, é necessário considerar o contexto e o período de tempo em que o trabalho foi escrito, de forma que seja possível identificar se, a médio ou longo prazo, as metas e objetivos traçados pela comunidade local foram atingidas de forma satisfatória.

Como dito acima, o desenvolvimento e a salvaguarda patrimonial são conceitos complementares e o objetivo deste trabalho é salvaguardar o património rural português por meio da promoção do turismo de base comunitária como motor de desenvolvimento local. Levando em conta as considerações e preocupações nos parágrafos anteriores, o turismo ainda é uma importante ferramenta de desenvolvimento comunitário cuja utilização está prevista nos documentos de gestão territorial de Portugal.

O PNPOT (2019) prevê o desenvolvimento de estratégias de valorização económica, de criação de emprego e gestão ativa do património natural, cultural e paisagístico dos territórios, através da articulação entre o investimento público, privado, organizações não lucrativas e dos habitantes das comunidades locais. O Guia de Observação do Património Rural (2009) destaca a importância do turismo no fortalecimento e transmissão dos “saber-fazer” e do património cultural de forma dinâmica, se adaptando à sociedade atual sem a perda do valor como identidade local. Ainda conforme o mesmo documento, as intervenções e o planeamento devem ter a participação dos habitantes junto ao poder público, entendendo que a salvaguarda do património esta diretamente ligada ao espírito participativo da população residente.

Em ambos os casos, uma abordagem de turismo de base comunitária, onde a atividade é tratada como um processo (em conjunto com as comunidades locais e com estudo e monitorização adequada), pode contribuir para atingir estas metas de maneira sustentável e eficiente, bem como entender e avaliar os benefícios e riscos para ações futuras. Como afirma Beeton (2006), as comunidades rurais, em especial as mais pobres, estão sujeitas a mudanças. As áreas urbanas se desenvolvem e terão coisas (materiais e imateriais) inacessíveis ao mundo rural, desta maneira o melhor caminho para o desenvolvimento destes territórios não é a preservação ou estagnação cultural destas comunidades ao privá-las das novidades, e sim trabalhar em conjunto com estas na adaptação dos costumes e cultura local de forma a manter o fator identitário sem comprometer a melhoria da qualidade de vida da população.

É importante destacar que este trabalho não considera que o TBC sozinho seja a solução para os problemas do território rural português ou para a salvaguarda do seu património, mas sim que este, em conjunto com outras estratégias de desenvolvimento regional e local, pode ser uma importante ferramenta para atingir estes objetivos. Como dito anteriormente, o processo turístico é complexo e, se tratado como algo simples ou solução para tudo, pode resultar na objetificação ou turistificação da comunidade (Beeton, 2006), o que leva à sentimentos negativos dos residentes em relação aos turistas, distribuição desigual de renda e de benefícios (Goodwin e Santilli, 2009) e a transformação do património em produto.

A maioria das iniciativas de TBC consideradas um sucesso geralmente ocorrem em áreas com potencial para a atração de visitantes e com conexões com o poder público ou o setor privado (Goodwin e Santilli, 2009). Além disso, a atividade tem maior possibilidade de gerar benefícios quando ligada com o património em rede ou rotas que providenciem experiências aos turistas ao longo de um determinado percurso, partindo da colaboração entre os destinos turísticos próximos e não de uma abordagem competitiva (Beeton, 2006). Em outras palavras, apesar de conceitualmente atrativo, do potencial para a preservação do ambiente natural e da possibilidade de se atingir o desenvolvimento local a partir de uma perspetiva sustentável, o TBC não deixa de ser dependente da infraestrutura da indústria turística (Goodwin e Santilli, 2009). Ainda assim, desde que haja cuidado para que a comunidade esteja sempre empoderada e fazendo parte de todo o processo de maneira significativa, uma abordagem integrada, entre experts, poder público, setor privado e a comunidade local pode contribuir de forma significativa para atingir os objetivos e metas propostas

2. METODOLOGIA

Esta secção do trabalho é dedicada à explicação do método adotado no desenvolvimento do Projeto e as 3 etapas necessárias para a sua construção, destacando a sua relevância e pertinência para o objetivo específico proposto: a criação de um roteiro para a elaboração de programas de turismo de base comunitária com enfoque na salvaguarda do património rural de Portugal.

2.1 1ª ETAPA: DISCUSSÃO DOS CONCEITOS

Consiste na discussão de dois conceitos fundamentais: o património e o turismo de base comunitária. Primeiramente é feito o debate sobre o património, onde busca-se justificar o entendimento do conceito através de uma análise da visão de Smith e Waterton (2006 e 2009) (uma visão mais democrática do que o “discurso oficial do património”), e a sua compatibilidade e pertinência para com os objetivos previstos para a salvaguarda do património rural, presente nos documentos de gestão territorial de Portugal.

Após isto é feita a discussão sobre o turismo de base comunitária, utilizando como principais bases teóricas as visões de Boronyak et al (2010, 174 citações), Beeton (2006, 895 citações), Goodwin e Santilli (2009, 531 citações) e Gascón (2013, 118 citações). Os autores foram escolhidos como referenciais teóricos por teorizarem sobre o conceito de turismo rural de base comunitária e o que este representa (expondo tanto visões positivas como negativas sobre esta modalidade de turismo), por serem frequentemente citados nos artigos e livros mais recentes sobre o tema (número de citações segundo o Google Scholar) e por serem publicações as quais o autor teve acesso. Num primeiro momento é exposto que o significado do conceito e o que configura o seu sucesso não é compreendido da mesma maneira quando comparamos a literatura e a visão de atores que trabalham na prática com esta modalidade. Na sequência é definido o que este trabalho quer dizer quando utiliza o termo turismo de base comunitária. A parte final do subcapítulo consiste na discussão a respeito do TBC como motor de desenvolvimento local as suas possíveis

contribuições para a salvaguarda e fortalecimento do património rural de Portugal, se aplicado de maneira sustentável.

2.2 2ª ETAPA: ANÁLISE

A metodologia adotada na segunda etapa consiste no preenchimento de duas tabelas construídas pelo autor, uma referente à literatura teórica e outra referente a análise de estudos de caso de turismo de base comunitária já executados ou em vigor (**APÊNDICE I**). O objetivo de ambas as tabelas são ajudar a compreender se o turismo de base comunitária tem potencial para influenciar positivamente os fatores identificados que contribuem para a salvaguarda do património rural de Portugal, tanto na teoria como na prática. Ao final deste processo, foi feita uma análise crítica entre os resultados obtidos a partir da análise da literatura teórica e da literatura empírica de forma a levantar informações e guias relevantes para a construção do roteiro.

2.2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O FORTALECIMENTO DO PATRIMÓNIO RURAL DE PORTUGAL

Assumindo que a salvaguarda patrimonial só possa ser atingida a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, as tabelas de análise visaram organizar as informações adquiridas nos trabalhos utilizados como referenciais teóricos e estudos de caso, de forma que fosse possível identificar se o turismo de base comunitária, tanto em teoria como na prática, pode contribuir para uma série de fatores cujos impactos poderiam ser positivos para o desenvolvimento do território rural português e, conseqüentemente, para a salvaguarda do seu património.

Os fatores de contribuição, elemento em comum em ambas as tabelas, foram definidos através de uma análise comparativa entre os objetivos para o desenvolvimento do território rural de Portugal (PNPOT, 2019; Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020 e Guia de Observação do Património Rural, 2009) e os fatores que podem contribuir para o fortalecimento e aumento da resiliência do património e das comunidades rurais, a partir da conceptualização do termo, feita no subcapítulo 2.1 (Smith, 2006; Smith e Waterton, 2009 e English Heritage, 2008). No total foram

identificados 11 fatores, a serem avaliados nos referenciais teóricos e estudos de caso, listados abaixo em negrito:

1. **Aproveitamento sustentável de recursos endógenos.**
2. **Contribuição para a atratividade do território.**
3. **Contribuição para o crescimento demográfico.**
4. **Difusão do conhecimento sobre a cultura local.**
5. **Fortalecimento da identidade local.**
6. **Geração de emprego para os habitantes da comunidade.**
7. **Geração de renda para os habitantes locais**
8. **Reforço da auto-estima.**
9. **Melhoria na governança e na relação com o Governo.**
10. **Recuperação de estruturas degradadas.**
11. **Valorização e proteção do ambiente natural.**

Cada um destes fatores é apresentado e justificado abaixo, em negrito, conforme a análise feita dos documentos de gestão territorial de Portugal, os objetivos para o desenvolvimento do território rural e a conceptualização de património feita no subcapítulo 2.1.

O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (2020) e o Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território (2019) afirmam o **aproveitamento sustentável dos recursos endógenos** como sendo um dos seus principais eixos para o desenvolvimento dos territórios rurais. O território rural português é rico e variado e isto reflete no seu património que, sendo algo valorizado pelos moradores locais, pode ser usado como recurso para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e dos seus habitantes (PNPOT, 2019).

Cada vila, região e aldeia presente no território português é detentora de uma identidade única, que se reflete nos mais variados patrimónios naturais, cultural, social e material (Guia de Observação do Património Rural, 2009). Tendo o património como sendo uma representação simbólica de identidade (Smith, 2006), a atratividade futura de um território depende da perceção do seu valor pelas outras pessoas, de forma que possa captar investimentos que gerem renda e contribuam para a melhoria da qualidade de vida local e o **fortalecimento dessa identidade** coletiva (PNPOT, 2019). Como aponta Smith (2006), este fortalecimento deve, inevitavelmente, estar ligado ao senso de história, memória, e cultura, que nos representam como indivíduos, comunidade e nação.

O modo como a memória é propagada e comemorada também é de extrema relevância para o desenvolvimento de pequenos e médios povoados (Smith, 2006), sendo

que a **promoção de conhecimento sobre a cultura local** não somente assegura a continuidade das suas tradições como também contribui para a sua salvaguarda. As festas, feiras, artesanatos, músicas e produções regionais tem papel importante nas pequenas economias rurais, e a difusão de conhecimento sobre estas práticas contribuem para a valorização das mesmas e para a chamar a atenção de possíveis visitantes e consumidores.

Além disso, a promoção do conhecimento e valorização das tradições passadas contribui para o **reforço da autoestima** dos habitantes, o que, conseqüentemente, faz com que o património se torne algo vivo, dinâmico, acessível e interaja com a população (Guia de Observação do Património Rural, 2009). Esta troca ou negociação entre as pessoas é uma tarefa indispensável para a manutenção dos equilíbrios ecológicos, para a preservação da autoestima e para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades rurais (Guia de Observação do Património Rural, 2009; PNPOT, 2019; Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020). Nesta ótica, o crescimento das atividades e serviços locais, e o incentivo a outras atividades do setor secundário e terciário, como as turísticas e de lazer, podem contribuir para o aumento de riqueza e a **geração de emprego**, que são de fundamental importância para evitar emigrações e dar oportunidade aos mais jovens (Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020).

Estas intervenções ao nível do crescimento e da diversificação das atividades locais, de turismo e de lazer valorizam o património como riqueza potencial e configuram uma importante etapa na utilização sustentável de recursos locais como forma de desenvolvimento sustentável comunitário (Guia de Observação do Património rural, 2009; Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020). A promoção de dinâmicas económicas mais equilibradas e policêntricas valorizam as complementaridades e realçam a diversidade territorial como um ativo regional (PNPOT, 2019).

Para além do património cultural imaterial, os bens materiais e naturais também são importantes para a utilização sustentável dos recursos endógenos do território, e também devem ser salvaguardados. Portugal é detentor de diversas espécies de fauna e flora, associadas a uma grande variedade de ecossistemas, “habitats” e paisagens, o que torna a **valorização e proteção do ambiente natural** fundamental no âmbito do desenvolvimento sustentável e na preservação do património natural nacional (PNPOT, 2019; Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020).

O Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território (2019) também destaca que o despovoamento, a fragilização demográfica e socioeconómica e a má articulação entre o território rural e as áreas urbanas, gerou a degradação da qualidade de vida e o

abandono de parte do património edificado. Sendo assim, a **recuperação de estruturas degradadas** se torna essencial no âmbito da reabilitação urbana e identitária das comunidades rurais de Portugal (Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020). Cabe deixar claro que isto não implica na restauração ou no jargão “conservar como foi achado” como diz Smith (2006), e sim na reabilitação destas estruturas de forma que as relações sociais dentro do ambiente comunitário possam interagir com o património edificado no sentido de dar continuidade ao seu processo cultural.

Como evidenciado nos objetivos para o desenvolvimento territorial, baseados nos instrumentos de gestão territorial de Portugal, é de interesse público a salvaguarda do património rural que a participação comunitária esteja presente nesse processo. Para isso, a **melhoria na governança e da relação com o Governo** é indispensável para o bom relacionamento com as populações locais e, conseqüentemente, para a elaboração de políticas de gestão, salvaguarda e valorização patrimonial mais eficazes (PNPOT, 2019). Desta maneira, como prevê o Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território, é possível obter uma abordagem integrada da gestão do património, com base em parcerias e redes colaborativas, suportadas numa gestão partilhada que resulte no aproveitamento sustentável do património existente. Como consequência direta da participação local na administração e identificação do património, espera-se que a sua salvaguarda passe a ser feita por interesse da população, de forma “bottom up”, e não por determinação de um sistema pré-definido de génese “top-down”.

Outro benefício da cooperação das entidades públicas, privadas e das comunidades na proteção na dinamização do património cultural, natural e material é o aumento do acesso e do usufruto patrimonial, o que configura como sendo um importante **contributo para a atratividade local** (PNPOT, 2019). A melhoria das condições oferecidas a população em geral, em especial aos habitantes locais, resulta no aumento do grau de atratividade da região, que pode atrair investimentos, novos moradores, **geração de renda** e melhorar os serviços básicos e a qualidade de vida da comunidade (Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, 2020; PNPOT, 2019).

Por fim, tendo a noção de que o património é feito de pessoas e que sem estas ele não existe, busca-se atrair novos residentes e consolidar a população local no território, de forma que passe a existir um **crescimento demográfico** ao invés da retração existente até o momento. O aumento das sinergias e da capacidade de cooperação entre municípios tem um papel de destaque no sucesso das estratégias de desenvolvimento territorial e atração de novos residentes (PNPOT, 2019). Como é destacado no Guia de Observação do Património Rural (2009), no quadro da lógica de atratividade, o património é um fator

que dinamiza a relação entre território e população, contribuindo para a salvaguarda do mesmo e para a requalificação dos territórios rurais.

2.2.2 ANÁLISE DA LITERATURA TEÓRICA

A análise da literatura teórica consistiu no preenchimento da primeira tabela (**APÊNDICE I**), onde o objetivo foi averiguar, na teoria, se o turismo de base comunitária, conforme descrito nos trabalhos de Boronyak et al (2010), Beeton (2006), Goodwin e Santilli (2009) e Gascón (2013), pode contribuir positivamente ou não para os 11 fatores identificados no subcapítulo anterior. Para cada fator foi demarcado uma das 3 opções: “positivo”, “NA” ou “negativo”.

A demarcação “positivo” implica que o trabalho em análise considera que o TBC pode contribuir positivamente para determinado fator, já o “negativo” representa que o autor considera que esta modalidade de turismo causa impactos negativos para o determinado aspeto e a opção “NA” foi marcada quando o autor do referencial teórico não mencionou nenhuma contribuição ou impacto. Ao fim foi somado a frequência de cada uma das anotações, e buscou-se, por meio de uma análise crítica dos trabalhos, identificar quais são os pontos comuns positivos ou negativos compartilhados e o porquê de cada um deles.

Para justificar o que foi anotado na tabela foram feitas citações diretas dos trabalhos analisados para cada um dos 11 fatores, para evidenciar, antes da discussão, parte do porquê foi considerado que cada um dos autores tem a visão demarcada na tabela. Assim como na primeira etapa, os referenciais teóricos foram escolhidos por serem trabalhos que discutem o conceito de turismo rural de base comunitária e o que este representa (expondo tanto visões positivas como negativas sobre esta modalidade de turismo), por serem frequentemente citados na literatura sobre o tema, por serem publicações as quais o autor teve acesso e por terem sido utilizados na conceptualização dos conceitos deste Projeto.

2.2.3 ANÁLISE DA LITERATURA EMPÍRICA

A análise da literatura empírica consistiu no preenchimento da segunda tabela (**APÊNDICE I**), onde o objetivo é averiguar se o turismo de base comunitária, em documentos relatando estudos de caso de programas de turismo já realizados ou ainda em vigor, contribuiu ou não para os fatores identificados no subcapítulo 3.2.1. O preenchimento desta tabela se deu de forma individual e, para cada estudo de caso qualificado, foi identificado se o turismo de base comunitária influenciou de alguma maneira os fatores em questão e se o impacto desta ação na comunidade foi positivo ou negativo.

Na primeira parte é marcado um “X” em uma das opções, sim ou não, indicando quando houve a presença do fator analisado no caso de estudo. Na segunda parte o “X” é anotado de forma a indicar se o fator em questão teve impactos positivos ou negativos, caso seja possível definir com base no artigo analisado. Caso não haja relatos da presença do fator no caso de estudo, a linha inteira é demarcada com o símbolo “-”. Por fim, foi feito um resumo (individual) de todos os documentos que relataram estudos de caso qualificados, de modo a identificar características e problemas em comum aos programas de TBC analisados e que pudessem contribuir para o desenvolvimento do roteiro.

Para a seleção dos trabalhos para a análise da literatura empírica, foi feita uma revisão de todas as publicações de 14 periódicos científicos, que o autor teve acesso, com temas relacionados ao turismo, meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, entre os anos de 1995 até 2020, todos com alta qualificação (Q1 ou Q2) conforme o indicador de classificação de periódicos do SCImago. Também foram analisados artigos de 2 livros de coletâneas: *Tourism and Sustainable Community Development* (Hall, D. e Richards, G., 2000) e *Performing Cultural Tourism: Communities, Tourists and Creative Practices*. (Carson, S. e Pennings, M., 2017).

Primeiramente foi feita uma pré-seleção, com base na leitura dos resumos dos artigos, para identificar apenas os que tinham como foco um ou mais estudos de caso de turismo numa comunidade, ou região específica em território rural. Após isto, foi realizada uma revisão sistemática destas obras pré-selecionadas, buscando identificar as que atendiam aos 3 critérios definidos que precisam ser atendidos pelos documentos a serem utilizados como estudos de caso neste Projeto, listados abaixo:

- 1. Participação Comunitária:** como definido no subcapítulo 2.2, o turismo de base comunitária consiste numa maneira de se executar e administrar uma atividade turística em que, independente do seu modelo (ecoturismo, turismo rural, turismo de natureza, etc.), deve-se ter a participação da comunidade em todas as etapas do processo (em especial na administração e no desenvolvimento do plano turístico), e que possibilite a capacitação da comunidade para gerir e administrar a toda ou parte da atividade turística de maneira bem sucedida. Desta maneira, só serão analisados estudos de caso onde se tenha havido participação dos habitantes locais no desenvolvimento e administração do projeto, além de todo ou ao menos parte do empreendimento pertencer à comunidade.
- 2. Contexto:** como este trabalho está voltado para o território rural de Portugal, o contexto do caso de estudo analisado deverá se assemelhar, de alguma forma às características do território rural português. Apesar de Portugal rural ser vasto e conter um património natural e cultural diversificado, não há muitos habitantes nas

suas comunidades, havendo inclusive aldeias com menos de 5 moradores. Isto evidencia a importância da estratégia nacional adotada do património e turismo em rede, onde estas pequenas aldeias podem fazer parte de um todo maior. Contudo, entende-se que há pouquíssimos casos de turismo em comunidades desta dimensão que foram analisados e também não é cabível comparar estudos de caso de locais com elevada demografia ao contexto português. Assim, por oposição à definição do INE que considera a freguesia ou espaço urbano como integrante de uma secção com densidade populacional superior a 500 hab/km² e uma população maior de que 5000 habitantes, só serão analisados estudos de caso localizados em território rural e em comunidades ou redes de comunidades com menos do que 5.000 habitantes.

3. Período de tempo: para evitar que ocorra o problema relatado por Gascón (2013) e Goodwin e Santilli (2009), onde não é possível saber se as análises dos estudos de caso são realmente bem sucedidas ou se são apenas reflexo de um movimento inicial de pico da atividade turística, com exceção dos programas já encerrados, só foram analisados trabalhos científicos sobre estudos de caso que tenham sido realizados após, no mínimo, 5 anos do início das atividades de TBC. Tomando esta atitude buscou-se mitigar o risco de analisar estudos de caso positivos cujo sucesso é reflexo apenas de uma eventual boa fase inicial do programa, e focar-se nos impactos de médio a longo prazo da implantação do turismo de base comunitária nas comunidades relatadas nos estudos de caso.

2.3 3ª ETAPA: A CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO

O modelo padrão do roteiro (**APÊNDICE II**) foi feito em três fases:

1. A identificação dos processos necessários para a elaboração de um programa de TBC (**APÊNDICE III**);
2. A identificação de mensagens-chave (inspirado no trabalho de Boronyak et al, 2010) a serem categorizadas nestes processos;
3. O relato dos impactos e reações que estas mensagens causaram nos estudos de caso qualificados.

A partir da leitura do material selecionado para a análise da literatura teórica, foi possível identificar 16 processos fundamentais para o desenvolvimento de um programa de turismo de base comunitária, representadas graficamente no **APÊNDICE III** e listadas abaixo em negrito:

- 1. Primeiro contacto da comunidade com o turismo;**
- 2. Identificação dos problemas e necessidades locais;**
- 3. Identificação dos potenciais atrativos turísticos;**
- 4. Realização de um estudo sobre a comunidade;**
- 5. Levantamento da legislação e da infraestrutura existente;**
- 6. Participação comunitária;**
- 7. Definição de objetivos e metas;**
- 8. Gestão de expectativas;**
- 9. Planeamento do programa turístico;**
- 10. Capacitação e treinamento dos habitantes;**
- 11. Gestão da relação com agentes externos à comunidade;**
- 12. “Marketing”;**
- 13. Financiamento;**
- 14. Execução do programa turístico;**
- 15. Administração dos benefícios;**
- 16. Monitorização.**

As mensagens-chave dentro destes processos são ações descritas na literatura que levam às boas práticas ou que tenham impacto negativo na comunidade e devam ser tratadas com cautela. As mensagens foram identificadas a partir da discussão feita na análise do material teórico e das informações obtidas na análise da literatura empírica, considerando todos os fatores de contribuição avaliados nas tabelas.

Espera-se que o leitor do roteiro consiga utilizar o material como ferramenta guia para a execução de programas de TBC, de maneira que se possa perceber, antes de cada tomada de decisão, os possíveis impactos positivos e negativos de cada ação dentro de cada etapa do processo turístico, o que terá potencial para contribuir para o sucesso da atividade e, como consequência, para a salvaguarda do património rural português.

3. ANÁLISE DA LITERATURA TEÓRICA

A análise do material teórico foi feita fator por fator, de forma a identificar a opinião de cada autor sobre a questão analisada e fazer uma conclusão crítica sobre as informações levantadas nos 4 trabalhos. Ao fim, este processo resultou no preenchimento da tabela de análise da literatura teórica, ilustrada no **APÊNDICE IV**.

1. Aproveitamento sustentável de recursos endógenos.

“O Ecoturismo de base comunitária são empresas quem pertencem e são administradas pela comunidade. Isto implica que a comunidade está cuidando dos seus recursos através da conservação, de empreendimentos comerciais e do desenvolvimento comunitário, mas nem sempre é o caso. (Beeton, 2006, p. 92, tradução nossa)

“...Mais importante, o turismo de base comunitária não é um produto, mas sim uma maneira de trabalhar com o desenvolvimento e administração do turismo que evidencia as conexões entre a indústria turística e pessoas com baixa renda, buscando ampliar e redistribuir a contribuição do turismo” (Beeton, 2006, p.201, tradução nossa)

No seu trabalho, Beeton (2006) considera que o turismo de base comunitária, quando bem aplicado, consiste precisamente no aproveitamento sustentável dos recursos endógenos do território por parte da comunidade. Apesar disso, a autora realça uma série de preocupações onde o TBC, se feito de forma equivocada, pode resultar no consumo dos recursos da comunidade e não no seu aproveitamento e fortalecimento. A comunidade em si é um recurso para o processo e caso não haja nenhum suporte do Governo local para contribuir com recursos financeiros, educação, infraestrutura e conselhos, pode começar a surgir desconfortos entre os habitantes, o que ira refletir negativamente no programa de TBC.

Outra questão apontada pela autora é que o TBC, se feito em ambiente competitivo e sem suporte educacional sobre a indústria do turismo, pode ir de encontro com a questão do aproveitamento sustentável dos recursos, visto que o turismo envolve o aspeto humano de “querer utilizar os recursos” antes que alguém o faça e de indagar porque sua comunidade deve preservar os recursos se outras não o fazem.

Por fim, Beeton (2006) conclui que apesar de todos os riscos, se o turismo de base comunitária for aplicado e administrado com cuidado, pode ser uma ferramenta muito importante para promover a igualdade social, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento dos recursos locais, dado que estes estariam inseridos dentro de um processo sustentável de TBC, o que diminui o risco de os mesmos serem prejudicados por outros processos também existentes no mundo rural, como a mineração, o desenvolvimento descontrolado da agricultura ou a expansão urbana.

“Os financiadores do programa de turismo devem ter certeza de que a iniciativa irá encontrar um mercado adequado, para assim garantir a estabilidade económica antes de comprometer recursos: fica claro pelos números da média da ocupação que este é o problema principal. Iniciativas que não encontram um nicho de mercado adequado para garantir a sua sustentabilidade também estão a ser financiadas, ter ligações fortes com o mercado consumidor é essencial. Empreendimentos conjuntos com a iniciativa privada é uma maneira de garantir tal conexão. O setor privado também pode prover emprego significativo, uma conservação mais ampla e benefícios comunitários. (Goodwin e Santilli, 2009, p.7, tradução nossa)

Na sua pesquisa, Goodwin e Santilli (2009) confirmam que o turismo de base comunitária pode contribuir para o aproveitamento sustentável de recursos endógenos, mas deixam claro que para isso acontecer, a comunidade deve estar inserida em um meio onde haja fortes ligações com o mercado consumidor, e que os recursos disponibilizados no local como sendo produto do turismo tem que corresponder com este nicho de mercado.

Analisando uma série de estudos de caso, os autores constataram que, muitas vezes, empreendimentos conjuntos entre a comunidade e a iniciativa privada, ou até mesmo investimentos privados por si só, podem trazer mais benefício para o local do que o TBC, devido à ligação do setor privado com o mercado e a possibilidade de financiamento. Por fim, a perspectiva dos autores confirma o benefício do património e turismo em rede para esta modalidade de turismo, visto que há maior colaboração entre

os locais e através de rotas e caminhos turísticos, o que fortalece e foca o produto num nicho de mercado, que deve estar de acordo com o que a comunidade pode oferecer.

“A adoção de boas práticas na realização do turismo de base comunitária contribui para cada um dos “três pilares da sustentabilidade”, proporcionando benefícios sociais, ambientais e económicos.”(Boronyak et al, 2010, p.1, tradução nossa)

“O TBC pode aumentar a sustentabilidade social ao capacitar as comunidades locais para administrar os seus próprios recursos, fornecer empregos significativos e auxiliar na capacitação e preservação cultural. Os benefícios ambientais incluem a geração de renda para as comunidades protegerem ativamente as suas terras da degradação e o aumento dos esforços de conservação para atrair turistas, especialmente no que diz respeito as iniciativas de ecoturismo.”. (Boronyak et al, 2010, p.3, tradução nossa)

“No entanto, há uma série de riscos associados ao desenvolvimento do TBC, particularmente quando é introduzido com o objetivo de providenciar uma “solução rápida” para comunidades sem capacidade para comportar tal atividade ou sem outros meios de subsistência”. (Boronyak et al, 2010, p.3, tradução nossa)

Assim como os autores anteriores, Boronyak (2010) considera que o TBC tem potencial para contribuir para o aproveitamento sustentável de recursos endógenos, sejam estes recursos humanos, naturais ou culturais. Apesar disso, a autora também realça a necessidade de o programa ser elaborado, conceptualizado e administrado junto a comunidade, levando o tempo que for necessário, dado que introduzir um programa de TBC numa área sem recursos ou atrativos turísticos, ou de forma descuidada, como meio de tentar solucionar o problema local de forma imediata, pode resultar em resultados muito prejudiciais à comunidade.

“Os ecossistemas agrícolas são ecossistemas humanizados. Eles requerem o envolvimento humano para a sua manutenção. Reduzir a quantidade de trabalho investido no ecossistema pode perturbar este equilíbrio e causar uma redução na sua capacidade de produção. Isto foi

demonstrado pela necessidade dos camponeses emigrarem temporariamente para equilibrar a sua economia domestica – um fenómeno difundido nas sociedades rurais dos países do sul, desde meados do século. Isto ocorre porque os camponeses, muitas vezes, assumem o trabalho não tradicional, não como uma estratégia inteligente em face à oferta existente, mas sim como resultado de uma necessidade urgente de obter renda extra dentro de um contexto político-económico cada vez mais agressivo para o mundo agrícola e para a economia rural” (Gascón, 2013, p. 10 – 11, tradução nossa)

Para Gascón (2013), mesmo com um bom aproveitamento dos recursos endógenos, os programas turísticos podem causar danos as comunidades rurais. O autor parte do princípio de que estas comunidades têm um ecossistema próprio, e que o trabalho fora da época de plantio e de colheita é tão importante quanto o trabalho nestas épocas, pois age no sentido de organizar e preparar o ambiente para o período produtivo. A necessidade de gerar renda extra faz com que muitas comunidades iniciem programas de turismo e, mesmo que a atividade ocorra apenas nas chamadas épocas não produtivas, ainda há o risco do esforço e energia gastos no turismo prejudicar o trabalho de preparação e organização que deveria ser tradicionalmente feito.

Conclusão: dentro dos 4 trabalhos analisados há 3 que consideram que o turismo de base comunitária, se aplicado de forma cautelosa e visando benefícios a longo prazo, pode aproveitar os recursos endógenos locais de forma sustentável, tanto no âmbito natural e cultural como no âmbito social. Os autores destacam que para isto acontecer deve-se ter atenção a alguns pontos como, por exemplo: a realização de um trabalho educacional na comunidade para introduzir os habitantes locais à indústria turística (tanto para os seus possíveis benefícios como para os seus eventuais riscos); ter uma noção clara dos potenciais turísticos locais e do mercado alvo; os contributos de ter um auxílio externo à comunidade (em especial dos órgãos governamentais) pelo menos para dar início ao processo; o benefício da cooperação com os seus vizinhos em detrimento a competição; e a necessidade da participação dos habitantes da região em todas as decisões e aspetos do programa de TBC.

Por outro lado, Gascón (2013) vai de encontro a esta visão, argumentando que investir numa atividade não tradicional ao território, no caso o turismo, pode gerar distúrbios e desequilibrar o ecossistema que já existe no local, prejudicando as atividades que são realizadas durante o ano nestas comunidades rurais. O autor afirma que investir os

recursos que seriam destinados ao turismo em atividades nas quais os moradores da região já estejam familiarizados pode resultar em melhores benefícios a longo prazo. Desta maneira, após avaliar o trabalho dos 4 autores, pode-se concluir que há fortes indícios de que o TBC pode contribuir para o aproveitamento sustentável de recursos endógenos, mas há de se ter cuidado ao planejar o programa turístico. Também deve ser feita uma análise do funcionamento da comunidade em si, para determinar se esta pode comportar um programa de turismo de base comunitária sem prejudicar as atividades ou o ciclo de trabalho rural tradicional do local.

2. Contribuição para a atratividade do território.

“O turismo é uma ferramenta promocional poderosa, simplesmente por aumentar o conhecimento da sua comunidade no ambiente externo, onde está, o que faz e a quem pertence. A promoção do turismo é abordada a partir de uma perspectiva positiva, destacando os elementos (geralmente agradáveis) de uma comunidade para atrair visitantes.” (Beeton, 2006, p. 122, tradução nossa)

“Consequentemente, o turismo pode promover positivamente uma comunidade para investidores e residentes em potencial, bem como visitantes. No entanto, nem todas as ofertas turísticas atraem o tipo de residente desejado ou refletem a autoimagem da comunidade. Se a organização de “marketing” (geralmente as organizações de “marketing” de destino) se concentrar exclusivamente em atrair visitantes, eles podem simplesmente acabar por divulgar imagens e percepções desatualizadas dessa comunidade.” (Beeton, 2006, p.122, tradução nossa)

Beeton (2006) defende que o turismo é uma ferramenta poderosa para aumentar a atratividade do local, visto que a torna pública e difunde informações sobre a comunidade. A autora realça que se deve ter claro que tipo de turista ou residente quer atrair e que esta decisão deve estar relacionada aos potenciais e características locais, por isso é importante ter um “marketing” focado e responsável durante a elaboração do programa turístico, utilizando informações levantadas pelo Governo local ou trabalhos académicos.

O “marketing” também deve considerar a capacidade local, de forma que este não seja sobrecarregado por turistas ou mais residentes e não prejudique a sua identidade. Um

pont importante destacados pela autora é o facto que a atratividade, para além do “marketing” no desenvolvimento do programa, depende da satisfação dos turistas, que caso tenham uma boa experiência irão indicar o local. Programas de turismo em rede ou rotas também contribuem para reforçar o tipo de visitante ou residente que se deseja atrair, bem como diluir os visitantes entre as várias comunidades através de um sistema de rotatividade, o que pode evitar eventuais sobrecargas num local específico.

Na sua pesquisa, Goodwin e Santilli constatam que o turismo de base comunitária contribui para a atratividade do território, mas põe em causa que, muitas vezes, esta atratividade não é suficiente para tornar o programa economicamente sustentável, ou seja, o número de visitantes não é suficiente para financiar a atividade sem nenhuma doação externa. Os autores também destacam que, em muitos casos, o foco em moradias ou estadias é menos eficiente do que quando se oferecem atividades, e que cada caso deve ser analisado cuidadosamente dentro das peculiaridades e potenciais locais.

“Os padrões de qualidade e controle refletem na experiência total do visitante. Eles podem garantir que os visitantes tenham interações positivas com a comunidade local e recebam uma oferta consistente e atraente. Os controles de qualidade mantêm a reputação de um empreendimento de TBC no mercado, além de atrair e garantir o retorno dos visitantes, bem como gerenciar as expectativas dos turistas.”
(Boronyak et al, 2010, p.36, tradução nossa)

Segundo Boronyak (2010), para além do “marketing”, a comunidade precisa providenciar boas experiências para os turistas, pois a divulgação “boca a boca” é indispensável para atrair novos visitantes, bem como possibilitar o retorno de quem já teve a experiência. A autora também considera que o “marketing”, especialmente na era digital é muito importante para divulgar o TBC e atingir o público alvo desejado. Assim como Beeton (2006), a autora também demonstra preocupação com a competitividade entre destinos turísticos, em especial aqueles gerenciados por grandes operadoras ou atores do setor privado, e aponta que parcerias e colaborações quase sempre podem ser alternativas viáveis para todos.

Com uma visão menos otimista, Gascón (2013) considera que o TBC tem potencial para contribuir para a atratividade do local, porém, muitas vezes, é exatamente isso que gera problemas na comunidade. Ao renegarem gradualmente a atividade tradicional do seu território, os habitantes se iludem pela promessa de muitos visitantes e de renda extra, quando nem sempre a atratividade gerada pelo TBC atinge as expectativas desejadas.

Conclusão: Os 4 trabalhos analisados consideram que o turismo de base comunitária tem potencial para aumentar a atratividade local, mesmo havendo diferenças de opinião sobre se a atratividade gerada é suficiente para justificar o início de um programa de TBC. Em todo caso, é indispensável realizar uma campanha de “marketing” adequada, buscando divulgar o programa turístico e as atividades oferecidas de forma clara, e com um grupo focal de visitantes ou residentes que deseja atrair já definidos. Esta divulgação deve levar em consideração a capacidade local, bem como a dos habitantes de proverem experiências boas aos visitantes, o que evita o colapso das infraestruturas e contribui para a divulgação positiva do programa e para uma experiência positiva dos moradores locais também. Redes e rotas turísticas são importantes aliados quando se planeia um programa de TBC porque contribuem tanto para a divulgação como para o aumento da capacidade, visto que o planeamento pode envolver múltiplas comunidades e não somente uma.

3. Contribuição para o crescimento demográfico.

“Consequentemente, o turismo pode promover positivamente uma comunidade para investidores e residentes em potencial, bem como visitantes. No entanto, nem todas as ofertas turísticas atraem o tipo de residente desejado ou refletem a autoimagem da comunidade. Se a organização de “marketing” (geralmente as organizações de “marketing” de destino) se concentrar exclusivamente em atrair visitantes, eles podem simplesmente acabar por divulgar imagens e 27 percepções desatualizadas dessa comunidade.” (Beeton, 2006, p.122, tradução nossa)

“...isso é também sobre atrair novos residentes (que começam muitas vezes como visitantes) e negócios, bem como aumentar as suas exportações. O turismo pode ser um contribuinte significativo, mas não deve ser tratado como única opção. A forma como a promoção é abordada depende da visão que a comunidade tem para o seu futuro. Se a intenção é ter mais moradores no local, então um dos objetivos do turismo deverá ser criar um ambiente que encoraje o desejo dos visitantes ou outras pessoas de morarem lá. A divulgação pode começar por incentivar a compra de segundas residências, ou residências de “fins de semana”. No entanto, tal mudança pode não contribuir caso a meta seja atrair mais

residentes a tempo integral. Se a visão local for imaginar uma comunidade onde os seus jovens permaneçam para trabalhar, as oportunidades de emprego e treino em habilidades voltadas ao turismo e a sua gestão podem ser o que eles precisam...” (Beeton, 2006, p.122, tradução nossa)

Segundo Beeton (2006), se este for um dos objetivos dos moradores ao desenvolver o programa de turismo de base comunitária, a atividade tem potencial tanto para atrair novos residentes quanto para manter a população jovem no local, através da promoção de emprego e educação a respeito da indústria turística. A autora aponta que, apesar de potencialmente eficaz, o turismo não deve ser a única ferramenta utilizada, caso o objetivo seja repovoar a comunidade, devendo haver outras estratégias e políticas envolvidas. O TBC como estratégia de repovoamento ou aumento demográfico local também contribui para manter o programa fiel à identidade da comunidade visto que, caso queira atrair moradores, os habitantes locais devem pensar num programa que reflita a sua cultura e ambiente, e não somente num empreendimento capaz de gerar renda.

Ainda sobre a questão de atrair novos residentes, Beeton (2006) deixa claro que uma eventual tensão deve ser esperada, já que atrair novos moradores consiste em atrair pessoas com cultura e hábitos diferentes dos moradores locais, mas que com o tempo a comunidade tende a se adaptar, evoluir e desenvolver um novo senso de pertença e de comunidade. Caso o TBC seja utilizado como ferramenta de resolução de problemas a curto prazo e não haja o cuidado e esforço para atrair os habitantes que se identifiquem com a cultura local, a comunidade pode se converter num refúgio para aqueles que querem escapar da cidade, mas não deixar de usufruir das regalias que a cidade oferece, ou num local de férias. Caso isto ocorra, a atividade não surtirá o efeito desejado de atrair novos residentes para o lugar e criar um novo senso de comunidade, mas também poderá resultar na sua gentrificação, o que reforça a necessidade de haver políticas públicas e outras estratégias em conjunto ao TBC.

“Os projetos de TBC criam empregos em comunidades rurais que fornecem benefícios económicos diretos aos membros da comunidade local, além de desempenhar um papel vital na redução da pobreza e no incentivo aos jovens destas comunidades rurais a permanecerem na região” (Boronyak et al, 2010, p.66, tradução nossa)

Boronyak (2010) afirma que a geração de emprego proveniente desta modalidade de turismo pode contribuir para reter a população, em especial os mais jovens, na

comunidade, o que evita migrações e conseqüentemente contribui para o crescimento demográfico local. Além disso, a autora também menciona este fator de forma indireta, citando um estudo de caso onde houve sucesso na atração de novos residentes e na manutenção da população jovem. Nos outros 2 trabalhos os autores não fazem nenhuma relação direta entre o TBC e o crescimento populacional local.

Conclusão: dos 4 trabalhos analisados apenas Beeton (2006) e Boronyak (2010) fazem uma relação entre a implantação de programas de TBC e o crescimento demográfico local, o que nos leva a crer que esta é uma relação pouco discutida na literatura, talvez por falta de dados ou pela dificuldade de mensurar quanto o turismo é responsável por eventual crescimento. Ainda assim, como afirma Beeton (2006), caso aumentar o número de residentes seja o desejo dos habitantes locais, é importante ter uma definição clara do perfil de morador que se deseja atrair, bem como projetar a identidade e o ambiente da comunidade no programa de TBC. Também há a opção de incentivar segundas moradias ou residências de férias, sendo boas alternativas se tratadas com extremo cuidado pois, caso isso se torne mais comum do que os residentes permanentes, ocorre o risco de gentrificação do local.

Outra opção relevante a longo prazo para incentivar o crescimento demográfico, como destaca Boronyak (2010), é promover estratégias e gerar empregos para evitar migrações para as cidades, em especial a de jovens. Segundo Beeton (2006) e Boronyak (2010), o TBC pode ajudar neste quesito, no sentido de prover trabalho e educação ligados ao turismo para os mais jovens, incentivando a sua permanência. Vale ressaltar que, como afirma Gascón (2013), cada população rural tem os seus costumes e tradições passados de geração para geração, e que a permanência da população mais jovem, quando possível (inviável para comunidades com quantidade de moradores muito reduzidas, como muitas em Portugal), pode contribuir também para a manutenção dos costumes locais.

4. Difusão do conhecimento sobre a cultura local.

“Alguns sociólogos que acreditam que reter a cultura é fundamental, rejeitaram o turismo por considerar que este é socialmente muito destrutivo e disruptivo. No entanto, as viagens e o turismo não vão cessar, por isso é importante reconhecer os potenciais problemas que podem surgir, como a aculturação.” (Beeton, 2006, p.42, tradução nossa)

“O turismo é uma ferramenta promocional poderosa, simplesmente por aumentar o conhecimento da sua comunidade no ambiente externo, onde está, o que faz e a quem pertence.” (Beeton, 2006, p. 122, tradução nossa)

Beeton (2006) afirma que, devido à forte relação entre visitante e habitante, no turismo de base comunitária sempre há uma troca social, onde o habitante local absorve elementos da cultura do turista e vice-versa. O potencial para conscientizar o visitante sobre a cultura, ambiente natural e costumes locais existe, assim como a possibilidade de “aculturação”, ou seja, quando a comunidade absorve e anseia mais da cultura dos turistas do que os turistas aprendem sobre a região e os seus habitantes. A autora ainda aponta que muitos dos visitantes em programas de TBC são os chamados “heritage travellers”, que viajam em busca de aprender mais sobre a cultura e história de uma área ou região.

“É uma forma de turismo local que privilegia os fornecedores e os prestadores de serviço locais e tem como objetivo interpretar e comunicar aos visitantes a cultura e o ambiente local.” (Boronyak et al, 2010, p.2, tradução nossa)

Boronyak (2010) afirma que uma parte importante do TBC consiste em favorecer os produtos e atividades locais, bem como em ensinar os visitantes sobre a cultura, tradições e sobre o ambiente local. Para a autora, em programas bem sucedidos, o turista é educado sobre a natureza da região e a sua cultura.

Apesar de entenderem que o TBC consiste em atrair visitantes para viver experiências dentro de uma cultura diferente, nenhum dos outros dois autores relaciona o turismo de base comunitária com a difusão do conhecimento da cultura local. Goodwin e Santilli (2009) citam que, na sua pesquisa, muitos dos entrevistados consideram que a troca de experiências e a conscientização do turista e da própria comunidade sobre o património cultural e natural é parte fundamental desta modalidade de turismo.

Conclusão: é de conhecimento e entendimento público que o turismo de base comunitária consiste na promoção da cultura local como vetor de desenvolvimento do programa turístico, atraindo visitantes a partir das experiências propiciadas pela comunidade e o seu património. Desta maneira, é inevitável que haja pelo menos uma troca cultural mínima entre as partes. Em programas de TBC bem sucedidos, esta troca irá encontrar um equilíbrio onde os habitantes locais aprenderão sobre a cultura dos turistas, mas o foco estará voltado em educar os visitantes sobre a cultura da comunidade. Caso não haja este

equilíbrio, a comunidade tende a entrar num processo chamado por Beeton (2006) de “aculturação”, onde a essência do programa de TBC (o património e cultura local) ficam em segundo plano e os habitantes começam a adotar práticas e costumes dos visitantes.

5. Fortalecimento da identidade local.

“Mesmo os visitantes mais culturalmente sensíveis a estas comunidades tendem a vê-los como inferiores, no sentido de que precisam de proteção do mundo exterior, assim nós podemos continuar a desfrutar do espetáculo. Este turismo cheira a imperialismo cultural, e a noção de que essas (geralmente) comunidades indígenas pobres “acertaram” (particularmente em termos ambientais e sociais) e devem permanecer em êxtase é um anátema para a inevitabilidade da mudança cultural.” (Beeton, 2006, p.5, tradução nossa)

A identidade está diretamente ligada ao senso de comunidade ou àquilo que é compartilhado por seus habitantes, como expectativas, metas, conexões emocionais e tradições culturais. Beeton (2006) afirma que, dentro de um programa de turismo de base comunitária, é inevitável que haja uma troca social e cultural entre os moradores e os visitantes o que, no contexto das comunidades rurais, gera uma mudança na identidade. Além de culturalmente diferentes, os turistas tendem a trazer bens materiais de conforto que são novidade para os habitantes locais, o que faz com que estes os desejem e conseqüentemente, adequem os seus estilos de vida as novidades.

“Parte-se da ideia de que qualquer mudança no uso do solo não significa apenas uma mudança na distribuição e exploração dos recursos naturais, mas também tem um custo social, pois a população tem que adotar processos que podem tornar o conhecimento local anacrónico, já que os mecanismos de gestão, sistemas de distribuição de energia e tradições culturais são substituídas por outras novas.” (Gascón, 2013, p.6, tradução nossa)

Gascón (2013) considera que a introdução do turismo, uma atividade altamente complexa, num ambiente não familiarizado com a indústria, força a comunidade a adotar processos de adaptação dos seus costumes para satisfazer os turistas e dar resposta a

suas expectativas. Com isso, o autor afirma que a identidade da comunidade acaba sendo substituída por uma nova e não sendo fortalecida.

Ao contrário dos autores mencionados acima, Boronyak (2010) considera que o turismo de base comunitária pode fortalecer o senso de comunidade, a identidade e a autoestima local, mas também aponta que, em alguns casos, pode causar perda da identidade cultural e alienação. Para a autora, o fator determinante para uma reação positiva é a participação de toda a comunidade nas tomadas de decisão do processo de desenvolvimento e manutenção do TBC. Como dito acima, a identidade está diretamente ligada ao senso de comunidade e as suas expectativas como um conjunto de pessoas, o que faz com que uma decisão importante como a introdução do turismo na região deva ser feita com a participação de todos. Desta maneira é possível manter objetivos e metas comuns, além de fortalecer a conexão entre os habitantes através do trabalho e da valorização da sua cultura comum. Goodwin e Santilli (2009) não mencionam o fortalecimento da identidade local na sua pesquisa.

Conclusão: dentre os 4 trabalhos analisados, apenas Boronyak (2010) considera que caso haja a participação completa da comunidade que abrigará o programa de TBC, é possível haver o fortalecimento da identidade e conexões locais, dado que todos vão estar a trabalhar para um objetivo em comum, que é a valorização do seu património cultural, natural e material como forma de geração de renda e conscientização de outras pessoas a respeito da região. Já Beeton (2006) e Gascón (2013) apresentam preocupações válidas a respeito do tema, dado que ocorrerão inevitavelmente alterações na comunidade devido às trocas culturais com os visitantes. Vale realçar que, apesar dos argumentos, as mudanças mencionadas nos trabalhos acima não implicam, necessariamente, no enfraquecimento da identidade, sendo que muitas vezes a razão por trás de um eventual enfraquecimento da identidade local ou da degradação da autoestima dos habitantes é o facto de haver migrações de jovens, ou famílias para as cidades, justamente por buscarem objetivos e terem visões diferentes para o futuro da região do que os moradores que lá ficam.

Há de ter em mente exigir que os moradores da área mantenham os seus costumes exatamente como eram a décadas atrás, sem poder usufruir da melhoria da qualidade de vida vivenciada pelo resto da sociedade seria o mesmo que tratar as pessoas que lá vivem como peças de museu ou atrações a serem consumidas. Assim, se houverem mudanças que não alterem a essência da cultura da comunidade, mas que possam contribuir para um objetivo em comum e para a melhoria da qualidade de vida local através da adaptação

dos seus costumes à sociedade atual, pode-se dizer que há uma alteração na identidade local, mas que esta pode levar ao seu fortalecimento.

6. Geração de emprego para os habitantes da comunidade.

“Todos nós percebemos que o turismo é um pouco mais complicado do que parece – até mesmo o argumento básico de desenvolvimento económico e de que pode criar empregos locais em áreas rurais marginais está repleto de pressupostos e condições que nem sempre são atendidos. Alguns empregos podem vir do turismo, mas muitos são de meio período, sazonais, e com baixa remuneração, enquanto o trabalho mais especializado vai para pessoas de fora da região. Claro que, se a temporada em que o turismo ocorre coincide em quando há pouco trabalho a ser feito na comunidade, pode haver oportunidades de compensação”. (Beeton, 2006, p.159, tradução nossa)

“O turismo pode criar novos empregos (especialmente para os mais jovens), apoiar os serviços existentes, trazer dinheiro novo para a cidade, aumentar a autoestima local, desenvolver infraestruturas, promover a conservação e preservação, e aumentar a oferta de oportunidades recreativas no local. Por muitos anos, os empregos na indústria turística exigiam apenas educação formal moderada e tinham baixos salários, com muitas empresas operando com baixas margens de lucro. O aumento da competição pelo dólar turístico e o interesse por experiências ao ar livre, de qualidade, aumentaram a renda, junto com as oportunidades para aqueles que buscam carreiras profissionais.” (Potts & Marsinko, 1995, apud Beeton, 2006, p.224, tradução nossa)

No seu trabalho, Beeton (2006) afirma que o turismo de base comunitária pode gerar emprego para a comunidade local, em especial em comunidades rurais. A autora afirma que o emprego gerado muitas vezes é sazonal, com salários baixos e de mão de obra não especializada, o que vai de encontro a maioria dos discursos promocionais do TBC onde a promoção de emprego é tratada como chave do desenvolvimento.

“O TBC também cria oportunidades de emprego remunerado nos seus empreendimentos e na venda em microempresas. No entanto, o TBC não é tão flexível ao ponto de incluir empregos qualificados nas empresas de

administração do turismo, a não ser que elas sejam pertencam e sejam administradas pela comunidade local (Goodwin e Santilli, 2009, p.12, tradução nossa)

Goodwin e Santilli (2009) destacam que o TBC cria oportunidades e gera empregos remunerados, mas assim como Beeton (2006), faz questão de destacar que o turismo não é a solução para tudo e, os empregos mais especializados e melhor remunerados geralmente só são atribuídos a habitantes locais quando o programa turístico pertence inteiramente à comunidade.

“...garante operações económicas viáveis de longo prazo, fornecendo benefícios socioeconómicos a todas as partes interessadas, e que são distribuídas de forma justa, incluindo empregos estáveis e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, além de contribuir para a redução da pobreza.” (Boronyak et al, 2010, p. 1, tradução nossa)

“Os projetos de TBC criam empregos em comunidades rurais que fornecem benefícios económicos diretos aos membros da comunidade local, além de desempenhar um papel vital na redução da pobreza e no incentivo aos jovens destas comunidades rurais a permanecerem na região.” (Boronyak et al, 2010, p.66, tradução nossa)

Com uma visão mais otimista dentre os 4 autores analisados, Boronyak (2010) considera que uma das principais vantagens do TBC é a criação de empregos estáveis para os habitantes locais, pois através disso é possível contribuir para a redução da pobreza, retenção de jovens na comunidade, geração de renda, melhoria da qualidade de vida e também para a igualdade de género, ao atribuir papéis chave tanto para homens quanto para mulheres. A autora também considera que simplesmente iniciar um programa de turismo no local não é suficiente para garantir todos estes benefícios e que no desenvolvimento do programa junto à comunidade deve-se estabelecer as diretrizes para os empregos oferecidos (valor, honorário, segurança, condições de trabalho, etc.) bem como ter como foco principal a criação de empregos estáveis e duradouros, ao invés da geração de renda somente.

Gascón (2013) não faz nenhuma relação específica entre a geração de novos empregos e o TBC, mas argumentando na linha conceptual da vocação social do território,

o autor afirma que a implantação de um programa turístico exige muito trabalho e esforço, e que, muitas vezes, investir em atividades as quais a comunidade já está familiarizada é mais benéfico.

Conclusão: A geração de emprego para os moradores da região através do turismo de base comunitária é uma das principais vantagens desta modalidade de turismo, podendo contribuir para a retenção da população no território, para a geração de renda e até mesmo para a igualdade de género, como apontado por Boronyak (2010). Apesar disso, todos os autores que fazem esta relação deixam claro que o turismo por si só ou como ferramenta focada somente na geração de renda não é tão produtivo para a comunidade como os programas focados na geração de empregos estáveis com benefícios a longo prazo. Outro ponto importante nesta relação é que a qualidade dos empregos está diretamente ligada ao envolvimento da comunidade no TBC. Em iniciativas onde não há administração e planeamento junto à comunidade, os empregos mais qualificados tendem a ser atribuídos a agentes de fora da região, pois é mais fácil e exige menos trabalho do que educar e ensinar um habitante do local a assumir tal papel.

7. Geração de renda para os habitantes locais.

“Benefícios do turismo “pro poor”: desenvolver fontes de renda coletiva (participação nas receitas de taxas, dividendos de capital, doações, etc.).” (Beeton, 2006, p.201, tradução nossa)

“O turismo pode criar novos empregos (especialmente para os mais jovens), apoiar os serviços existentes, trazer dinheiro novo para a cidade, aumentar a autoestima local, desenvolver infraestruturas, promover a conservação e preservação, e aumentar a oferta de oportunidades recreativas no local. Por muitos anos, os empregos na indústria turística exigiam apenas educação formal moderada e tinham baixos salários, com muitas empresas operando com baixas margens de lucro. (Potts & Marsinko, 1995, apud Beeton, 2006, p.224, tradução nossa)

Beeton (2006) afirma que a criação de empregos para os habitantes locais, por meio do TBC, gera renda, que pode ser dividida entre os moradores ou investida na comunidade.

Tais lucros são fruto da inserção de dinheiro proveniente de turistas e visitantes, atraídos pelo programa turístico divulgado.

“Os dados não são facilmente simplificados e, no geral, o impacto sobre os meios de subsistência e a quantidade do benefício é, em grande parte, uma questão de escala. 64% dos projetos relataram que forneceram uma renda adicional, 96% dos projetos relataram que contribuíram para a redução da pobreza e/ou melhorou a qualidade de vida da comunidade.” (Goodwin e Santilli, 2009, p.27, tradução nossa)

“Mais uma vez, é importante reconhecer que algumas das iniciativas que não se enquadram na definição de TBC identificada na literatura providenciam uma contribuição significativa para a comunidade coletivamente.” (Goodwin e Santilli, 2009, p.29, tradução nossa)

Na pesquisa de Goodwin e Santilli (2009), foi constatado que mais de 60% dos casos analisados deram algum retorno a sociedade, seja em forma de distribuição de lucros ou de investimentos no local. Os autores ainda afirmam que empreendimentos conjuntos e investimentos privados no local também geram benefícios coletivos para os habitantes. Por fim, o trabalho analisado faz questão de ressaltar a dificuldade em mensurar estes rendimentos provenientes do turismo, e se este é suficiente para se auto sustentar e compensar o trabalho e desgaste envolvido no seu planejamento e implantação. Além disso, o autor aponta que nem todas as pesquisas realizadas neste âmbito chegaram a mesma conclusão, havendo evidencia em outros trabalhos de que boa parte das iniciativas de TBC não são bem sucedidas e que o destino mais provável destas operações é terminar quando não há mais financiamento.

“É importante que as comunidades entendam que o TBC pode levar vários anos para se desenvolver. Para gerir as expectativas e manter o ímpeto em direção as metas, é aconselhável que as metas de curto (2 a 5 anos) e longo prazo (10 a 20 anos) sejam estabelecidas. Também é importante que benefícios de curto prazo apropriados sejam cumpridos e celebrados, enquanto os de longo prazo estão a ser desenvolvidos (por exemplo: as mulheres podem escolher gerar renda a partir de um pequeno negócio de artesanato enquanto a infraestrutura para comportar as atividades no local esteja a ser construída).” (Boronyak et al, 2010, p.20, tradução nossa)

“É importante que a liderança comunitária de qualquer empreendimento de TBC considere no seu planeamento financeiro que o turismo é sazonal, com altos e baixos, e que a receita gerada pela atividade irá flutuar de acordo. As comunidades envolvidas num empreendimento de TBC podem correr o risco de se tornarem dependentes da receita do turismo, e assim perder a capacidade de gerar receita através de outras atividades. A diversificação económica deve continuar a ser incentivada, desde que as atividades alternativas para geração de renda não sejam social ou ambientalmente prejudiciais.” (Boronyak et al, 2010, p.49, tradução nossa)

Boronyak (2010) considera que o TBC pode ser uma ferramenta importante para a geração de renda complementar para os habitantes da comunidade, mas destaca que ela não pode ser a única, e as atividades tradicionais do território, bem como outras formas produtivas devem ser incentivadas. A autora demonstra preocupação a respeito da gestão de expectativas dos moradores. Por um lado, os habitantes podem se desapontar porque o TBC pode acabar por gerar menos renda do que o esperado, ou por gerar renda de forma sazonal. Por outro lado, pode haver uma exaltação sobre a renda gerada e o conseqüente abandono de outras formas produtivas, o que leva a comunidade a ficar refém dos lucros provenientes do turismo. Estabelecer metas a curto e longo prazo podem contribuir para evitar tais problemas, assim como deixar claro desde o princípio que o turismo é uma atividade complementar, e que pode levar tempo para se consolidar de maneira constante e sustentável.

Gascón (2013) utiliza alguns exemplos de estudos de caso para justificar a sua visão de que a renda proveniente do turismo dificilmente beneficia a comunidade, mas apenas um grupo de pessoas. Devido a isso, o autor considera que o turismo geralmente contribui para aumentar a desigualdade social na comunidade. Em outro momento, o autor cita outra referência onde o turismo providenciou renda extra para a unidade familiar, porém, em contrapartida, aumentou de maneira significativa o trabalho das mulheres na comunidade, reforçando o “papel tradicional” da mulher como dona de casa.

Conclusão: dos 3 trabalhos analisados, 3 consideram que o turismo de base comunitária pode contribuir para a geração de renda nas comunidades através da geração de novos empregos ou pelo consumo dos produtos e serviços tradicionais locais por parte dos turistas. Apesar disso, é necessário ter em mente que caso o turismo não seja bem planeado, a comunidade corre riscos de ficar dependente do turismo ou se frustrar pelo

rendimento ser geralmente sazonal. Como afirma Goodwin e Santilli (2009), é difícil determinar se os rendimentos provenientes do turismo são suficientes para compensar todo o trabalho e esforço envolvidos na preparação e implantação da atividade. Por isso, é importante estabelecer metas de curto e longo prazo, de forma que seja possível monitorar se o programa está a ir na direção esperada e gerir as expectativas da comunidade local.

Para Gascón (2013), a geração de renda proveniente do TBC fica, muitas vezes, nas mãos de um grupo específico de pessoas, não havendo benefícios para a comunidade como um todo. Uma alternativa para prevenir que o turismo se torne um elemento que contribuía para a desigualdade social e de género no local é reinvestir os lucros provenientes do turismo na comunidade, na construção de infraestruturas ou em elementos que possa melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

8. Reforço da autoestima.

“O turismo tem o potencial para aumentar a autoestima dos residentes do local por ter um lugar que vale a pena visitar (e exibir), e há a oportunidade de aplicar os lucros gerados pelo turismo em projetos comunitários, aumentando as razões para os residentes receberem bem os turistas e o turismo.” (Beeton, 2006, p.222, tradução nossa).

“O turismo pode criar novos empregos (especialmente para os mais jovens), apoiar os serviços existentes, trazer dinheiro novo para a cidade, aumentar a autoestima local, desenvolver infraestruturas, promover a conservação e preservação, e aumentar a oferta de oportunidades recreativas no local.” (Potts & Marsinko, 1995, apud Beeton, 2006, p.224, tradução nossa)

Para Beeton (2006), o facto de o turismo tornar a comunidade local mais visível e atrativa contribui para a melhoria da autoestima dos seus habitantes, que passam a enxergar que possuem algo de valor no seu património e ambiente. A autora também afirma que a autoestima local é preponderante para o sucesso da atividade, pois se os moradores estão a se sentir bem consigo mesmos e com o TBC, provavelmente também irão recepcionar bem os visitantes. A questão mais difícil neste âmbito estaria no facto de

mensurar este elemento, que não é tão simples quanto contar a quantidade de visitantes ou o lucro gerado.

Algumas estratégias sugeridas são estabelecer metas e indicadores dentro de três linhas principais: a financeira, a social e a ambiental. Através de reuniões ou pesquisas periódicas dentro da comunidade é possível compreender se as metas estão a ser atingidas e se o impacto causado por estas metas está satisfatório para os moradores. Desta maneira é possível mensurar o sucesso da atividade turística em conjunto com a expectativa e autoestima dos moradores locais para com os seus resultados.

“É um caso claro que o TBC difere de uma iniciativa do setor privado no quesito do empoderamento da comunidade. A iniciativa “The Bum Hill Community Campsite” demonstra claramente a maneira pela qual uma iniciativa de TBC pode construir capital social e empoderar uma comunidade – embora esta iniciativa ainda não seja economicamente sustentável. As reivindicações feitas para o empoderamento da comunidade por meio do TBC não podem ser tomadas como garantia. Os ganhos têm potencial para serem importantes e significativos para as comunidades, mas eles têm de estar sujeito a uma revisão crítica.”
(Goodwin e Santilli, 2009, p. 8, tradução nossa)

Na pesquisa, Goodwin e Santilli (2009) também confirmam o potencial do TBC como ferramenta para aumentar a autoestima e confiança dos moradores do local. Segundo os autores, é exatamente neste quesito que o turismo de base comunitária difere de projetos da iniciativa privada, mas deve-se ter cuidado em adotar esta premissa como garantia, dado que o programa de TBC deve ser feito de forma sustentável e com a participação dos habitantes da região.

“Sem confiança, os membros da comunidade terão dificuldade em entregar o produto do TBC. A capacitação local não deve apenas aumentar o conhecimento e as habilidades dos participantes para realizar ruma função, mas também aumentar a sua confiança e motivação para fazê-lo. Isto é importante para contribuir para o empoderamento, paixão e crença de que eles podem administrar o seu próprio negócio, o turismo. Altos níveis de confiança e motivação podem aumentar a autoestima e fortalecer a cooperação entre os membros da comunidade e outras partes interessadas do turismo, o que melhora a governança da comunidade.”
(Boronyak et al, 2010, p.67, tradução nossa)

Para Boronyak (2010), o reforço da autoestima deriva do aumento de confiança dos habitantes em serem capazes de entregar um bom produto, gerir o seu próprio negócio e sentir que o seu património e comunidade importam e são valorizados pelos outros. A autora ainda realça o papel fundamental da participação comunitária em todas as etapas do processo turístico para fortalecer a autoestima local. Uma comunidade só conseguirá ficar mais confiante se estiver empoderada e participando do processo, de forma que o eventual sucesso desta atividade seja proveniente do seu próprio esforço, e não do trabalho de terceiros.

Gascón (2013) argumenta numa direção diferente dos outros 3 trabalhos analisados, afirmando que a introdução do turismo no território, uma atividade a qual os habitantes locais não estão acostumados, causa estranheza e desconfiança por parte dos moradores. Além disso, o autor afirma que quando o turismo não gera os resultados desejados, o impacto negativo e a frustração causada na comunidade tendem somente a aumentar com o tempo.

Conclusão: três trabalhos analisados consideram que o turismo de base comunitária tem o potencial para aumentar a autoestima e a confiança dos habitantes da região, caso seja feito com participação e envolvimento da comunidade em todas as etapas da implementação do programa turístico. O aumento da confiança é diretamente proporcional ao envolvimento e a responsabilidade dada aos habitantes em todo o processo, dado que o sucesso destas atividades estará atribuído diretamente aos esforços da comunidade local. Beeton (2006) também destaca que a atratividade e visibilidade geradas pelo turismo contribuem para o aumentar o sentimento de que o património local, as tradições e o ambiente da região importam aos olhos de pessoas de fora, o que pode ser outro motivador importante.

Por outro lado, Gascón (2013) afirma que a introdução de uma atividade estranha ao local e complexa como o turismo pode gerar desconfianças, desigualdades e frustrações que acompanharão a comunidade por muito tempo, caso o turismo não atenda as expectativas ou ambições esperadas. Isso nos mostra que a clareza e a educação sobre o turismo e a indústria turística são indispensáveis antes mesmo de se iniciar a atividade na comunidade, já que os moradores da região precisam entender exatamente não somente os benefícios, mas principalmente os riscos envolvidos neste processo. Outra questão importante destacada é a necessidade de um monitoramento constante e reuniões ou pesquisas periódicas dentro da comunidade. Desta maneira é possível estar a par do

sentimento dos moradores locais em relação aos impactos gerados pelo turismo, bem como se as expectativas e metas estabelecidas estão a ser atingidas.

9. Melhoria na governança e da relação com o Governo.

“Esta inclusão do Governo é significativa, pois muitas discussões teóricas sobre o empoderamento da comunidade deixam de reconhecer o papel do Governo – e as relações de poder associadas a ele – para alcançar uma comunidade empoderada. Sem vontade e apoio político, as comunidades permanecem “empoderadas” apenas no nome, e com isso correm o risco de serem utilizadas indevidamente pelos interesses governamentais mais poderosos, que não necessariamente são de melhor interesse para a população local.” (Beeton, 2006, p.13, tradução nossa).

“No entanto, muitos profissionais que trabalham com desenvolvimento comunitário (que são principalmente empregados do Governo) estão empenhados em aplicar tal conceito devido ao seu significado claro e óbvio para o desenvolvimento comunitário. Além disso, o turismo pode ser inserido nesta estrutura e contribuir diretamente para o desenvolvimento de uma comunidade saudável e sustentável.” (Beeton, 2006, p.64, tradução nossa)

Para Beeton (2006), o Governo local tem um papel preponderante para empoderar a comunidade local de forma efetiva. Sem o apoio das entidades governamentais a comunidade corre o risco de ser utilizada por agentes do setor privado, ou até mesmo pelo próprio Governo, para atender a sua própria agenda e não as metas e objetivos da comunidade. A autora ainda afirma que, num programa de TBC onde seja aplicado com êxito os princípios do desenvolvimento sustentável, geralmente há o apoio e boa relação com o poder público ou com os indivíduos que trabalham para eles no sentido de orientar e educar a comunidade sobre a indústria turística e os processos envolvidos. Apesar disso, a autora aponta a dificuldade da manutenção deste suporte, principalmente nos Governos ocidentais, onde a administração pública tende a mudar de tempos em tempos e, geralmente, as lideranças eleitas não têm muito interesse em manter as atividades e propostas das administrações anteriores.

“O Governo pode desempenhar um papel importante, fornecendo cursos de treino em áreas rurais para construir conhecimentos e habilidades voltadas ao turismo para que haja um grupo de líderes potenciais prontos para liderar as operações de TBC e auxiliando no desenvolvimento de um código local de conduta. A determinação da combinação certa de habilidades pode ser feita ao fazer uma matriz de habilidades ou um inventário das habilidades e experiências das pessoas e atribuir as funções de acordo.” (Boronyak et al, 2010, p.35, tradução nossa)

“Fortes vínculos institucionais com o Governo local, regional e organizações não governamentais podem ser suportes essenciais para apoiar a capacidade das comunidades de entregar e manter o programa turístico. Desta maneira, as comunidades podem ser empoderadas e alcançar a sua visão para o TBC aplicado no local sem se tornar os “proprietários legais” de todo o empreendimento. (Boronyak et al, 2010, p.70, tradução nossa).

Boronyak (2010) também argumenta que o TBC, quando aplicado de maneira sustentável e bem sucedida, conta com a presença de fortes laços entre as comunidades e o Governo local. Para a autora, o turismo de base comunitária contribui para estreitar e fortalecer os laços das comunidades rurais com o Governo, visto que esta relação auxilia na divulgação, administração e no desenvolvimento do programa, bem como auxilia na educação e no treino dos habitantes para lidar com o turismo e eventuais crises.

As parcerias com o setor privado geralmente visam o lucro primeiro, já o Governo terá interesse no desenvolvimento sustentável do local, na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e no fortalecimento do património local, já que são fundamentais para a sustentabilidade da sociedade que administra. A autora ainda dá exemplos de estudos de caso onde esta relação foi bem sucedida, bem como o exemplo da Nova Zelândia, que passou a financiar e a auxiliar os programas de TBC por reconhecer os benefícios da atividade tanto para a comunidade como para o meio ambiente e a indústria do turismo.

“Nas sociedades rurais, existem leis não escritas passadas de geração em geração, e que são conhecidas por toda a população que rege o uso dos recursos da comunidade. No entanto, isto não é o caso quando se gerencia um setor não tradicional, como o turismo.” (Gascón, 2013, p.8, tradução nossa)

“...embora as diretrizes recomendadas em qualquer manual de ecoturismo ou de TBC sejam seguidas no que diz respeito a participação da população beneficiária, as abordagens da organização financeira (governamental ou não governamental) são impostas ao ponto de que o discurso sobre o empoderamento da comunidade serve para legitimar o desequilíbrio de poder entre a população local e o corpo externo. (Gascón, 2013, p.9, tradução nossa)

Para Gascón (2013), mesmo que haja participação da comunidade no desenvolvimento e administração do programa turístico, ainda assim não há uma melhoria na governança. Segundo o autor, nas comunidades rurais existem regras e leis que gerem o local que são passadas de pai para filho e conhecidas por todos os moradores. Porém, quando há a inserção de uma atividade turística cujos moradores não tem conhecimento e não estão familiarizados, estas regras deixam de existir, e as novas regras são ditadas pelos financiadores do projeto.

O autor afirma que mesmo quando quem financia o projeto é o Governo, não há participação comunitária verdadeira, dado que a população não entende da indústria do turismo e acaba por seguir indiretamente todas as diretrizes e regras apontadas por quem financia o projeto. Desta maneira, não há uma relação harmoniosa entre a comunidade e o Governo, e sim uma relação de fachada onde a própria participação comunitária é utilizada como justificativa para a imposição de regras e leis para gerir o turismo. Goodwin e Santilli (2009) não fazem nenhuma relação direta entre a aplicação do TBC e a governança local, mas apontam que muitas pesquisas destacam que o maior motivo para a falha de um programa de TBC está relacionado a uma governança ruim.

Conclusão: o turismo de base comunitária tem potencial para estreitar e fortalecer os laços com o Governo e melhorar a governança local, assim como para desautorizar e desempoderar a população local das decisões envolvendo o seu território. As entidades públicas podem ser importantes aliados na implantação do TBC no sentido de educar e treinar a população local para lidar com a indústria turística e os seus imprevistos, bem como no “marketing” e na organização do desenvolvimento da atividade. Para o Governo é interessante que haja uma melhoria na governança local e que a comunidade se desenvolva, fortaleça o seu património e melhore a qualidade de vida. Além disso, a boa relação com as comunidades rurais facilita a execução e elaboração de políticas públicas participativas de gestão territorial e salvaguarda mais eficazes.

Por outro lado, como bem lembra Gascón (2013), o Governo ou outra entidade envolvida não deixa de ter sua própria agenda, que muitas vezes não é a mesma da comunidade. Quando este é o caso e a participação comunitária passa a ser utilizada somente como “tokenismo” para a implantação a agendas alheias a visão da comunidade, ocorre não somente a piora na governança local como o enfraquecimento dos laços entre a comunidade e o poder público. Isto realça a importância da educação sobre a indústria turística e a clareza para com a comunidade sobre os benefícios e riscos do turismo antes mesmo de decidir sobre a implantação da atividade no local ou não. A comunidade local só estará realmente empoderada e no controlo do futuro do seu território caso esta esteja ciente e familiarizada com o processo e com a atividade em questão, caso contrário todas as decisões estarão fadadas a serem tomadas pelos agentes externos, já que eles, em teoria, “terão conhecimento” sobre a atividade e os habitantes da região não.

10. Recuperação de estruturas degradadas.

"Embora não seja apenas relacionado ao turismo, muitas dessas comunidades veem o turismo como sendo a resposta para seus problemas de perda de população, infraestrutura limitada e manutenção de serviços públicos. Muitos desenvolveram programas de festivais, procuram restaurar os edifícios e o património material para o turismo, e veem oportunidade para o ecoturismo no meio ambiente do entorno. No entanto, somos cautelosos em nossas abordagens a estas "oportunidades", apontando que o turismo pode não ter a mesma relevância para todas as cidades e que é necessário considerar outras opções." (Beeton, 2006, p.224 – 225, tradução nossa).

A reabilitação do património material para atrair turistas é uma realidade no turismo de base comunitária, segundo Beeton (2006). Apesar de inicialmente necessitar de financiamento de agentes externos, a valorização e recuperação das estruturas degradadas e a sua conversão em recursos do programa turístico – seja em moradias, alojamentos ou até mesmo como produto do TBC – pode dar retorno ao investimento aplicado bem como contribuir para a revitalização da comunidade. De todo o modo este não deve ser o foco quando se dão inícios as atividades, o acordo entre a comunidade e o financiador deve deixar claro que os benefícios podem vir a ocorrer a longo prazo, sendo que os financiamentos que visam um retorno rápido tendem a colocar pressão na

comunidade sobre a necessidade de lucrar e comportar mais pessoas do que a sua capacidade, além de reduzirem o poder local nas tomadas de decisão.

A autora ainda destaca que, antes de qualquer investimento neste sentido, deve ser feito um estudo para determinar a capacidade da comunidade de comportar turistas, pois caso haja uma sobrecarga nas infraestruturas locais, o turismo pode levar a degradação do meio ambiente local, hostilidade dos moradores (pois haverá um aumento no barulho, lotação, perda de privacidade, etc.) e, por fim, ao descontrole da comunidade sobre a atividade em andamento no seu território.

Na sua pesquisa, Goodwin e Santilli (2009) perguntaram aos envolvidos em 116 programas de turismo de base comunitária, considerados um sucesso, quais os fatores pelos quais estes programas foram considerados bem sucedidos. Os autores registaram que apenas 10% das respostas, aproximadamente, destacaram que a recuperação de infraestruturas na comunidade foi um destes fatores. Com base nisso, podemos chegar à conclusão que esta questão não é uma das razões ou objetivos preponderantes pelos quais programas de TBC são desenvolvidos. Apesar disso, os autores destacaram que em boa parte dos casos analisados, a recuperação de infraestruturas degradadas e o desenvolvimento de novas estruturas não serviu somente para a reabilitação do património material, mas também utilizou materiais e serviços locais no processo da construção, o que gerou renda extra e emprego para os habitantes.

“A sustentabilidade dos novos projetos de edifícios também deve ser considerada (WWF 2001). Para manter o caráter da cidade, materiais de construção de origem local devem ser utilizados quando apropriado. Em algumas comunidades, uma renda extra pode ser obtida através do fornecimento de materiais ou dos saber-fazer dos estilos tradicionais de construção. O uso de edifícios existentes ao invés de iniciar a construção de outros novos pode ser uma opção preferível. É importante destacar que os projetos devem ser apoiados em ações sustentáveis por parte dos moradores e dos visitantes para atingir as metas do turismo sustentável.”
(Boronyak et al, 2010, p.70, tradução nossa)

Para Boronyak (2010), o turismo depende das infraestruturas físicas para funcionar e, a inserção de um programa de turismo de base comunitária numa comunidade incentiva a recuperação das estruturas locais bem como a construção de outras novas. A autora destaca que o Governo pode ter papel preponderante para o financiamento destes

projetos, já que prover acesso, moradia, água, luz e condições para o incentivo da economia estão na maioria das agendas públicas.

A autora ainda destaca que tanto as novas construções como as reabilitações devem ser feitas de maneira sustentável, utilizando materiais e serviços locais (quando possível), seguindo as diretrizes do desenvolvimento sustentável e se aproveitando dos “saberes-fazer” tradicionais. Além disso, é importante fazer uma avaliação da capacidade local e o quanto o local pode comportar, dado que desenvolver a comunidade em excesso pode descaracterizar o ambiente local e colocar uma grande tensão nas infraestruturas e no ambiente social da comunidade.

Gascón (2013) utiliza um estudo de caso (Amantaní) para justificar a sua visão. O autor afirma que apesar de o turismo poder motivar a recuperação e adaptação de infraestruturas, em muitos casos, a promessa do turismo como solução para os problemas locais faz com que os moradores não estejam completamente cientes dos riscos envolvidos. No caso citado pelo autor, muitos moradores investiram em recuperar e adaptar as suas residências para receber turistas, mas como o programa turístico foi praticamente uma cópia de outros programas em vigor, e não um programa desenvolvido internamente a comunidade de forma orgânica, não houve o movimento nem o retorno esperado. O facto de a comunidade ter tomado como garantia a palavra dos agentes externos de que o turismo beneficiaria a todos, fez com que estes gastassem recursos que até a data da pesquisa nunca haviam sido recuperados ou justificados.

Conclusão: os 4 trabalhos indicam que o turismo de base comunitária pode ser um forte motivador para a recuperação das infraestruturas degradadas e para o desenvolvimento de outras infraestruturas. Apesar de geralmente exigir um financiamento externo inicial, reabilitar o património edificado e melhorar as infraestruturas locais pode contribuir para a reabilitação e revitalização da comunidade, além da possibilidade de prover empregos e consumir materiais e serviços locais para a obras. Segundo as diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável, estas atividades ainda devem se basear nos “saberes-fazer” tradicionais locais, o que valoriza o património cultural da região e contribui para o aumento da autoestima dos moradores.

Vale ressaltar ainda que, como a maioria dos aspetos que envolvem o turismo, existem riscos envolvidos neste tipo de investimentos. Deve deixar claro que o turismo pode levar anos para ter algum retorno caso seja necessário financiar as reabilitações e construções, e os lucros ou recuperação do capital investido não serão imediatos. Além disso, o planeamento e estudo de mercado devem ser feitos com muito cuidado, pois caso não haja visitantes suficientes ou o turismo não atinja os objetivos e metas esperados,

difícilmente será possível recuperar tais investimentos e a comunidade pode sofrer tanto perdas financeiras como de autoestima e confiança. Por outro lado, o excesso de turistas também pode ser muito prejudicial. Caso não sejam feitas uma análise e uma pesquisa sobre a capacidade da comunidade para receber visitantes, há a possibilidade de ocorrer uma sobrecarga no local, o que pode causar tanto danos ao meio ambiente e ao património material como problemas sociais e hostilidade dos moradores para com os turistas.

11. Valorização e proteção do ambiente natural.

“As questões ambientais e económicas também têm diversas funções nas comunidades, dependendo de inúmeras variáveis sociais e económicas. Ao focar os turistas no ambiente natural é possível encorajar a sua conservação e gestão construtiva, porém caso sejam mais visitantes do que o ambiente pode comportar corre-se o risco de “amar a natureza até a morte”. (Beeton, 2006, p.18, tradução nossa)

Beeton (2006) destaca que o turismo de base comunitária pode ser uma importante ferramenta no fortalecimento e preservação do património natural, por meio da educação dos turistas sobre a importância deste elemento, porém a atividade tem que andar lado a lado com um estudo de capacidade local da comunidade. Caso não haja um estudo adequado e a comunidade se sobrecarregue, o resultado provável é a degradação do meio ambiente e não a sua valorização.

“Surpreendentemente, apenas 34% dos administradores entrevistados mencionaram a conservação ou um impacto positivo no meio ambiente como fator de sucesso dos seus empreendimentos. Não há aparente relação entre iniciativas de TBC bem-sucedidas e uma conservação ou impactos ambientais particularmente significativos.” (Goodwin e Santilli, 2009, p.35, tradução nossa)

Através da sua pesquisa, Goodwin e Santilli (2009) afirmam que apenas 34% dos entrevistados, envolvidos em programas de TBC considerados bem sucedidos, citaram a conservação ambiental como fator de sucesso e, por isso, não há nenhuma relação expressiva entre esta modalidade de turismo e a conservação ou impactos ambientais. Os

autores ainda afirmam que o histórico de promoção do TBC como modalidade de turismo que protege e valoriza o meio ambiente ainda influencia as percepções que temos desta atividade.

“...otimiza o uso dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade.” (Boronyak et al, 2010, p.1, tradução nossa)

“Empreendimentos de TBC apropriados e eficazes são caracterizados por outros fatores além da busca pelo lucro rápido, como a conservação dos recursos naturais ou revigorar um aspeto da cultura (por exemplo: técnicas de tecelagem tradicionais). (Boronyak et al, 2010, p.17, tradução nossa)

Boronyak (2010) afirma que o turismo de base comunitária pode contribuir para a conservação do património natural e para educar os visitantes sobre o meio ambiente e a natureza. Qualquer projeto sustentável de TBC não deve considerar somente os impactos e benefícios imediatos, mas também elementos a longo prazo que possam conferir sustentabilidade ao TBC, como, por exemplo a conservação do meio ambiente e da cultura local. A autora ainda destaca a importância de se ter um sistema de administração local, voltado ao meio ambiente, que garanta as boas práticas e a preservação da natureza a longo prazo, já que tanto os recursos naturais como culturais são vulneráveis e podem ser negativamente impactados ao longo dos anos.

Por fim, Gascón (2013) argumenta na linha da teoria da “vocaçao social do território”, onde diz que o território é moldado ao longo dos anos pela ação humana, que cria uma certa familiaridade com o meio ambiente a qual habita. O autor afirma que a introdução de uma atividade estranha ao território, e complexa como o turismo, afeta o equilíbrio entre a atividade humana e o ecossistema, o que não contribui para a sua conservação. Gascón (2013) ainda ressalta que, apesar dos muitos argumentos a favor do TBC como motor de preservação ambiental, ainda há argumentos na literatura que dizem o contrário e afirmam que a atividade não preserva o ambiente, mas sim encoraja o ser humano a usá-lo como “comodities”.

Conclusão: conforme os trabalhos analisados, o turismo de base comunitária pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente na conservação do ambiente natural. Por um lado, como afirma Beeton (2006) e Boronyak (2010) o turismo pode contribuir para

a valorização do ambiente através da educação dos visitantes e da conscientização dos moradores da região por ser um recurso que fará parte de um programa que lhes darão benefícios comunitários. Por outro lado, como argumenta Gascón (2013), corre-se o risco de transformar o ambiente natural em “comodities”, o que causaria a sua degradação pelo uso voltado somente ao lucro. Outro ponto destacado pelo autor é que, pelo turismo ser uma atividade estranha ao território, mesmo com estudo e educação a respeito da indústria turística, a comunidade local não terá conhecimento suficiente lidar com os possíveis impactos causados pela atividade ao ecossistema.

De qualquer maneira vale destacar que, em qualquer implantação de programas de turismo de base comunitária, tem de haver um estudo de capacidade para determinar o quanto uma comunidade pode se envolver com a atividade sem pôr em risco a sustentabilidade dos seus recursos culturais, sociais, materiais e também naturais. Boronyak (2010) ainda defende a criação de um sistema de administração específico voltado a aplicação das boas práticas para a gestão do ambiente natural, o que pode contribuir para a sustentabilidade de tal recurso a longo prazo.

4. ANÁLISE DA LITERATURA EMPÍRICA

A análise da literatura empírica foi feita em 2 etapas: uma revisão geral sobre os artigos analisados e o preenchimento da tabela com um resumo de cada um dos artigos estudados que retrataram estudos de caso qualificados. Após análise dos 14 periódicos e dos 2 livros de coletâneas, foram pré-selecionados, no total, 70 artigos que abordavam um ou mais estudos de caso de turismo numa comunidade, ou região específica em território rural. Dentro destes 70 artigos houveram 79 estudos de caso analisados.

A partir disso, foram selecionadas 9 publicações que atenderam os três critérios listados no subcapítulo 3.2.3. Dentro destas, houveram 11 estudos de caso de turismo de base comunitária, em locais diferentes, e que foram selecionadas como material a ser utilizado na análise da literatura empírica. Esta diferença ocorreu porque Stronza, A e Gordillo, J. (2008) fizeram um estudo de 3 programas de turismo de base comunitária em locais diferentes no mesmo documento. A tabela exposta no **APÊNDICE V** mostra, de forma geral, quantos artigos de cada periódico e das coletâneas foram pré-selecionados e, a partir desta seleção, quantos foram qualificados para serem usados como estudo de caso neste Projeto.

Devido ao alcance internacional dos periódicos analisados, a pré-seleção abrangeu artigos com estudos em todos os continentes, com comunidades pertencentes a 41 países diferentes. Já nos 11 estudos de caso qualificados houve abrangência de quase todos os continentes, com exceção da Oceânia, com estudos em 10 países diferentes.

O **APÊNDICE VI** mostra uma tabela onde é indicado, nas primeiras colunas, a quantidade de estudos de caso pré-selecionados em cada país e em cada continente. Na parte final da tabela é demarcada a quantidade de programas de turismo que atenderam a todos os 3 critérios estabelecidos no subcapítulo 3.2.3 em cada um dos continentes.

Apesar de cerca de 30% dos artigos pré-selecionados estarem localizados na Ásia, foi na América do Sul onde houveram o maior número de casos qualificados. Parte disso deve-se ao facto de que um dos artigos qualificados apresentou 3 estudos de caso, em comunidades distintas neste continente, que atenderam os critérios de seleção estabelecidos.

Os dois países que tiveram mais artigos diferentes abordando estudos de caso de turismo em comunidades rurais foram a China e a Costa Rica, o que pode indicar que existem mais estudos e experiências nestes locais sobre esta modalidade de turismo como motor do desenvolvimento do território rural. Por outro lado, não houve nenhum estudo de caso nos 2 países mencionados que atenderam os 3 critérios de seleção estabelecidos neste Projeto, o que implica que pode haver divergências em como o TBC é visto nestes países ou diferenças mais drásticas para com o contexto rural de Portugal.

No **APÊNDICE VII** é feita uma tabela que demonstra todos os estudos pré-selecionados de maneira mais abrangente. Na primeira coluna é exposto quais são os artigos analisados, citando os autores e o ano da publicação, organizado da publicação mais recente para a mais antiga (mais detalhes podem ser encontrados a comparar as citações com as referências bibliográficas). A segunda coluna mostra o nome do local onde o programa de turismo foi implantado, assim como o país onde está localizado. Na sequência, para cada documento analisado, é demarcado nas colunas de critérios se o estudo de caso atendeu ou não as condições requisitadas para a qualificação do caso de estudo neste Projeto.

Os critérios estão numerados na tabela de 1 a 3, da mesma maneira e ordem em que estão descritos no subcapítulo 3.2.3. É demarcado com um “-” os critérios não atendidos e com o símbolo “X” os critérios atendidos. Ao fim, para cada caso analisado foi somado quantos critérios o estudo atendeu e, caso se qualifique (preencher os 3 requisitos), o quadrado na coluna “STATUS” foi pintado na cor verde, caso contrário o quadrado foi pintado não cor vermelha.

Outra questão observada na análise da literatura empírica foram as palavras-chave dos documentos, tanto as utilizadas pelos autores dos artigos como as fornecidas pelo Web of Science. Foram feitas 2 redes de palavras, a partir do “software” VOSviewer 1.6.16, utilizando 44 palavras que apareciam ao menos duas vezes, do total de 196 palavras-chave obtidas de 49 referências utilizadas no estudo. Dos 70 artigos pré-selecionados, 21 não continham palavras-chave e não foram incluídos nesta análise. A lista completa das 70 referências utilizadas está ilustrada no **APÊNDICE VII**.

A primeira figura do **APÊNDICE IX** mostra a rede de palavras construída, com as maiores esferas representando um maior volume de palavras-chave encontradas nos artigos estudados. Ao analisar a imagem pode-se perceber que os estudos de caso em território rural estão frequentemente ligados ao ecoturismo e a conservação ambiental, e estão muitas vezes ligados à parques naturais. Outra questão relevante é o destaque da palavra comunidade e aos impactos da atividade turística na mesma, o que implica que

mesmo nos casos de ecoturismo com enfoque na preservação ambiental ainda há indicações que muitos artigos abordam a relação desta atividade com os habitantes locais.

A participação e a administração do turismo também são constantemente citados, reforçando a necessidade de uma abordagem inclusiva e participativa em programas de turismo em território rural. Por outro lado, os termos “turismo de base comunitária” e “turismo rural” são menos citados do que o “ecoturismo”, o que reforça possivelmente a divergência em como estes termos são vistos e entendidos ao redor do mundo, sendo muitas vezes utilizados como sinónimos de ecoturismo.

Outro ponto que merece destaque é que as palavras relacionadas ao desenvolvimento e aos benefícios da atividade também estão entre as menos citadas, mesmo este sendo por muitas vezes o objetivo principal da implantação de um programa de turismo no local. Por fim, alguns nomes de países, nomeadamente China, Uganda, Costa Rica e Indonésia, também aparecem na rede, tendo relação próxima ao ecoturismo e com uma quantidade de estudos de caso consideráveis tendo sido feita nos seus territórios.

A segunda figura do **APÊNDICE IX** também mostra a mesma rede de palavras, com o tamanho das esferas representando a quantidade de vezes que a palavra-chave apareceu na pesquisa, porém considerando a média das datas de publicação dos artigos. Pode-se perceber que as palavras relacionadas a participação e ao envolvimento da comunidade no turismo são de datas mais recentes, o que reflete os estudos contemporâneos sobre a necessidade da aplicação de um processo participativo em programas de turismo rural.

Outro ponto que chama atenção é que nas datas mais antigas nota-se uma incidência maior de palavras relacionadas à benefícios económicos, ao desenvolvimento e a conservação, enquanto nas datas mais recentes há mais palavras-chave relacionadas à participação, administração e planeamento. Isto pode ser indício da própria cronologia do TBC, que teve destaque na década de 1990 como forma de desenvolvimento rural relacionada diretamente a conservação ambiental e foi gradativamente se tornando uma atividade onde, nas discussões recentes, está relacionada também, e principalmente, ao envolvimento da comunidade e a sua participação.

Outro ponto que reforça esta visão é que o ecoturismo é citado mais vezes em publicações mais antigas, enquanto o turismo de base comunitária e o turismo rural tem media de citação nas publicações mais recentes. Vale ressaltar que, devido a rede de palavras considerar à média das datas de publicação dos artigos, as palavras-chave entre as cores azul e verde, que representam o meio termo da escala, não são necessariamente exclusivas destes períodos, visto isto pode ser resultado da palavra

estar presente tanto em publicações do início do século XXI como nas publicações contemporâneas.

4.1. RESUMO DOS ESTUDOS DE CASO QUALIFICADOS.

1. Viscri, Roménia (Iorio, M. e Corsale, A. 2014) – (APÊNDICE VIII – Tabela 1)

Viscric é uma comunidade rural com cerca de 400 habitantes (2014), localizada na Roménia, tradicionalmente habitada por Saxões. Antes do século XX, o local passou por desafios económicos e sociais decorrentes de migrações da população nativa e do conseqüente abandono do património edificado e das atividades tradicionais. Com o tempo, pessoas de diferentes etnias e crenças compraram parte das residências abandonadas, o que tornou Viscric uma comunidade heterogénea, tanto no sentido cultural como étnico.

Figura 1: Vista aérea de Viscric, Roménia.



Fonte: fotografia de Calin Stan.

Como forma de superar as barreiras existentes, tais como, o declínio populacional, o isolamento das áreas urbanas, infraestruturas precárias, baixa geração de renda e falta de poder político, Viscri vivenciou diversos empreendimentos com iniciativas endógenas na década de 1990 que buscavam o desenvolvimento local, uma delas a implantação de um programa de TBC. A líder local, vista como grande parte da comunidade desta maneira por ser uma Saxã (que não deixou a vila na época das emigrações) que liderou diversas iniciativas buscando o desenvolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida da comunidade nas últimas décadas, teve grande participação na implantação e desenvolvimento do programa turístico.

Numa abordagem em rede, a líder local, junto a UNESCO, a organização não governamental MET (Mihai Eminescu Trust) e uma cooperativa local, serviu como mediadora entre estes agentes externos e a comunidade para a implantação do programa de turismo de base comunitária. O desenvolvimento do programa de TBC se deu em 3 etapas:

1. A recuperação e salvaguarda do património material;
2. A divulgação e promoção do programa de turismo rural e cultural;
3. O desenvolvimento da dimensão social (educação, saúde, infraestrutura) integração da comunidade no desenvolvimento das atividades e planeamento do futuro da comunidade.

O património material, se configura como grande atrativo de potencial turístico, em especial a tipologia espacial e construtiva do vilarejo e a igreja Luterana fortificada. O facto da primeira etapa da implantação do programa turístico estar relacionada ao património material foi devido ao estado de deterioração urbana da vila na época, fruto do abandono das casas e dos processos migratórios. A cultura local foi incorporada ao turismo na segunda etapa, num período onde haviam mais visitantes, o que facilitou o sucesso da promoção da venda de produtos locais e de atrativos relacionados aos costumes da população.

É importante ressaltar que na primeira etapa, a participação da comunidade no processo de planeamento e de desenvolvimento do turismo era limitada à representação da líder local, o que não configura um modelo participatório ideal. Na segunda etapa, os habitantes começaram a administrar de maneira formal e informal os programas de turismo cultural, porém só começaram a participar efetivamente do planeamento e desenvolvimento das atividades numa terceira etapa, onde foram feitas reuniões periódicas, com a presença de grande parte da comunidade local, onde eram discutidos planos para novas iniciativas e quais eram as visões da população para o futuro da comunidade e do programa turístico.

Foram utilizados mão de obra e produtos locais no restauro do património material, o que gerou renda e emprego na comunidade, e contribuiu para a circulação endógena do capital. Além disso, os próprios moradores que trabalhavam com o turismo, seja na área de alojamento ou comércio, compravam produtos e empregavam a população local nos seus negócios, o que serviu para o fortalecimento das relações sociais na comunidade.

Segundo entrevistas realizadas com habitantes da vila, esta renda extra, resultante da atratividade gerada pelo turismo na região, aumentou a qualidade de vida e a autoestima local, além de ter resgatado alguns costumes e saberes-fazer que estavam a ser perdidos, e começaram a ser ensinados e utilizados como potenciais atrativos. A difusão da cultura local através do programa turístico e do facto de a vila ter sido, quase na totalidade, classificada como património pela UNESCO, contribuiu para a consolidação das intervenções locais e para a manutenção de visitantes ao longo do ano.

Na época em que o artigo avaliado foi escrito, tal classificação contribuiu para que os habitantes dessem valor ao património local, em especial ao edificado, possivelmente por ser o maior foco de atração de turistas e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida. É válido destacar que a comunidade avaliada tinha o turismo como atividade complementar e em processo de adaptação, ou seja, para além do património Saxão, novos patrimónios decorrentes da diversidade cultural e étnica local estavam a surgir. A autora deixa claro que, apesar de não ter sido registado nenhum conflito, é necessário monitorizar como as novas dinâmicas irão se comportar, visto que há casos na literatura de comunidades classificadas que passam por conflitos ou se “turistificam” após alguns anos.

Uma das deficiências identificadas no projecto foi a falta de contacto com o Governo local, o que dificulta o apoio em eventuais problemas e o suporte em relação a atividades que envolvam o entorno. Parte disso se deve ao facto de que o Governo ainda não está acostumado a desenvolver projetos com o auxílio das comunidades locais, o que, junto ao preconceito por parte da administração do município com algumas das etnias predominantes no vilarejo, resultam num afastamento da comunidade e na dependência de agentes do setor privado para algumas iniciativas. Apesar disto, a abordagem em rede teve sucesso em amenizar o problema, sendo um exemplo disso as parcerias formadas entre a comunidade e empresas para recolha de lixo e a preservação ambiental da região.

No caso de Viscrí, é considerado que a dinâmica de implantação do turismo em etapas foi benéfica, uma vez que a implantação do programa de TBC sem o auxílio de uma rede envolvendo atores externos era considerada muito difícil e que os habitantes passaram a valorizar o trabalho feito na primeira etapa como meio de desenvolver as etapas subsequentes. Apesar de o programa não pertencer e não ser administrado

inteiramente pela comunidade, há a participação de grande parte dos habitantes e um esforço para capacitar e incentivar a participação dos que não estão envolvidos. Esta participação está a ser importante para a adaptação e fortalecimento do património local, que aos poucos está a crescer para além da herança saxã. Além disso, os benefícios provenientes do turismo refletem na comunidade como um todo, o que é considerado ideal num processo de desenvolvimento comunitário.

2. Vilarejo Xai Xai, Botsuana (Mbaiwa, J. E. e Sakuza, L. K. 2009). - (APÊNDICE VIII – Tabela 2)

O vilarejo XaiXai está situado em Botsuana, cerca de 10 km da fronteira com o Namibe, próximo ao rio Cubango. Mais de 80% dos seus habitantes pertencem à etnia San, considerada indígena no país, cuja vida económica até a segunda metade do século XX estava relacionada a caça e a coleta de recursos naturais. O nomadismo era considerado uma das principais características do povo San, que mudavam de local periodicamente conforme as condições do tempo.

Figura 2: População da etnia San, do vilarejo XaiXai.



Fonte: fotografia de Bonnie, J. Fladung.

Os habitantes que hoje vivem no vilarejo de XaiXai peregrinavam ao redor das cavernas Gcwihaba, que foi historicamente uma fonte de abrigo, água e de recursos naturais para a população. Devido às restrições impostas a atividade de caça pelo Governo de Botsuana nas últimas décadas e a classificação das cavernas como património nacional, não foi possível mais a livre utilização do local, o que levou a população a se instalar, no local conhecido hoje como vila de XaiXai.

Com a destituição da terra a qual o povo era vinculado e a introdução das cavernas Gcwihaba na lista de património e programas de turismo nacional, a população local foi marginalizada e teve de se adaptar a uma nova realidade. Devido ao seu estilo de vida único e ao potencial turístico das paisagens naturais ao redor, a comunidade foi apresentada ao turismo de base comunitária por meio do programa CBNRM (Community Based Natural Resource Management Programme), e viu o turismo como oportunidade para aumentar a sua qualidade de vida, ter uma renda extra e manter a sua cultura viva após as restrições que impactaram o seu quotidiano.

O CBNRM é um programa que visa dar condições e incentivos para as comunidades para administrar os seus recursos de forma sustentável e implantar, de forma participativa e com voz ativa na tomada de decisões e no planeamento, um programa de turismo no local onde vivem. Com este incentivo e a vontade da comunidade de diversificar a sua base económica, a população de XaiXai formou um conselho comunitário para coadministrar e planear o TBC na região, bem como definir como seria feito a administração dos benefícios provenientes da atividade, que pertencem à comunidade.

A implantação do TBC no local teve como principal atração turística as paisagens do entorno do vilarejo, em especial as cavernas Gwihaba, e o estilo de vida, tradições e quotidiano local. Devido à participação dos moradores na implementação do programa turístico, houve grande aceitação por parte da população local, sendo que mais de 30% trabalham formalmente com o turismo e cerca de 20% trabalham de maneira informal, na venda de artesanatos ou outros produtos locais. O facto dos benefícios relacionados às atividades remanescerem, na maioria, dentro da comunidade como forma de pagamento aos trabalhadores ou investimento em infraestrutura, também contribuiu para a elevada aceitação e participação no projeto. Não há informação se o investimento nas infraestruturas locais foi feito com técnicas tradicionais e materiais locais, apenas que as novas infraestruturas eram bem vistas e contribuía para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Figura 3: foto do interior das cavernas Gcwihaba.



Fonte: fotografia de Andre Mais.

Apesar dos pontos positivos citados, a relação da população local com o Governo continua abalada, dado que as restrições impostas e a utilização das cavernas Gcwihaba para fins turísticos na agenda nacional de desenvolvimento inviabilizou que a comunidade mantivesse o seu estilo de vida e tradições culturais ancestrais. Nas entrevistas realizadas o autor do trabalho analisado constatou que os habitantes do vilarejo XaiXai não tem mais o senso de pertença sobre as cavernas como anteriormente.

Foi apontado que a inserção do turismo na região resultou na “comoditização” da cultura local e que tanto as suas tradições como até mesmo a sua aparência física são agora uma das principais razões pelas quais o local é visitado. Apesar disso, a população reconhece que o TBC contribui ativamente para a preservação do seu património cultural e para a difusão da sua cultura pelo mundo no sentido de manter a memória de como eles viviam anteriormente viva. Alguns habitantes afirmam que a próxima geração já não vai mais ter o mesmo estilo de vida do que os seus ancestrais, já que não vão poder mais caçar e vão ter mais contacto com a cultura externa do que os habitantes do vilarejo jamais tiveram. Por outro lado, afirmam também que o TBC possibilitou o registo e a manutenção de alguns aspetos da sua cultura e que a atratividade proveniente do turismo serviu para manter as suas tradições vivas e diversificar a sua base económica, sendo uma alternativa melhor ao esquecimento e a pobreza.

Por fim, tendo em vista que as restrições e agenda económica nacional dificilmente seriam revogadas, dentro das alternativas do vilarejo, o turismo de base comunitária apresentou-se como uma maneira de manter viva a memória das tradições ancestrais da população do vilarejo XaiXai, bem como uma valiosa ferramenta para geração de renda e empregos no local. É importante ressaltar também que o turismo de base comunitária não pode ser visto como a única solução para todos os problemas do vilarejo, e sim deve ser tratado como uma ferramenta que, aliado a outras atividades, possam amenizar o impacto das mudanças que ocorreu no local e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

3. Ilhas de Coron, Filipinas (Okazaki, E. 2008). - (APÊNDICE VIII – Tabela 3)

O estudo de caso foca num projeto de ecoturismo de base comunitária implantado na comunidade de maioria indígena, de etnia Tagbanua, que habitam a Ilha de Coron. Ao fim da década de 1990 a população local recebeu os direitos que legalizavam a posse da terra em que habitavam (Certificado de Reivindicação de Domínio Ancestral), devendo preservar o meio ambiente da região, em contrapartida. Para realizar tal tarefa, os habitantes decidiram por conta própria implementar um programa de ecoturismo de base comunitária como ferramenta de desenvolvimento local e preservação da natureza.

Figura 4: foto aerea da Ilha de Coron.



Fonte: <https://www.wildandaway.com/kayangan-lake-coron-island-boat-tour/>, acessado em 08/01/2022.

Foi criada uma organização comunitária chamada “Fundação Tagbanua da Ilha de Coron” onde, conforme a cultura local, os líderes da comunidade indígena, geralmente mais velhos, tomaram a liderança. Com o auxílio de ONGs e do Governo Local no treino dos membros da organização para trabalharem com a indústria turística deu-se início ao planeamento e a organização do programa. Foi destacado também que não houve treino para o restante da comunidade, que delegou a tarefa aos líderes comunitários como sempre foi feito segundo a cultura local. Também não houve participação nem representação da liderança comunitária por parte da minoria dos habitantes da ilha que não pertenciam à comunidade indígena.

Foi definido que as atrações turísticas estariam relacionadas aos recursos endógenos do local (fauna, flora e paisagens naturais) e à alguns passeios desenvolvidos (mergulho e passeios de barco na Cidade de Coron, um núcleo urbano próximo). Para isso, seriam cobradas taxas de acesso aos locais visitados e também pelos passeios, com o objetivo de gerar renda para a manutenção do ambiente natural da comunidade e regular o número de visitantes, o que contribuiria para a manutenção da cultura local.

Tais taxas causaram reações negativas por parte dos habitantes da Cidade de Coron, que antes utilizavam a ilha de graça e agora não poderiam mais. Isto gerou um abalo na relação da população urbana local com a comunidade da ilha, e na relação dos habitantes da cidade e da ilha com o Governo local, que apoiou a criação das taxas. Apesar disso, os habitantes da cidade reconheciam a necessidade de limitar o acesso ao local e, apesar de não haver nenhum consenso até a data em que o artigo analisado foi escrito, a autora considerou que aconteceram discussões construtivas e que o conflito era uma reação natural antecedente da solução dos eventuais problemas.

Nas entrevistas realizadas com turistas, a autora constatou que o projeto teve sucesso em atrair visitantes para a comunidade e reforçou que a cultura e o ambiente local estavam a ser mais conhecidos na região, visto que pessoas de outras cidades e regiões passaram a conhecer a comunidade Tagbanua, e ambiente, e modo como viviam. Apesar disso, o número de turistas anuais, pagando a taxa estabelecida, não gerava renda suficiente para cobrir os custos operacionais do projeto. Um fator de sucesso identificado pelos turistas entrevistados foi a preservação do ambiente natural. As taxas estabelecidas e as patrulhas de controlo instauradas fizeram com que a fauna e a flora local, utilizadas como recurso de atratividade turística, estivessem a ser bem preservadas, o que possibilitou a manutenção da cultura, das atividades tradicionais (principalmente a pesca) e do ambiente natural local. Ao contrário dos habitantes da Cidade de Coron, os turistas

de fora da região que foram entrevistados também afirmaram que estariam dispostos a pagar mais pela experiência.

Já na entrevista com os moradores da ilha observou-se que 74% dos respondentes não apoiavam o desenvolvimento do turismo no local, provável reflexo do poder de decisão sobre o empreendimento estar centralizado nas mãos dos líderes comunitários. Por outro lado, quase o mesmo número de entrevistados considerava que os líderes locais deveriam tomar a frente no desenvolvimento do programa, não cogitando a hipótese de uma redistribuição de poder sobre a atividade na comunidade, provavelmente devido à questão hierárquica dos indígenas Tagbanua.

Assim, apesar dos benefícios relacionados a preservação ambiental e a manutenção da cultura e do ambiente local, não se pode dizer que houve um fortalecimento da autoestima ou da identidade local, mas sim a sua manutenção, visto que os habitantes, por não terem participado ativamente nas decisões e da definição dos objetivos, nem recebido treino sobre o turismo, não relacionaram tais benefícios a atividade turística. Portanto, pode-se concluir que o turismo gerou vantagens para o local, mas, do modo como foi feito, não está a ser sustentável, visto que para concretizar as expectativas dos habitantes sobre o desenvolvimento do local é necessário mais do que apenas informar e consultar a comunidade, mas integrá-los no planejamento futuro da atividade de forma com que tanto os benefícios como os malefícios do turismo possam ser identificados e avaliados.

4. Chalalán Ecolodge, Bolívia (Gordillo, J. e Stronza, A. 2008). - (APÊNDICE VIII – Tabela 4)

O Chalalán Ecolodge é parte do programa de ecoturismo de base comunitária localizado no Parque Nacional Madidi, na Bolívia. A iniciativa para transformar o local em destino turístico partiu da comunidade que, junto a parceiros externos, elaboraram e administraram o projeto no início. Atualmente o programa pertence e é administrado pela comunidade local, San Jose de Uchupiamonas, e os lucros provenientes do turismo são divididos entre os indivíduos que trabalham com a atividade e parte enviadas a um fundo comunitário, utilizado para fazer investimentos (principalmente saúde e educação) no local. As atrações estão relacionadas a passeios na natureza.

A comunidade participou ativamente do desenvolvimento do processo turístico desde o início e teve voz ativa ao determinar qual a visão para o futuro da região e o papel do turismo dentro deste cenário. A percepção dos moradores sobre o turismo é positiva,

porém é reconhecido que a atividade, para além dos benefícios e mudanças relacionadas a economia, também causa mudanças sociais na comunidade.

Alguns anos após a implantação do programa turístico houve retorno de antigos moradores para a comunidade, bem como uma redução nos processos emigratórios, o que é visto com bons olhos pela população local. Tal fator é atribuído diretamente ao aumento da autoestima dos moradores da região, que tem agora oportunidades de emprego e orgulho do sucesso do empreendimento em andamento no seu território. Outros impactos destacados neste aspeto é a possibilidade de aprendizado, contacto com diferentes culturas, aumento da confiança, melhoria na capacidade de lidar com problemas e o fortalecimento das relações com agentes externos a comunidade. Segundo os moradores, isto contribui para a construção de uma relação de confiança e igualdade entre os habitantes.

Figura 5: área exterior das cabanas, Parque Nacional Madidi, Bolívia.



Fonte: <https://lostworld.com/destinations/bolivia/amazon-and-the-yungas/chalalan-ecolodge/>, acessado em 07/01/2022.

Foi relatado que houve a criação de novos empregos relacionados ao turismo, bem como a geração de renda complementar para os membros da comunidade. Segundo os moradores, apesar do inegável benefício de se ter mais recursos económicos, os impactos derivados destes benefícios não foram todos positivos, visto que a atividade gerou alguns conflitos entre os trabalhadores. Outro fator destacado foi o desapontamento de os lucros não serem suficientes para sustentar todas as famílias da comunidade, facto atribuído a

falta da gestão de expectativas pelos agentes externos ao elaborar o programa de TBC, visto que a atividade tem que ser tratada desde o princípio como renda complementar, e não como fonte de sustento.

Os moradores também destacaram que desde que o programa foi implantado, houve uma melhoria nas relações com os agentes externos da comunidade, incluindo instituições governamentais, colaborando entre si para monitorar a vida selvagem no local. No planeamento do programa foi definido que as rotas turísticas e os alojamentos para os visitantes estariam localizados longe de onde ocorrem as atividades quotidianas da comunidade, o que contribuiu para a manutenção da privacidade local e a boa relação entre os moradores e os turistas.

Desde o princípio foi adotada uma postura de aproveitamento sustentável dos recursos endógenos ao território, demarcando áreas que poderiam ser visitadas e um número mínimo de pessoas a serem abrigadas. Além disso, há um monitoramento constante do meio ambiente natural por parte dos envolvidos no projeto, o que mitigou os impactos causados pelo crescente número de pessoas atraídas para o local. Edifícios foram recuperados e novas infraestruturas foram construídas, como, por exemplo, tratamento de água e esgoto, estruturas para melhoria dos transportes e comunicação, o que foi visto de forma positiva pelos moradores locais.

Um dos impactos negativos destacados foi que muitos elementos relacionados a identidade local começaram a mudar, algumas atividades tradicionais foram gradativamente perdendo espaço para o turismo e a demanda por trabalho nos alojamentos e contacto com a cultura externa também influenciaram alguns dos costumes dos nativos.

5. Kapawi, Equador (Gordillo, J. e Stronza, A. 2008). - (APÊNDICE VIII – Tabela 5)

O programa de ecoturismo de base comunitária está localizado na Reserva Kapawi, no Equador. A comunidade Achuar, que habita o local, tomou a iniciativa para iniciar o TBC e, junto a empresa privada Canodros S.A, planearam e desenvolveram o programa. O acordo inicial, em vigor até 2011, previa que a comunidade ficasse com a maior parte dos lucros, e os parceiros do setor privado recebessem uma taxa por visitante e um desconto nas terras que arrendavam, que pertencem aos Achuar. As atrações turísticas estão relacionadas a passeios na natureza, a biodiversidade local e as tradições culturais da comunidade.

Os moradores da região participaram no planeamento e na implantação do programa no território, tendo voz ativa na definição de como o turismo se encaixaria na

visão que tinham para o futuro da comunidade. As atrações e os serviços turísticos foram alocados num local distante do dia a dia da comunidade, o que contribuiu para mitigar alguns dos impactos que são geralmente causados pela atratividade resultante do turismo, como a invasão da privacidade dos moradores e a hostilidade resultante para com os visitantes. Outra medida adotada pela comunidade, visando manter a sustentabilidade do programa, foi a monitorização constante do meio ambiente e da vida selvagem, de forma que seja possível se antecipar a quaisquer eventuais problemas ou danos.

Ao longo da execução do programa houve estruturas degradadas recuperadas, bem como a construção de novas infraestruturas para possibilitar que o programa de turismo funcionasse melhor. As estruturas construídas foram feitas no estilo tradicional da comunidade o que, junto a incorporação das tradições culturais no programa turístico, contribuiu para difundir o conhecimento sobre a cultura local. A relação com visitantes e o facto de a comunidade ter conseguido criar e administrar um modelo de negócio (considerado bem-sucedido em muitos pontos pelos habitantes e pesquisadores) contribuiu para a melhoria na autoestima local. Os contactos com agentes externos e as novas oportunidades provenientes do turismo fizeram com que a comunidade local se tornasse mais confiante e resiliente na resolução de problemas.

Figura 6: alojamentos na Reserva Kapawi, Equador.



Fonte: <https://www.kapawi.com>, acessado em 07/01/2022, modificada pelo autor.

Os habitantes do local consideraram positiva as ofertas de emprego e a renda extra provenientes da atividade turística. Apesar disso foi destacado que houve problemas gerados a partir disso, entre os quais a erosão das relações tradicionais (em especial entre os trabalhadores dos alojamentos e os demais membros da comunidade) e a diminuição dos serviços comunitários dentro da comunidade, pois muitas pessoas que faziam estes serviços agora querem receber por ele. Ainda nesta linha de deterioramento das relações, é possível afirmar que não houve um fortalecimento da identidade local após a implantação do TBC, mas sim o oposto. Além das alterações sociais, foram relatados perdas dos costumes e tradições locais daqueles que trabalham nos alojamentos, que passaram agora a ficar muito tempo longe da comunidade e a desacostumar com os seus rituais e tradições.

Outro ponto negativo citado foi que muitos dos habitantes ficaram desapontados com os lucros provenientes do turismo, que não é suficiente para manter as famílias por si só. Tal questão foi atribuída a falta de gestão de expectativas por parte dos agentes externos, que deviam ter deixado claro desde o princípio que a renda proveniente da atividade deve ser tratada como complemento e não como fonte de sustento.

6. Posada Amazonas, Peru (Gordillo, J. e Stronza, A. 2008). - (APÊNDICE VIII – Tabela 6)

Posada Amazonas é o nome dado aos alojamentos pertencentes a um programa de ecoturismo de base comunitária localizado no Parque Nacional Bahuaja-Sonene, no Peru. A comunidade nativa local, Infierno, teve a iniciativa de propor a implantação do turismo no local e, em conjunto com a empresa privada de turismo Rainforest Expeditions, administraram o programa até 2016, quando o controle passou inteiramente para a comunidade.

Figura 7: Posada Amazonas, Peru.



Fonte: <https://www.amazingperu.com/peru/manu/manu-tambopata-tours/posada-amazonas-1.asp>, acessado em 07/01/2022.

Durante os 20 anos de trabalho conjunto, 60% dos lucros iam para os moradores e 40% para a empresa de turismo parceira. Os lucros destinados à comunidade são todos divididos igualmente entre os moradores, mesmo após a comunidade assumir completamente o programa de turismo. Em 2008, na data da pesquisa, já havia sinais de insatisfação sobre a divisão de igualitária de lucros, sendo que muitos dos que participavam ativamente nos trabalhos relacionados ao turismo não concordavam com as pessoas recebendo a mesma quantidade de benefícios somente por serem membros da comunidade, sem trabalhar no programa.

Os principais pontos turísticos estão relacionados a passeios de natureza e a comunidade teve papel ativo na definição e desenvolvimento do programa, assim como no estabelecimento das regras e limitações referentes ao mesmo. Desde o princípio foram adotadas regras para aproveitar de forma sustentável os recursos do território, tais como limite do número de visitantes, trilhas pré-selecionadas, monitorização constante do impacto do turismo na vida selvagem e também a segregação do espaço privado da comunidade, havendo um espaço específico demarcado para abrigar o programa turístico.

O programa de TBC gerou emprego e proporcionou ganhos económicos, o que foi visto por muitos como ponto positivo a ser destacado. Apesar da perspectiva favorável, tais oportunidades também geraram mudanças indesejadas na comunidade, como, por exemplo, o abandono de atividades tradicionais para se dedicar completamente ao turismo ou alguns trabalhadores da pousada tentando abdicar das suas obrigações comunitárias, o que levava a conflitos e desgastes nas relações sociais.

Além dos benefícios económicos, o reforço da autoestima dos habitantes locais também foi um destaque positivo. Houve um aumento de confiança nas capacidades de gestão, manutenção e administração de iniciativas por parte da comunidade, bem como a capacidade de lidar melhor com problemas e a oportunidade de criar relações saudáveis com agentes externos a comunidade. Outro ponto destacado foi a confiança que as mulheres ganharam neste processo, deixando de se limitar ao trabalho de casa e participando ativamente da manutenção do empreendimento, da mesma maneira que os homens.

Por fim, antes de o programa ser iniciado houve investimento na recuperação de infraestruturas, bem como na construção de novas, tais como estradas, redes de esgoto, estações de tratamento de água, painéis solares e estruturas para melhoria nos meios de comunicação. Tais intervenções contribuíram para a melhoria da qualidade de vida na comunidade

7. Bigodi, Uganda (Lepp, A. 2007). - (APÊNDICE VIII – Tabela 7)

Bigodi é um pequeno vilarejo em Uganda, situado na fronteira do Parque Nacional Kibale. A maioria dos seus residentes estão, assim como a maioria da população rural do país, envolvidos com agricultura familiar e, apesar de produzirem o suficiente para se sustentar, não produzem muito para comercializar, o que torna o território rural de Uganda pobre economicamente. Na segunda metade do século XX, o turismo rural tornou-se um importante elemento na agenda nacional, sendo visto como uma ferramenta importante para criar oportunidades económicas nestas localidades. Devido a este enfoque, diversas áreas naturais começaram a ser declaradas zonas de preservação, o que mudou a dinâmica de como as populações rurais costumavam viver.

A ideia de implantar um programa de turismo em Bigodi foi introduzida por um agente externo a comunidade, a “US Peace Corps Volunteer”. Num primeiro momento, o desenvolvimento da atividade no local foi conturbado, os habitantes da comunidade não estavam familiarizados com o termo nem com o conceito de turismo e, para muitos, a ideia de se ter turistas ricos visitando o seu vilarejo remetia às memórias do imperialismo britânico no local.

Com isso, o período entre o contacto inicial com a comunidade, e o desenvolvimento do programa levou mais de 2 anos, quando alguns dos habitantes que tinham prestígio no local resolveram, por incentivo externo, criar uma cooperativa e começar a planear e desenvolver infraestrutura para comportar um programa de turismo no local. No início era necessário um pagamento único de 10 dólares para ser membro, o que levou a uma adesão pequena e a uma revolta por parte dos fazendeiros locais que sentiam que as suas terras estavam sendo utilizadas para propósitos que não os interessavam.

Devido a esta insatisfação, esta taxa foi extinta e foi promovido participação grátis com todos os benefícios inclusos para todos os fazendeiros cujas terras faziam fronteira com a área delimitada para o projeto. Tal atitude não só legitimou o desenvolvimento do TBC no local como também dobrou os membros da cooperativa.

Os potenciais turísticos no local estão relacionados a natureza e a vida comunitária, sendo que a maior atração do programa é um passeio pelo Pântano Magombe, uma área natural pertencente a comunidade, com o destino sendo o vilarejo de Bigodi, de forma a ensinar o turista sobre a cultura e as tradições locais, bem como sobre o dia a dia da população do vilarejo.

A estratégia de “marketing” inicial foi ter como público alvo os turistas que visitavam cidades e o parque nacional no entorno da comunidade. Logo que o programa começou a

funcionar já havia um considerável número de visitantes no local, o que comprovou o sucesso da estratégia adotada em atrair turistas e começou a gerar renda para os habitantes envolvidos no turismo. Devido à prosperidade aparente da cooperativa, os moradores que não estavam envolvidos no turismo começaram a se interessar e a querer ter voz ativa no planeamento do futuro da comunidade. Isto não só levou a um aumento dos membros, que chegou a mais de 20% dos habitantes locais, como a execução de novas políticas participativas para os não membros, como reuniões periódicas onde todos expunham as suas opiniões. Assim, além de pertencer à comunidade, o programa também passou a ser integralmente administrado localmente.

Figura 8: construção tradicional do vilarejo de Bigodi, Uganda.



Fonte: <https://globalgaz.com/cultural-walk-bigodi-uganda/>, acessado em 17/01/2022.

A implantação do turismo de base comunitária no local gerou renda extra e emprego para os habitantes da comunidade e, além disso, criou uma nova dinâmica comercial local. Não só as pessoas que não trabalhavam formalmente no turismo passaram a vender os seus produtos (artesanatos, trabalhos artísticos, comidas tradicionais) aos turistas como forma de complementar a sua renda, como também os fazendeiros passaram a produzir mais para atender as demandas dos estabelecimentos locais pertencentes as pessoas que deixaram de trabalhar com a agricultura, o que fez com que o dinheiro recebido no turismo circulasse, em grande parte, dentro da comunidade.

A renda gerada pela cooperativa é reinvestida na comunidade, em especial na construção de novas infraestruturas, sendo a mais significativa e bem vista pela população local uma escola com ensino médio, o que faz com que todos se beneficiem de alguma maneira dos lucros provenientes do turismo. Além disso, nas entrevistas realizadas, raramente as pessoas expressavam reações negativas sobre a implantação do turismo local. Na maioria das vezes as pessoas viam a atividade como a ferramenta que possibilitou o desenvolvimento comunitário e o fomento da economia local, o que gerou uma melhoria na autoestima e na qualidade de vida dos moradores, comparado a como viviam anteriormente.

Um dos impactos negativos identificados pelo autor nas entrevistas foi o aumento das invasões de plantações pelos animais selvagens, resultantes das restrições de caça e de utilização do Parque Nacional Kibale, impostas pelo Governo quando determinou a área como zona de preservação. Como as restrições impostas dificilmente mudariam, e os habitantes não tinham voz ativa nem poder para opinar nas políticas de preservação ambiental do território nacional, a cooperativa local passou a dedicar parte dos ganhos do turismo para cobrir estas despesas nas colheitas.

Assim, não houve melhoras na relação com o Governo, visto que a preservação do Pântano Magombe e do Parque Nacional Kibale, promovidas por meio do turismo de base comunitária, de forma bem sucedida, escancarou os problemas de falta de participação e envolvimento da população nas decisões públicas relativas à conservação ambiental. É destacado que, nas pesquisas realizadas com os habitantes, apesar da frustração por não terem sido consultados nas políticas governamentais sobre a preservação ambiental, não foi mencionado nenhuma vez como benefício a participação comunitária no turismo. Isto foi atribuído ao facto de que a população nunca teve contacto com a atividade antes e, para eles, não há outra forma de turismo sem ser a como eles conhecem, no caso com elevada participação comunitária.

Por fim, apesar de o programa de turismo de base comunitária em Bigodi ter tido sucesso em promover emprego e renda para os habitantes locais, bem como contribuir para o desenvolvimento local e conservação do meio ambiente, é destacado a importância de se monitorizar a atividade no local ao longo dos anos, uma vez que é indicado que a comunidade está cada vez mais dependente do turismo e menos investida nas atividades tradicionais do território.

8. Ilha Taquile, Peru (Zorn, E. e Farthing, L. C. 2007). - (APÊNDICE VIII – Tabela 8)

Taquile é uma ilha localizada no lago Titicaca, no Peru, habitada por uma população indígena com cerca de 1900 habitantes (2005). A ilha é conhecida por ser um exemplo positivo da implantação de um programa de turismo comunitário pertencente a comunidade, com administração local e ampla distribuição de benefícios. O turismo começou durante as décadas de 70 e 80, sem a intervenção do Governo ou de organizações não governamentais.

A economia da ilha estava anteriormente relacionada a agricultura e a pesca, e era acessível somente por meio de pequenas embarcações construídas com materiais locais. Posteriormente os habitantes também obtinham ganhos económicos a partir de trocas, em especial pelos produtos de tecelagem manual fabricados na ilha, que no século XXI foi classificado pela UNESCO como património cultural imaterial da humanidade.

A população local sempre teve como característica um forte senso de comunidade e unidade, sendo está uma das razões porque o turismo de base comunitária funcionou tão bem no local na segunda metade do século XX. Apesar de a ilha ser desprovida de eletricidade e meios de comunicação na época, a comunidade não era completamente isolada do mundo exterior, sendo que os habitantes já tinham algumas instalações e infraestruturas básicas como, por exemplo, uma escola. Até a década de 70 alguns visitantes eventualmente visitavam a ilha e, percebendo ser possível comercializar produtos e serviços, a população local começou a investir gradualmente no turismo.

Durante este processo, muitas vezes a comunidade precisou de ajuda externa, geralmente indivíduos voluntários, estudantes ou pessoas ligadas ao local através da religião, que atuaram como mediadores na comunicação e resolução de eventuais conflitos quando necessário. Durante a década de 70, um grupo-chave de mediadores convenceu a comunidade dos benefícios económicos de investir no turismo, o que levou ao início do planeamento e implantação do TBC no local.

No começo, a viagem para a ilha era longa e não era possível voltar no mesmo dia, sendo necessário pernoitar na ilha. Com o tempo, a população comprou veículos para carregar os moradores e barcos para fazer a travessia do rio por conta própria, o que diminuiu a duração da viagem significativamente e contribuiu para aumentar o fluxo de turistas no local. Eventualmente os habitantes conseguiram uma licença do Governo para o monopólio das travessias de turistas para Taquile, o que foi benéfico no sentido de aumentar a renda para os locais e controlar a quantidade de visitantes permitidas no local.

Na década de 80 vários benefícios do turismo tornaram-se aparentes para a população local, entre eles a geração de renda extra, a aquisição de novas habilidades, novas interações sociais e o fomento da comercialização de produtos locais. Este sucesso é atribuído a força das instituições locais, a distribuição dos benefícios do turismo, ao

auxílio de mediadores de fora da comunidade, a formação de parcerias e a publicidade planeada antecipadamente.

Assim, durante a década de 80, quase toda a família que habitava a ilha tinha pelo menos um membro envolvido diretamente com o turismo. Neste período também foi constatado tentativas agressivas por parte de agentes particulares externos a comunidade de lucrar com o turismo local, seja através da aquisição de terras, construção de hotéis ou planeamento de viagens para a ilha. Tais tentativas eram sempre repelidas pela comunidade local, cujos anciãos consideravam que a venda das suas terras ou serviços a pessoas de fora enfraqueceria o senso de comunidade e, devido a isto, faziam o possível para que a população não cedesse as suas terras.

Figura 9: construções na Ilha Taquile, século XXI.



Fonte: <https://www.ahappypassport.com/blog/lake-titicaca>, acessado em 23/01/2022.

De 1981 até 1995 o setor de turismo no Peru sofreu muito com o contexto de guerra civil interno, a economia começou a decair e qualquer local com o mínimo de turismo passava a ser relevante no sentido económico. Assim, os operadores de turismo e as agências ficaram cada vez mais cientes da existência da ilha Taquile e começaram a planear as suas próprias viagens agendadas para o local. A licença do monopólio dos transportes da população foi primeiramente ignorada pelos agentes privados a posteriormente revogada pelo Governo, pois os turistas se sentiam lesados por terem que

pagar por transporte fora do pacote turístico oferecido pelas agências. Com isso a população local foi se ressentindo com o Governo e lentamente perdendo o controlo do avanço do turismo no local.

Ao final da década de 90, o cenário político do Peru estava menos conturbado e o turismo voltou a se recuperar, porém, esta década em que a comunidade de Taquile experienciou a promoção do turismo por agentes externos no seu território prejudicou a renda vinda da atividade, bem como a manutenção do programa turístico como era no princípio. Os turistas não pernoitavam mais na ilha, vivenciando a cultura local e experienciando as tradições e serviços da população, mas sim faziam visitas de um dia e mal consumiam. Com isso as instalações turísticas construídas pela comunidade foram lentamente se tornando obsoletas, comparada a estrutura de um operador ou agência de viagens.

Em 2005, perto da data em que o artigo analisado foi escrito, apesar do aumento da autoestima local da comunidade, que se sentia orgulhosa das suas origens e de que a sua cultura era interessante para outras pessoas, os habitantes locais não conseguiram retomar o controlo da atividade no local. A inserção do turismo de larga escala na ilha impossibilitou a concorrência por parte dos moradores e, conseqüentemente, que a atividade fosse administrada de maneira local, visto não haver mais controlo de entrada para a região e que cada turista vinha com a sua própria agenda.

Por fim, isto fez com que se criassem diferenças e conflitos na comunidade, aqueles com maior poder económico lucraram mais e se destacaram, já os demais já não sentiam mais o sentimento de pertença que antes era visto como uma das características principais da população local. Com isto os benefícios pararam de ser igualmente distribuídos entre os habitantes e as tentativas de competir com os agentes externos levaram a construção de mais infraestruturas privadas na ilha, feitas de concreto numa alusão a modernidade, o que acabou por descaracterizar a paisagem do local.

9. Hope Valley, Inglaterra (Bramwell, B. e Sharman, A. 2000). - (APÊNDICE VIII – Tabela 9)

O artigo apresenta o estudo de caso de Hope Valley, uma região na Inglaterra que engloba os vilarejos de Castleton, Edale e Hope. Hope Valley era um local de turismo movimentado fazia décadas e, entre 1993 e 1995, foi estabelecido um plano para implantar um modelo de turismo sustentável de base comunitária para tentar mitigar os impactos que esta atividade causava na região, nomeadamente na sua paisagem, ambiente natural e

cultura. Apesar de não focar nos impactos específicos da implantação do TBC, o estudo faz uma avaliação de como foi o processo de desenvolvimento do plano de turismo sustentável no local e da participação comunitária, visando identificar os problemas e os avanços da abordagem utilizada na região.

Para dar início a reformulação do turismo no local, foi criado um grupo responsável pela administração e planejamento das visitas turísticas a Hope Valley, que devia reorganizar a atividade na região aplicando os princípios do turismo sustentável. O grupo era composto tanto por pessoas que nasceram e moravam na comunidade (cerca de 50%) como por agentes externos interessados no projeto (privados e do Governo local), mas sempre buscando dar voz ativa para os representantes da comunidade. A estrutura interna do grupo era dividida em 6 categorias:

1. Interesses da comunidade;
2. Interesses ambientais;
3. Governo local;
4. Interesses Recreativos;
5. Interesses relacionados ao turismo;
6. Outros interesses.

Figura 10: Castleton, Hope Valley, Inglaterra.



Fonte: <https://www.touristlink.com.br/england/castleton/overview.html>, acessado em 07/02/2022.

O processo de desenvolvimento do plano consistia na realização de entrevistas e pesquisas na comunidade, avaliação dos problemas causados pelo turismo e apresentação de possíveis propostas e soluções. Conforme as propostas eram elaboradas eram feitas reuniões periódicas na comunidade e também eram enviadas cartas informativas para todas as residências, encorajando os moradores a responderem com a sua opinião e sugestões sobre as questões levantadas pelo grupo de planeamento. Foi relatado que as diferenças de opinião entre os participantes (agricultores, lojistas, idosos, jovens, pessoas que trabalhavam fora das vilas, etc.) geraram muitas discussões e uma dificuldade grande de se chegar a um consenso em quaisquer decisões tomadas, facto que, ao final do desenvolvimento da proposta, foi reconhecido como algo bom, pois as discussões geralmente resultavam em contribuições relevantes e maior entendimento dos diversos pontos de vista dos habitantes da região.

O principal problema identificado foi a superlotação das vilas em determinadas épocas do ano, em especial no verão, o que interferia com o quotidiano da comunidade, gerava trânsito de veículos, falta de vagas para carros e invasão da privacidade dos moradores. Seguindo a metodologia citada, o grupo desenvolveu propostas, entre as quais as mais relevantes foram a limitação do número de visitantes e cobrar estacionamento de veículos nos vilarejos.

A partir apresentação destas propostas, foram identificados novos problemas referentes a metodologia. A divisão existente na comunidade (já constatada pelo grupo) entre os que tinham trabalhos relacionados ao turismo e os que não tinham fortaleceu-se. De um lado, havia pessoas que acreditavam que os turistas estavam se beneficiando de graça da sua região e queriam desacelerar o turismo e, de outro lado, haviam pessoas cujas atividades dependiam diretamente deste fator e as medidas adotadas para reduzir o número de visitantes não foram bem vistas. Outra questão levantada foi que algumas propostas, em especial a de cobrar estacionamento, iriam recair sobre os moradores também, e os que não se beneficiavam do turismo economicamente estariam a carregar um peso sem receber nada em troca. Dentro deste cenário as diferenças de poder dentro e fora da comunidade ficaram cada vez mais visíveis e causou mal-estar entre os moradores. Apesar dos debates e discussões, o grupo e a comunidade chegaram num consenso; houve entendimento por parte dos comerciantes de que o turismo estava a causar impactos indesejados e também por parte dos habitantes de que a atividade era um pedaço importante da renda e economia local. Com isso surgiram novas propostas, como a limitação de acesso em áreas de lotação mais crítica enquanto outros locais teriam

menos regulamentações por estarem com mais disponibilidade, e uma melhor aceitação e concordância entre os moradores.

Ao final do desenvolvimento da estratégia de turismo, o estudo identificou alguns problemas e questões gerais relacionadas ao processo, entre as quais:

- Falta de uma abordagem integrada (Apesar de o grupo criado para desenvolver o programa de adaptação do turismo local incluir representantes de todas as partes envolvidas, ele ainda era uma organização desconectada das outras atividades que aconteciam no local)
- A abordagem de criar propostas e depois apresenta-las para a comunidade a pedir sugestões e opiniões não foi bem vista, pois aos olhos dos moradores, parecia que as decisões já haviam sido tomadas antes mesmo de eles serem consultados.
- Numa abordagem de turismo em rede, cada local terá as suas características próprias e as decisões tomadas não podem prejudicar um vilarejo para aliviar outro sem nenhuma contrapartida.
- Mesmo com todo o esforço dedicado a questão, houve dificuldade para conseguir que todos participassem do projeto (um dos exemplos foram os comerciantes que, de acordo com entrevistas realizadas com moradores locais, só se manifestaram depois que viram que a redução e regulação dos visitantes ia acontecer de fato, alegando que não foram consultados).
- Geralmente os mais envolvidos são aqueles incomodados com a situação, sendo que os muitos só se manifestaram quando o próprio programa de desenvolvimento sustentável do turismo começou a os incomodar.

Vale ressaltar que muito destes problemas ocorreram porque já existia um turismo desenvolvido no local e, diferente de um programa implantado do zero onde a população vai planejar a atividade para atingir os seus objetivos e interesses, os moradores tinham que defender os seus interesses dentro de uma dinâmica onde os impactos e benefícios do turismo já estavam presentes.

10. Reserva Caribs, Dominica (Slinger, V. 2000). - (APÊNDICE VIII – Tabela 10)

A “Reserva Caribs” está localizada em Dominica, na encosta das montanhas a nordeste do país. A comunidade que habita o local é o último grupo indígena Caribs remanescente no Caribe, sendo um total de 2700 habitantes na época em que o artigo foi escrito (2000), cuja economia básica está relacionada a agricultura familiar e a venda de artesanato e produtos locais.

Em 1993, após constatar que a cultura indígena da reserva estava em processo de erosão ano a ano, o Governo de Dominica incentivou a comunidade a realizar um plano de administração e desenvolvimento local, utilizando o ecoturismo de base comunitária como ferramenta para gerar benefícios económicos, preservação do ambiente natural e revitalização cultural. Tal ideia foi bem vista pelos habitantes que, com auxílio e treino sobre a indústria turística e os potenciais locais, decidiram começar um empreendimento de ecoturismo de base comunitária na região.

Com o intuito de revitalizar a sua cultura, meio ambiente e estilos de vida, a população partiu de uma estratégia inicial de documentar e pesquisar a flora, fauna e a cultura da região, além de treinar os moradores para desempenharem atividades específicas relacionadas ao empreendimento, antes de dar início a programa. O ecoturismo de base comunitária é administrado e pertence à comunidade, e as atrações turísticas definidas estão relacionadas a passeios na natureza, observação de animais e aprendizado sobre a cultura e o estilo de vida dos habitantes.

A implantação do programa proporcionou oportunidades de emprego e renda extra aos habitantes, que podem trabalhar no programa como administradores, guias, motoristas, vender serviços locais aos turistas caso desejarem (para atividades que necessitem conhecimento técnico é necessário treino). Outro ponto importante noticiado é a venda dos produtos locais aos turistas, o que elevou as vendas e maximizou os lucros dos habitantes produtores, visto que antes somente vendiam em cidades e lugares de turismo de massa de maneira terceirizada. O benefício económico proveniente do ecoturismo é tratada como um extra, sendo que as suas atividades de agricultura e artesanato continuam a ser suas principais fontes de renda.

Na época em que a pesquisa foi feita as habitações da região eram feitas com materiais locais, mas não como eram feitas originalmente, com palmeiras e troncos de árvores. Contudo, após a implantação do programa turístico, foi realizado um esforço para recuperar estruturas e também desenvolver novas edificações feitas do mesmo modo como as antigas habitações eram construídas tradicionalmente, o que contribuiu para difundir o conhecimento sobre a cultura local para os turistas e também para a população mais jovem. Quando o artigo foi escrito, estavam a planear a implantação de alojamentos para abrigar turistas, feitos conforme os saberes-fazer tradicionais e cuja renda seria destinada a pagar o empréstimo concedido para iniciar o programa. Como esta atividade era ainda muito recente na época da pesquisa, ainda não se tem um relato da dinâmica e dos impactos desta nova atividade, já que os alojamentos que existiam antes eram poucos (somente com permissão especial).

Outro ponto importante destacado foi que a comunidade, ciente de que a sua subsistência depende de bens naturais ou de materiais extraídos da natureza, desenvolveu um plano de preservação e reflorestação do local, visando ter sustentabilidade a longo prazo tanto no empreendimento de turismo de base comunitária como nas suas atividades responsáveis pelas fontes primárias de renda. Assim, a pesquisa descreve o programa implantado na “Reserva Caribs” como sendo até o momento um exemplo de como utilizar os recursos endógenos do território como maneira sustentável de revitalizar a cultura local, preservar o meio ambiente e fortalecer a identidade da comunidade.

11. Gales Point Manatee, Belize (Belsky, J. M. 1999). - (APÊNDICE VIII – Tabela 11)

O programa de ecoturismo na vila de Gales Point teve início em 1992 com o intuito de fornecer uma renda complementar para a comunidade local e incentivar a preservação da fauna e flora da região. Inicialmente o intuito era oferecer atrações não somente relacionadas a passeios na natureza, mas também atividades que promovessem o conhecimento sobre a cultura local, de forma que fosse possível fortalecer a identidade do vilarejo e melhorar a autoestima dos moradores.

Uma equipa de especialistas (de fora da comunidade) foi montado para tomar a frente do projeto e, após reuniões com representantes da comunidade, definiram 4 grupos de ação principais: a associação de fazendeiros, os B&B (Bed & Breakfast ou alojamentos), grupo de artesanato e grupo de guia de viagens. Cada um destes grupos era guiado por uma cooperativa formada por líderes designados pelos habitantes locais. Apesar de os lucros do programa ficarem na comunidade e de ter existido participação dos moradores na execução e na administração do programa, o envolvimento dos mesmos no desenvolvimento e planeamento do empreendimento de ecoturismo rural foi limitado.

O programa teve um bom início e atraiu visitantes, o que contribuía financeiramente para a comunidade mas, após alguns anos, os problemas resultantes de não ter havido participação efetiva dos moradores locais no planeamento e desenvolvimento do programa começaram a surgir. Com o tempo os representantes das corporativas (líderes) de cada grupo começaram a favorecer os seus amigos ou agentes externos a comunidade, visando os seus próprios interesses o que gerou conflito e desigualdades na comunidade. Os responsáveis de cada grupo definiram critérios para participação no turismo, como a necessidade de ter barco para ser guia, taxa em dinheiro mensal e normas a serem seguidas para se ter alojamento o que acabou por afastar a comunidade ainda mais do programa e centralizar as decisões nas mãos de poucos.

Com este desgaste, o objetivo inicial de fortalecer a identidade local e divulgar o conhecimento sobre a cultura da vila não foi atingido e a comunidade vivenciou um aumento nos conflitos internos e externos o que, ao invés de fortalecer, prejudicou a autoestima dos habitantes da região. A presença dos turistas no espaço quotidiano da comunidade também gerou conflitos pela falta de privacidade e por atrapalharem os moradores locais nas suas atividades tradicionais como a pesca e a caça.

Figura 11: Alojamento Manatee, Gales Point, Belize.



Fonte: <https://hawksbillsummer.wordpress.com/manatee-lodge-gales-point/>, acessado em 07/02/2022.

Com este desgaste, o objetivo inicial de fortalecer a identidade local e divulgar o conhecimento sobre a cultura da vila não foi atingido e a comunidade vivenciou um aumento nos conflitos internos e externos o que, ao invés de fortalecer, prejudicou a autoestima dos habitantes da região. A presença dos turistas no espaço quotidiano da comunidade também gerou conflitos pela falta de privacidade e por atrapalharem os moradores locais nas suas atividades tradicionais como a pesca e a caça.

Um dos pontos positivos da implantação do programa de ecoturismo de base comunitária foi a recuperação de estruturas degradadas para a criação de alojamentos e o investimento em novas infraestruturas como rede de esgoto, tratamento de água, transporte e energia elétrica. O mesmo não pode ser dito da renda extra e dos empregos nestes alojamentos, que contribuíram negativamente, gerando conflitos e desigualdades locais, ao invés de servir como suporte económico ou fonte de investimento na comunidade como um todo. O ponto positivo destacado na pesquisa foi o empoderamento e a contribuição para a independência das mulheres, que passaram a ter a sua própria fonte de renda nos alojamentos a partir de habilidades que já possuíam (como cozinhar e cuidar da casa), mas isto também ocorreu de forma desigual e antidemocrática, favorecendo aqueles moradores que estavam no comando do programa.

No final da década de 1990 o grupo de especialistas criado pelo Governo já não estava mais ativo e, com a redução do “marketing”, as visitas diminuíram ano após ano. Com isso houve um abandono da vila por parte do Governo e dos agentes externos. As restrições de pesca e caça continuaram e não havia mais renda do ecoturismo para suprir as demandas por comida e impostos (mesmo para os que trabalhavam no programa), o que fez com que cada morador adaptasse e criasse alojamentos e passeios da forma com que fosse conveniente, sem seguir mais o plano estabelecido nem as normas de proteção da natureza.

Isto fez com que a comunidade ressentisse ainda mais o Governo e com que as relações entre ambas as partes (que já estavam desgastadas devido aos investimentos em coisas que a comunidade não considerava importante e ao privilégio dado aos agentes externos) piorassem consideravelmente. Por fim, a elaboração do programa sem nenhuma participação comunitária, ignorando a história e a cultura local contribuíram para vários fatores que fizeram com que o programa não aproveitasse os recursos locais de forma sustentável e não atingisse quase nenhum dos objetivos previstos, além de deixar um legado de conflitos e deterioração na autoestima local.

5. UM ROTEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE TURISMO RURAL DE BASE COMUNITÁRIA.

A construção do roteiro foi realizada em 3 etapas e a estrutura de mensagens-chave foi inspirada no trabalho de Boronyak et al (2010). Primeiramente foi feito a identificação dos processos necessários para a elaboração de um programa de TBC, descritas no subcapítulo 3.3 e ilustradas no **APÊNDICE III**.

Na segunda parte, descrita abaixo, é feita a identificação e categorização das mensagens chave, que são ações descritas na literatura que levam às boas práticas ou que tenham impacto negativo na comunidade e devam ser tratadas com cautela. As mensagens foram identificadas a partir da discussão feita na análise do material teórico e das informações obtidas na análise literatura empírica, considerando todos os fatores de contribuição avaliados nas tabelas.

Por fim, foi feita a montagem do roteiro, por ordem dos processos necessários para a elaboração do TBC. Cada página trata de duas mensagens-chave por vez sendo avaliado, com base na análise da literatura empírica, qual o impacto ou reação que cada mensagem-chave teve nas comunidades dos estudos de caso qualificados, tanto os positivos como os negativos.

5.1 IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS MENSAGENS-CHAVE.

No total foram identificadas 94 mensagens chave, que foram categorizadas dentro dos 16 processos definidos no subcapítulo 3.3, sendo eles:

PRIMEIRO CONTACTO DA COMUNIDADE COM O TURISMO.

- 1a.** Iniciativa da comunidade para implementar o programa de turismo de base comunitária.
- 1b.** O turismo de base comunitária introduzido por sugestão do Governo.

- 1c. O turismo de base comunitária introduzido por sugestão de outros agentes externos a comunidade.
2. Um programa de turismo de base comunitária só deve ser iniciado caso haja interesse da comunidade.
3. Realizar um trabalho educacional junto a comunidade sobre o funcionamento da indústria turística.
4. Deixar claro os possíveis riscos da introdução do turismo no local.
- 5a. Envolver universidades na educação da população local sobre o turismo.
- 5b. Envolver o Governo na educação da população local sobre o turismo.
- 5c. Envolver outros agentes externos a comunidade na educação da população local sobre o turismo.
6. Adotar desde o princípio um modelo “bottom-up” de atuação.
7. Não considerar as comunidades como organismos homogéneos.

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES LOCAIS.

8. Dar atenção para as dimensões cultural e social, e não só para a dimensão económica.
9. Realizar um estudo sobre as necessidades e ambições da população mais jovem.

IDENTIFICAÇÃO DOS POTENCIAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCAIS.

10. Ter uma definição clara dos potenciais turísticos locais.
11. Os potenciais turísticos identificados devem ser atrativos.
12. Realizar um estudo do entorno para averiguar a possibilidade de se construir uma abordagem em rotas ou em rede.
13. A falta de atrações turísticas atrativas pode ser compensada pela abordagem em rede ou rotas.
14. Dar atenção ao património cultural, para além do natural e material.

REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE

15. Realizar uma abordagem integrada.
16. Estudar a história e a composição estrutural da comunidade.
17. Registrar os saberes-fazer e as tradições culturais locais.
18. Realizar um estudo para definir a capacidade de visitantes que o meio ambiente local e a comunidade podem comportar.

LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO E INFRAESTRUTURA EXISTENTE

19. Trabalhar em conjunto com especialistas.
20. Identificar os objetivos e metas traçadas pelo Governo para a região.
21. Identificar quais são as infraestruturas degradadas que possam ser reabilitadas.
22. Identificar as infraestruturas disponíveis e as que precisam ser construídas.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

23. Envolver a comunidade em todas as etapas do processo turístico.
24. Empoderamento local e voz ativa nas decisões.
25. Formar uma frente de ação unificada.
26. Independente do modelo, a participação da comunidade deve ir além de consultar e informar.
- 27a. Participação comunitária por meio de lideranças individuais.
- 27b. Participação comunitária por meio de lideranças coletivas.
- 27c. Participação comunitária por meio de reuniões e pesquisas coletivas.
28. Todos os habitantes devem poder participar do empreendimento.
29. A comunidade deve ter controlo de qual rumo desejar tomar no futuro.
30. Ao menos parte do empreendimento deve pertencer e ser administrado de forma local.
31. Em programas de turismo em rede cada representante deve ter um responsável por coordenar as iniciativas.
32. O aumento da autoestima é proporcional a responsabilidade atribuída a comunidade.
33. A participação informal no turismo não deve ser desencorajada, mas deve seguir a linha de planeamento definida.
34. Discussões entre os moradores podem ser construtivas.
35. Aqueles com dificuldade de acompanhar o planeamento ou os treinos de capacitação devem ser auxiliados e representados.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS.

36. Priorizar objetivos a longo prazo.
37. Estabelecer metas realistas e gradativas.
38. As metas não devem ir de encontro a legislação e restrições locais.

GESTÃO DE EXPECTATIVAS.

39. O turismo deve ser tratado como atividade complementar.
40. Não tentar maximizar o lucro a curto prazo.

41. Passar uma imagem clara e precisa sobre a atividade turística no local para os visitantes.

PLANEAMENTO DO PROGRAMA TURÍSTICO.

42. Adotar uma abordagem multissetorial e integrada.

43. Refletir o ambiente e a identidade da comunidade no programa de turismo de base comunitária.

44. Evitar tratar os habitantes como peças de museu a serem observados.

45. Planear o programa tendo em vista o público-alvo que se pretende atingir.

46. O valor dos salários e administração dos benefícios devem estar previstos no plano de turismo.

47. Privilegiar a cooperação com as comunidades vizinhas em detrimento a competição.

48. Em programas de turismo em rede, todos os envolvidos terão os seus próprios interesses.

49. Definir regras a serem seguidas pelos turistas quando estiverem a visitar a comunidade.

50. Ter atenção para não invadir a privacidade dos moradores locais.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS HABITANTES.

51a. O Governo como agente de capacitação e treinamento dos habitantes.

51b. Participantes externos não governamentais como agentes de capacitação e treinamento dos habitantes.

52. Capacitar os moradores para eventuais empregos que necessitem de qualificação.

53. Desenvolver materiais de estudo e ações práticas para a capacitação da comunidade local.

GESTÃO DA RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS À COMUNIDADE.

54a. Parcerias com o Governo.

54b. Parcerias com agentes privados externos à comunidade.

55. Evitar interferência externa na organização interna da comunidade.

56. Sempre que possível utilizar serviços, mão de obra e materiais locais.

57. Ter cautela com a venda de terrenos ou propriedades.

“MARKETING”.

58. Definir o mercado e o público-alvo.

59. Identificar oportunidades de mercado.

60. Todas as iniciativas de “marketing” devem ser aprovadas pelos moradores locais.

FINANCIAMENTO.

- 61a. O Governo como financiador.
- 61b. Agentes privados como financiadores.
- 62. O financiamento deve estar alinhado com as metas e os objetivos a longo prazo traçados.
- 63. Políticas de puro assistencialismo devem ser evitadas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURÍSTICO.

- 64. A possibilidade de participação na execução do programa de turismo deve ser igual para todos.
- 65. O meio ambiente não deve ser tratado como material a ser consumido.
- 66. A infraestrutura mínima deve estar pronta antes de se dar início ao programa.
- 67. A reabilitação do património material pode ocorrer gradualmente conforme a execução do programa.
- 68. Construções novas não devem agredir a paisagem da região.
- 69. Estimular a relação e a parceria entre negócios locais.
- 70. Não sabotar os habitantes que não estejam envolvidos com o turismo.

ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

- 71. Vincular a salvaguarda patrimonial e a proteção ambiental diretamente aos benefícios do turismo.
- 72. Buscar a equidade na distribuição dos benefícios.
- 73. Não priorizar a “conservação” do património em detrimento a melhoria da qualidade de vida dos moradores.
- 74. Criação de um fundo comunitário.
- 75a. Divisão do lucro entre todos os moradores da comunidade.
- 75b. Divisão do lucro entre aqueles envolvidos na atividade turística.
- 75c. Reinvestir o lucro na comunidade.

MONITORIZAÇÃO

- 76. Realizar um relatório de avaliação de cada uma das etapas da implantação do programa de turismo de base comunitária.
- 77. Monitorar a quantidade de visitantes mensais e anuais.
- 78. Monitorar a relação com os parceiros externos à comunidade.
- 79. Monitorar a percentagem de habitantes envolvidos com o turismo.

- 80. Monitorar as percepções e atitudes dos moradores perante os turistas.
- 81. Monitorar os impactos a nível económico.
- 82. Monitorar a conservação ambiental e o impacto no meio ambiente.
- 83. Estabelecer parcerias com investigadores e/ou universidades para contribuir na pesquisa.

5.2 O ROTEIRO.

O roteiro (**APÊNDICE X**) foi construído em três etapas. A identificação dos processos necessários para a elaboração de um programa de TBC (**APÊNDICE III**); a identificação e categorização das mensagens-chave; e o relato dos impactos e reações que estas mensagens causaram nos estudos de caso qualificados, quando foi possível identificar. As fotografias utilizadas para ilustrar o roteiro abrangem tanto os 11 estudos de caso qualificados, como os outros 68 programas de turismo rural que foram pré-selecionados para a análise da literatura empírica (**APÊNDICE VII**).

Espera-se que este roteiro sirva de guião para o desenvolvimento de programas de turismo de base comunitária, sendo uma ferramenta informativa para ser utilizada durante o planeamento e antes do plano de ação, de maneira que permite perceber, antes de cada tomada de decisão, os possíveis impactos positivos e negativos relacionados a cada mensagem-chave dentro de cada processo de desenvolvimento do turismo de base comunitária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações feitas na literatura teórica e nas análises de estudos de caso de experiências empíricas sobre a viabilidade de utilizar o turismo rural de base comunitária como ferramenta de desenvolvimento e salvaguarda do património rural de Portugal concluiu que o TBC, desde que atendidas determinadas condições, pode contribuir para desenvolver a comunidade local e salvaguardar o seu património.

Concluiu-se em teoria e confirmou-se nos estudos de caso qualificados que o turismo de base comunitária pode contribuir para a geração de emprego, renda e para a melhoria da autoestima dos habitantes locais, esta última estando diretamente ligada ao engajamento e a responsabilidade conferida aos habitantes dentro do programa. Do ponto de vista do autor, os casos analisados, na maioria das vezes, aproveitaram de forma sustentável os recursos endógenos do território. No entanto, é difícil afirmar que isto se concretizou na análise da literatura, pois a sustentabilidade é um termo ambíguo que deve ser definido em cada referencial teórico que aborda a questão.

A análise da literatura empírica também constatou que, na maioria dos casos selecionados, houve a conservação do ambiente natural e a difusão do conhecimento sobre a cultura local, que foram pontos de divergências entre os autores da análise teórica. A presença de tais fatores está ligado em como é feito o planeamento do turismo no local, sendo que os resultados foram mais expressivos nos casos onde as atividades turísticas estavam relacionadas a possibilitar vivências e experiências do turista junto à comunidade e o ambiente, em detrimento a apenas visitar e observar.

Houve dificuldade para mensurar a contribuição do TBC para o crescimento demográfico. Mesmo nos casos onde este fator existiu, não foi feita uma associação direta entre eles e o turismo e isto reforça a necessidade de pesquisas adicionais nestes campos. O impacto do turismo de base comunitária na melhoria da governança e relação com o Governo só teve um fortalecimento quando o poder público estava envolvido de alguma maneira no programa e os objetivos da população local eram similares aos que estavam planeados nos documentos de gestão territorial do país em questão. Nos casos onde o poder público não estava envolvido não houve impacto significativo na relação entre as

duas partes, com exceção dos casos onde foram impostas restrições às comunidades devido a declaração de uma zona ou área de preservação na região. Nestes casos foi identificado um ressentimento dos moradores para com as instituições governamentais.

Concluiu-se na teoria que a atividade poderia contribuir para a reabilitação de infraestruturas degradadas e na prática a afirmação concretizou-se. Porém, é válido destacar que a relação entre a construção de novas infraestruturas e a reabilitação do património material, no sentido de quais foram as prioridades e dos usos das edificações reabilitadas, não ficou clara o suficiente na literatura empírica para realizar uma análise objetiva.

O estudo concluiu que a identidade local geralmente sofrerá mudanças devido à partilha cultural entre os moradores e os visitantes. Devido à natureza dinâmica do património e a sua condição como processo de transformação cultural, isto pode ser um elemento para fortalecer e salvaguardar o património imaterial da região, contanto que exista um equilíbrio nesta partilha e que não haja um processo de aculturação da comunidade local.

Dos 11 artigos qualificados como material a serem utilizados na análise empírica, 9 foram estudos realizados em comunidades de origem indígena, sendo que 4 destes estão localizados na América do Sul, 2 na África, 2 na América do Norte e 1 na Ásia. Isto reforça que o sucesso do turismo de base comunitária está diretamente ligado ao senso de comunidade e de pertença de determinado coletivo.

O roteiro construído não deve ser visto como solução única para a elaboração de um programa de turismo de base comunitária, mas sim como ferramenta informativa a ser utilizada durante o planeamento e antes do plano de ação, juntamente com outras estratégias, preferencialmente numa abordagem integrada devido aos diversos campos de estudo nos quais as mensagens-chave se enquadram.

Ao utilizar os documentos de gestão territorial e ajustar o critério de seleção relacionado ao contexto, a metodologia desenvolvida pode ser replicada para realizar trabalhos em outros países. Para ampliar e detalhar a metodologia de construção do roteiro pode ser ampliado o estudo da análise da literatura empírica, considerando outros periódicos revisados por pares, em busca de mais casos de estudo que se enquadrem nos critérios estabelecidos, algo que devido a restrições de acesso e tempo, não puderam ser aplicados neste Projeto.

Por fim, recomenda-se que para dar continuidade ao estudo seja adotada uma abordagem integrada, com diversos profissionais envolvidos, de forma a especificar os impactos de cada mensagem-chave e também sugerir um plano de ação concreto para

mitigar estes impactos relatados em cada processo de desenvolvimento do turismo de base comunitária.

BIBLIOGRAFIA

As referências bibliográficas abaixo vão além do registo dos documentos diretamente citados no corpo escrito deste Projeto, incluindo também as referências utilizadas na construção dos apêndices do trabalho, nomeadamente os artigos de estudos de caso pré-selecionados e analisados cuja lista consta no **APÊNDICE VII**.

- Adams, W. M. e Infield, M. (2003). ***Who is on the Gorilla's Payroll? Claims on Tourist Revenue From a Ugandan National Park***. World Development. Vol. 31. 177-190.
- Appiah-Opoku, S. (2011). ***Using Protected Areas as a Tool for Biodiversity Conservation and Ecotourism: A Case Study of Kakum National Park in Ghana***. Society & Natural Resources: An International Journal. Vol. 24. 500-510.
- Becker, C. D. (2003). ***Grassroots to Grassroots: Why Forest Preservation was Rapid at Loma Alta, Ecuador***. World Development Vol. 31. 163-176.
- Beeton, S. (2006). ***Community Development Through Tourism***. Collingwood, Viktoria: Landlinks Press.
- Belsky, J. M. (1999). ***Misrepresenting Communities: The Politics of Community-Based Rural Ecotourism in Gales Point Manatee, Belize***. Rural Sociology 64. 641-666.
- Blackstock, K. (2005). ***A Critical Look at Community Based Tourism***. Oxford University Press and Community Development Journal. Vol. 40. 39-49.
- Boronyak, L. et al. (2010). ***Effective Community Based Tourism. A Best Practice Manual***. Gold Coast. Sustainable Tourism Cooperative Research Center. Griffith University.
- Bramwell, B e Sharman, A. (2000). ***Approaches to sustainable tourism planning and community participation: the case of Hope Valley***. Em Tourism and Sustainable Community Development. Hall, D e Richards, G. (eds). 17-35. Londres e Nova York, Routledge.
- Burns, P. M. e Sancho, M. M. (2003). ***Local perceptions of tourism planning: the case of Cuéllar, Spain***. Tourism Management. Vol. 24. 331-339.
- Buzinde, C. N., Kalavar, J. M. e Melubo, K. (2014). ***Tourism and community well-being: The case of the Maasai in Tanzania***. Annals of Tourism Research. Vol. 44. 20-35.
- Buzinde, C. N., Vandever, V. e Nyaupane, G. (2017). ***Native American communities and community development: the case of Navajo Nation***. Em Performing Cultural Tourism:

- Communities, Tourists and Creative Practices. Carson, S. e Pennings, M. (eds). 44-60. Londres e Nova York, Routledge.
- Caalders, J. (2000). ***Tourism in Friesland: A Network Approach***. Em *Tourism and Sustainable Community Development*. Hall, D. e Richards, G. (eds). 185-204. Londres e Nova York, Routledge.
- Caffyn, A. (2000). ***Developing Sustainable Tourism in the Trossachs, Scotland***. Em *Tourism and Sustainable Community Development*. Hall, D. e Richards, G. (eds). 83 -100. Londres e Nova York, Routledge.
- Campbell, L. M. (1999). ***ECOTOURISM IN RURAL DEVELOPING COMMUNITIES***. *Annals of Tourism Research*. Vol. 26. 534-553.
- Carvalho R., e Marques, T. (2019) ***A Evolução do Conceito de Paisagem Cultural***. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT – No. 16)*. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.
- Clarke, J. et al. (2001). ***Rural Tourism in Roznava Okres: a Slovak case study***. *Tourism Management*. Vol. 22. 193-202.
- Cruz, R. E. H. et al. (2005). ***SOCIAL ADAPTATION Ecotourism in the Lacandon Forest***. *Annals of Tourism Research*. Vol. 32. 610-627.
- Cury, B. et al. (2001). ***Modelling Impacts of Wildlife Tourism on Animal Communities: A Case Study from Royal Chitwan National Park, Nepal***. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 9. 514-529.
- Dabphet, S., Scott, N. e Ruhanen, L. (2012). ***Applying diffusion theory to destination stakeholder understanding of sustainable tourism development: a case from Thailand***. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 20. 1107-1124.
- Eck, N. J. van e Ludo, W. (2010). ***Software Survey: VOSviewer, a Computer Program for Bibliometric Mapping***. *Scientometrics* 84(2). 523-38. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>.
- Ellis, S. e Sheridan, L. M. (2014). ***The Legacy of war for community-based tourism development: learnings from Cambodia***. *Oxford Press and Community Development Journal*. Vol. 49. 129-142.
- English Heritage. (2008). ***Conservation Principles and Guidance. For the sustainable management of the historic environment***. Historic England.
- Ferrão, J. (2011). ***O ordenamento do território como política pública***. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Portugal. 25-31.
- Forsyth, T. J. (1995). ***TOURISM AND AGRICULTURAL DEVELOPMENT IN THAILAND***. *Annals of Tourism Research*. Vol. 22. 877-900.
- Gascón, J. (2013). ***The limitations of Community-Based Tourism as an Instrument of Development Cooperation: The Value of the Social Vocation of the Territory Concept***. *Journal of Sustainable Tourism*. 21:5, 716-731.
- Goodwin, H., e Santilli, R. (2009). ***Community-based tourism: A success?***. International Centre for Responsible Tourism. (ICRT Occasional Paper No. 11).

- Guia de Observação do Património Rural.** (2009). Lisboa, Portugal. Acedido em 27 de julho de 2020, em: <https://hoffice.files.wordpress.com/2010/04/i010464.pdf>
- Guo, Z. e Sun, L. (2016). ***The planning, development and management of tourism: The case of Dangjia, an ancient village in China.*** Tourism Management. Vol. 56. 52-62.
- Hampton, M. P. e Jeyacheya, J. (2015). ***Power, Ownership and Tourism in Small Islands: Evidence from Indonesia.*** World Development. Vol. 70. 481-495.
- Hall, D., Kirkpatrick, I. e Mitchell, M. (Eds). (2005). ***Rural Tourism and Sustainable Business.*** Clevedon, UK: Channel View Publications.
- Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996). ***PERCEIVED IMPACTS OF TOURISM: The Case of Samos.*** Annals of Tourism Research. Vol. 23. 503-526.
- He, G. et al. (2008). ***Distribution of Economic Benefits from Ecotourism: A Case Study of Wolong Nature Reserve for Giant Pandas in China.*** Environmental Management. Vol. 42. 1017-1025.
- Hipwell, W. T. (2007). ***TAIWAN ABORIGINAL ECOTOURISM Tanayiku National Ecology Park.*** Annals of Tourism Research. Vol. 34. 876-897.
- Horn, C. e Simmons, D. (2002). ***Community adaptation to tourism: comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealand.*** Tourism Management. Vol. 23. 133-143.
- Incirlioğlu, E. O. e Çulcuoğlu, G. (2004). ***Complexity of Socio-spatial Transformations Through Tourism A Mediterranean Village, Kaleköy.*** Journal of Tourism and Cultural Change. Vol. 2. 24-45.
- INE. **Instituto Nacional de Estatística, divisões administrativas.** Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt. Acesso em:06/01/2022.
- Ioannides, D. (1995). ***A flawed implementation of sustainable tourism: the experience of Akamas, Cyprus.*** Tourism Management. Vol. 16. 583-592.
- Iorio, M. e Corsale, A. (2014). ***Community-based tourism and networking: Viscri, Romania.*** Journal of Sustainable Tourism. Vol. 22. 234-255.
- Jackiewicz, E. (2004). ***Tourism Without Threat? Excerpts from Rural Costa Rica.*** Annals of Tourism Research. Vol. 32. 266-268.
- Kamsma, T. e Bras, K. (2000). ***Gili Trawangan – from desert island to ‘marginal’ paradise: local participation, small-scale entrepreneurs and outside investors in an Indonesian tourist destination.*** Em Tourism and Sustainable Community Development. Hall, D. e Richards, G. (eds). 170-184. Londres e Nova York, Routledge.
- Kneafsey, M. (2001). ***RURAL CULTURAL ECONOMY Tourism and Social Relations.*** Annals of Tourism Research. Vol. 28. 762-783.
- Koskac, M. (1998). ***Integral development of rural areas, tourism and village renovation, Trebnje, Slovenia.*** Tourism Management. Vol. 19. 81-86.
- La Maza, F. (2016). ***State Conceptions of Indigenous Tourism in Chile.*** Annals of Tourism Research. Vol. 56, 80-95.

- Lepp, A. (2007). **Residents' Attitudes towards tourism in Bigodi village, Uganda**. *Tourism Management*. Vol. 28. 876-885.
- Li, P., Ryan, C. e Cave, J. (2016). **Chinese rural tourism development: Transition in the case of Qiyunshan, Anhui. – 2008 – 2015**. *Tourism Management*. Vol. 55. 240-260.
- Li, W. et al. (2006). **Tourism's Impacts on Natural Resources: A Positive Case from China**. *Environmental Management*. Vol. 38. 572-579.
- Matarrita-Cascante, D., Brennan, M. A. e Luloff, A. E. (2010). **Community agency and sustainable tourism development: the case of La Fortuna, Costa Rica**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 18. 735-756.
- Mbaiwa, J. E. e Sakuze, L. K. (2009). **Cultural tourism and livelihood diversification: The case of Gcwihaba Caves and Xai Xai village in the Okavango Delta, Botswana**. *Journal of Tourism and Cultural Change*. Vol. 7. 61-75.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2019). **Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território**. Portugal.
- Musa, G., Hall, C. M. e Higham, J.E.S. (2004). **Tourism Sustainability and Health Impacts in High Altitude Adventure, Cultural and Ecotourism Destinations: A Case Study of Nepal's Sagarmatha National Park**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 12. 306-331.
- Mvula, C. D. (2001). **Fair Trade in Tourism to Protected Areas – A Micro Case Study of Wildlife Tourism to South Luangwa National Park, Zambia**. *International Journal of Tourism Research*. Vol. 3. 393-405.
- Nicely, A. e Sydnor, S. (2015). **Rural Tourism Development: Tackling a Culture of Local Nonparticipation in a Postslavery Society**. *Journal of Travel Research*. Vol. 54. 717-729.
- Notzke, C. (1999). **INDIGENOUS TOURISM DEVELOPMENT IN THE ARTIC**. *Annals of Tourism Research*. Vol. 26. 55-76.
- Obua, J. e Harding, D. M. (1997). **Environmental Impact of Ecotourism in Kibale National Park, Uganda**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 5. 213-223.
- Ohl-Schacherer, J. et al (2008). **Indigenous ecotourism in the Amazon: a case study of "Casa Matsigenka" in Manu National Park, Peru**. *Environmental Conservation*. Vol. 35. 14-25.
- Okazaki, E. (2008). **A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use**. *Journal of Sustainable Tourism*, 16:5, 511-529.
- Perales, R. (2002). **RURAL TOURISM IN SPAIN**. *Annals of Tourism Research*. Vol. 29. 1101-1110.
- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural**. (2020). Portugal.
- Puhakka, R. et al. (2009). **Local discourses and international initiatives: sociocultural sustainability of tourism in Oulanka National Park, Finland**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 17. 529-549.
- Pyke, J., Pyke, S. e Watuwa, R. (2019). **Social tourism and well-being in a first nation community**. *Annals of Tourism Research*. Vol. 77. 38-48.
- Ramos, A. M. e Prideaux, B. (2014). **Indigenous ecotourism in the Mayan rainforest of Palenque: empowerment issues in sustainable development**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 22. 461-479.

- Ratz, T. (2000). **Residents' perceptions of the sociocultural impacts of tourism at Lake Balaton, Hungary**. Em *Tourism and Sustainable Community Development*. Hall, D. e Richards, G. (eds). 36-47. Londres e Nova York, Routledge.
- Rodrigues, A. L. O., Rodrigues, A. e Peroff, D. M. (2015). **The Sky and Sustainable Tourism Development: A Case Study of a Dark Sky Reserve Implementation in Alqueva**. *International Journal of Tourism Research*. Vol. 17. 292-302.
- Sánchez-Cañizares, S. M. e Castillo-Canalejo, A. M. (2014). **Community-based island. Tourism: the case of Boa Vista in Cape Verde**. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*. Vol. 8. 219-233.
- Sandbrook, C. e Adams, W. M. (2012). **Accessing the Impenetrable: The Nature and Distribution of Tourism Benefits at a Ugandan National Park**. *Society & Natural Resources: An International Journal*. Vol. 25. 915-932.
- Santiago, P. M. (2017). **Saving Sagada**. Em *Performing Cultural Tourism: Communities, Tourists and Creative Practices*. Carson, S. e Pennings, M. (eds). 29-43. Londres e Nova York, Routledge.
- SCIMAGO. **SJR - SCImago Journal & Country Rank**. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/journalrank.php>. Acesso em: 10/01/2022.
- Sharpley, R. (2007). **Flagship Attractions and Sustainable Rural Tourism Development: The Case of Alnwick Garden, England**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 15. 125-143.
- Slinger, V. (2000). **Ecotourism in the Last Indigenous Caribbean Community**. *Annals of Tourism Research*, Vol. 27. 520-523.
- Smith, L. (2006). **Uses of Heritage**. Londres, Routledge.
- Stem, C. J. et al. (2003). **How 'Eco' is Ecotourism? A Comparative Case Study of Ecotourism in Costa Rica**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 11. 322-347.
- Stone, M. e Wall, G. (2004). **Ecotourism and Community Development: Case Studies from Hainan, China**. *Environmental Management*. Vol. 33. 12-24.
- Strickland-Munro, J. e Moore, S. (2013). **Indigenous involvement and benefits from tourism in protected areas: a study of Purnululu National Park and Warmun Community, Australia**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 21. 26-41.
- Stronza, A. e Gordillo, J. (2008). **Community Views of Ecotourism**. *Annals of Tourism Research*, Vol. 35. P. 448-468.
- Su, M. M., Wall, G. e Ma, Z. (2014). **Assessing Ecotourism from a Multi-stakeholder Perspective: Xingkai Lake National Nature Reserve, China**. *Environmental Management*. Vol. 54. 1190-1207.
- Telfer, D. (2000). **Agritourism – a path to community development? The case of Bangunkerto, Indonesia**. Em *Tourism and Sustainable Community Development*. Hall, D. e Richards, G. (eds). 243-258. Londres e Nova York, Routledge.
- Trousdale, W. (1999). **GOVERNANCE IN CONTEXT: Boracay Islands, Philippines**. *Annals of Tourism Research*. Vol. 26. 840-867.

- Verbole, A. (2000). **Actors, Discourses and Interfaces of Rural Tourism Development at the Local Community Level in Slovenia: Social and Political Dimensions of Rural Tourism Development Process**. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 8. 479-490.
- Walpole, M. e Goodwin, H. (2001). **Local attitudes towards conservation and tourism around Komodo National Park, Indonesia**. Environmental Conservation. Vol 28. 160-166.
- Wang, H. et al. (2010). **Minority community participation in tourism: A case of Kanas Tuva villages in Xinjiang, China**. Tourism Management. Vol. 31. 759-764.
- Wang, Y. e Pfister, R. E. (2008). **Residents' Attitudes Toward Tourism and Perceived Personal Benefits in a Rural Community**. Journal of Travel Research. Vol. 47. 84-93.
- Waterton, E e Smith, L. (2009). **Theres no such thing as Heritage**. Em Taking Archeology Out of Heritage. Waterton, E. e Smith, L. (eds). Cambridge Scholars Pres. 11-27.
- Weinberg, A., Bellows, S. e Ekster, D. (2002). **Sustaining Ecotourism: Insights and Implications from Two Sucessfull Case Studies**. Society & Natural Resources: An International Journal. 371–380.
- Yankholmes, A. e Akyeampong, O. (2010). **Tourists' Perceptions of Heritage Tourism Development in Danish-Osu, Ghana**. International Journal of Tourism Research. Vol. 12. 603-616.
- Zamani-Farahani, H. e Musa, G. (2008). **Residents' attitudes and perception towards tourism development: A case study of Masooleh, Iran**. Tourism Management. Vol. 29. 1233-1236.
- Zorn, E. e Farthing, L. C. (2007). **COMMUNITARIAN TOURISM Hosts and Mediators in Peru**. Annals of Tourism Research. Vol. 34. 673-689.

APÊNDICES

Tabela utilizada para a análise da literatura empírica.

AUTOR, DATA, TÍTULO DO DOCUMENTO ANALISADO COMO ESTUDO DE CASO.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
FOI ESCRITO QUANTO TEMPO APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE TBC.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos					
	Contribuição para a Atratividade do Território					
	Contribuição para o Crescimento Demográfico					
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local					
	Fortalecimento da Identidade Local					
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade					
	Geração de Renda para os Habitantes Locais					
	Reforço da Autoestima					
	Melhoria na Governança e Relação com o Governo					
	Recuperação de Estruturas Degradadas					
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL	Valorização e Proteção do Ambiente Natural					
NÚMERO MÉDIO DE RESIDENTES DA COMUNIDADE	SIM					
	NÃO					
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	SIM					
	NÃO					

NOME DA CATEGORIA (Ex: Marketing...)

NÚMERO. MENSAGEM-CHAVE (Ex: 1. Defina um público alvo de turistas antes de pensar no plano de marketing.)

Descrição da mensagem (Ex: Ao elaborar o plano de marketing é importante definir qual o tipo de turista que se deseja atrair. As potencialidades locais e a visão da comunidade para o local tem importante papel...)

ILUSTRAÇÃO

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE (EX: os casos de estudo mostram que quando a população local está envolvida no planeamento e na identificação do grupo focal de visitantes que desejam atrair a adequação da propaganda às potencialidades locais tende a ocorrer de maneira bem sucedida. Por outro lado, houve casos em que não existiu este cuidado com a seleção de público-alvo e a programação turística não atendeu as expectativas dos visitantes, o que acabou sendo prejudicial à imagem da comunidade.)

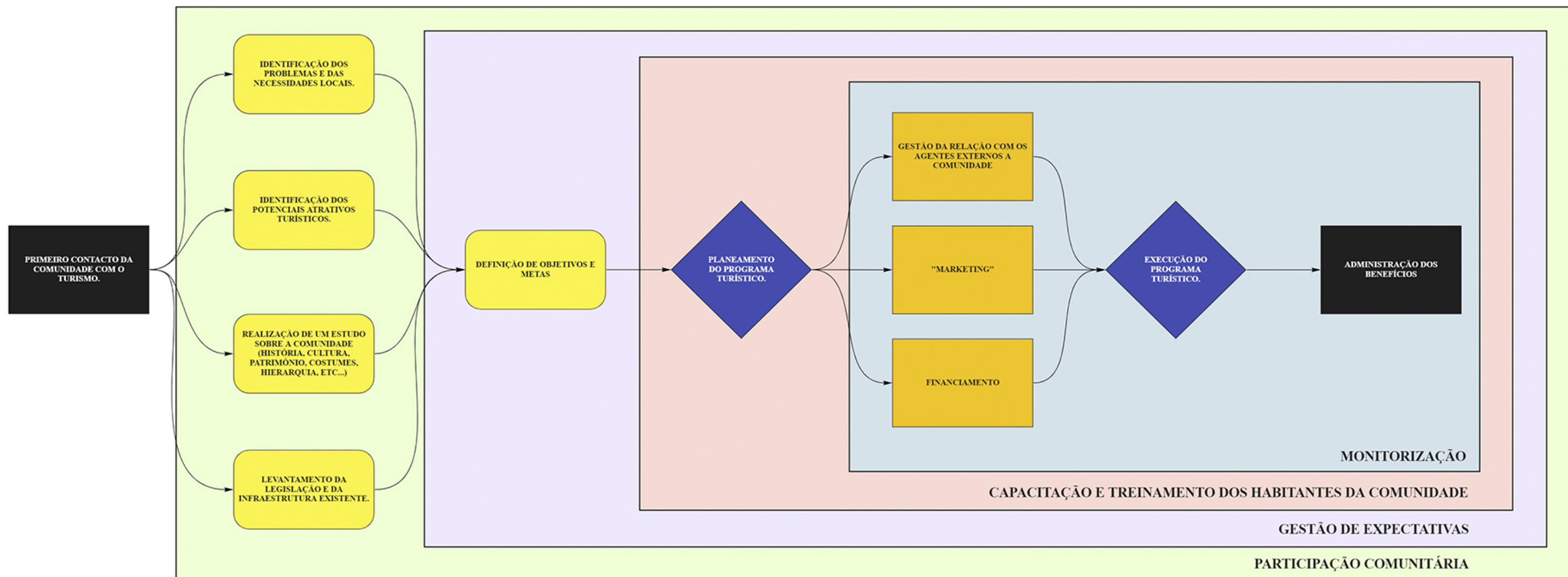
NÚMERO. MENSAGEM-CHAVE.

Descrição da mensagem

ILUSTRAÇÃO

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE

APÊNDICE III: DIAGRAMA DOS PROCESSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.



APÊNDICE IV: TABELA UTILIZADAS PARA A ANÁLISE DA LITERATURA TEÓRICA PREENCHIDA.

Tabela utilizada para a análise da literatura teórica preenchida.

FATORES DE ANÁLISE													FREQUÊNCIA		
	Beeton (2006)			Goodwin & Santilli (2009)			Asker & Boronyak & Carrard & Paddon (2010)			Gascón (2013)					
	Positivo	NA	Negativo	Positivo	NA	Negativo	Positivo	NA	Negativo	Positivo	NA	Negativo	Positivo	NA	Negativo
Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X			X			X					X	3	-	1
Contribuição para a Atratividade do Território	X			X			X			X			4	-	-
Contribuição para o Crescimento Demográfico	X				X		X				X		2	2	-
Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X				X		X				X		2	2	-
Fortalecimento da Identidade Local			X		X		X					X	1	1	2
Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X			X			X				X		3	1	-
Geração de Renda para os Habitantes Locais	X			X			X					X	3	-	1
Reforço da Autoestima	X			X			X					X	3	-	1
Melhoria na Governança e Relação com o Governo	X				X		X					X	2	1	1
Recuperação de Estruturas Degradadas	X			X			X			X			4	-	-
Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X					X	X					X	2	-	2

APÊNDICE V: LISTA DE PERIÓDICOS REVISADOS COM A QUANTIDADE DE ARTIGOS PRÉ-SELECIONADOS, E QUANTOS DESTES FORAM QUALIFICADOS.

FONTE	QUANTIDADE PRÉ-SELECIONADA	QUANTIDADE QUALIFICADA
Annals of Tourism Research	16	3
Artigos em Coletâneas	8	1
Community Development Journal	2	0
Environmental Conservation	2	0
Environmental Management	4	0
International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research	1	0
International Journal of Tourism Research	3	0
Journal of Hospitality and Tourism Management	0	0
Journal of Sustainable Tourism	13	2
Journal of Tourism and Cultural Change	2	1
Journal of Travel Research	2	0
Rural Sociology Journal	1	1
Society and Natural Resources Journal	3	0
Tourism Management Journal	10	1
World Development Journal	3	0
TOTAL	70	9

APÊNDICE VI: QUANTIDADE DE ESTUDOS DE CASO PRÉ-SELECIONADOS E QUALIFICADOS POR PAÍS E CONTINENTE.

CONTINENTE	PAÍS	QUANTIDADE	TOTAL	QUALIFICADOS
África	Botsuana	1	11	2
	Cabo Verde	1		
	Gana	2		
	Tanzânia	2		
	Uganda	4		
	Zâmbia	1		
América do Norte	Belize	1	16	2
	Canadá	2		
	Costa Rica	7		
	Dominica	1		
	Estados Unidos	2		
	México	2		
	Jamaica	1		
América do Sul	Bolívia	1	7	4
	Chile	1		
	Equador	2		
	Peru	3		
Ásia	Cambodia	2	25	1
	China	9		
	Filipinas	3		
	Indonésia	4		
	Irã	1		
	Nepal	2		
	Tailândia	2		
	Taiwan	1		
Turquia	1			
Europa	Chipre	1	16	2
	Escócia	1		
	Eslováquia	1		
	Eslovênia	2		
	Espanha	2		
	Finlândia	1		
	França	1		
	Grécia	1		
	Holanda	1		
	Hungria	1		
	Inglaterra	2		
	Portugal	1		
Roménia	1			
Oceania	Austrália	2	4	0
	Nova Zelândia	2		
TOTAL			79	11

APÊNDICE VII: IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS E DOS CRITÉRIOS ATENDIDOS

DOCUMENTO PRÉ-SELECIONADO COMO ESTUDO DE CASO	LOCALIZAÇÃO (PAÍS, LOCAL).	CRITÉRIOS			QTDE	STATUS
		1	2	3		
Pyke, J., Pyke, S. e Watuwa, R. (2019).	Canadá, Eskasoni.	X	X	_	2	
Buzinde, C. N., Vandever, V. e Nyaupane, G. (2017).	Estados Unidos, Navajo Nation.	X	_	_	1	
Santiago, P. M. (2017).	Filipinas, Sagada.	_	_	X	1	
Guo, Z. e Sun, L. (2016).	China, Dangjia.	_	X	X	2	
La Maza, F. (2016).	Chile, Comunidades Mapuche.	_	_	X	1	
Li, P., Ryan, C. e Cave, J. (2016).	China, Vilarejo Qiyunshan.	_	_	_	0	
Hampton, M. P. e Jeyacheya, J. (2015).	Indonésia, Gili Trawangan.	_	X	X	2	
Nicely, A. e Sydnor, S. (2015).	Jamaica, St. Thomas.	_	_	X	1	
Rodrigues, A. L. O., Rodrigues, A. e Peroff, D. M. (2015).	Portugal, Reserva Dark Sky Alqueva.	_	X	_	1	
Buzinde, C. N., Kalavar, J. M. e Melubo, K. (2014).	Tanzânia, Esilalei.	_	X	X	2	
Buzinde, C. N., Kalavar, J. M. e Melubo, K. (2014).	Tanzânia, Oltukai.	_	X	X	2	
Ellis, S. e Sheridan, L. M. (2014).	Cambodia, Banteay Chhmar.	X	_	X	2	
Ellis, S. e Sheridan, L. M. (2014).	Cambodia, Banlung.	_	_	_	0	
Iorio, M. e Corsale, A. (2014).	Roménia, Viscri.	X	X	X	3	
Ramos, A. M. e Prideaux, B. (2014).	México, El Naranjo.	_	X	X	2	
Sánchez-Cañizares, S. M. e Castillo-Canalejo, A. M. (2014).	Cabo Verde, Boa Vista.	_	_	X	1	
Su, M. M., Wall, G. e Ma, Z. (2014).	China, Xingkai Lake National Reserve.	_	X	X	2	
Strickland-Munro, J. e Moore, S. (2013).	Austrália, Comunidade Warmun.	_	X	X	2	
Dabphet, S., Scott, N. e Ruhanen, L. (2012).	Tailândia, Ilha Ko Kret.	_	_	X	1	
Sandbrook, C. e Adams, W. M. (2012)	Uganda, Parque Nacional Bwindi Impenetrable.	_	_	X	1	
Appiah-Opoku, S. (2011).	Gana, Parque Nacional Kakum.	_	_	X	1	
Matarrita-Cascante, D., Brennan, M. A. e Luloff, A. E. (2010).	Costa Rica, La Fortuna.	X	_	X	2	

Wang, H. et al. (2010).	China, Reserva Natural Kanas.	-	-	X	1	
Yankholmes, A. e Akyeampong, O. (2010).	Gana, Danish-Osu.	-	-	-	0	
Mbaiwa, J. E. e Sakuze, L. K. (2009).	Botsuana, Vilarejo XaiXai.	X	X	X	3	
Puhakka, R. et al. (2009).	Finlândia, Parque Nacional Oulanka.	-	-	X	1	
He, G. et al. (2008).	China, Reserva Natural Wolong.	-	-	X	1	
Ohl-Schacherer, J. et al (2008).	Perú, Parque Nacional Manu.	X	X	-	2	
Okazaki, E. (2008).	Filipinas, Ilha de Coron.	X	X	X	3	
Stronza, A. e Gordillo, J. (2008).	Bolívia, Chalalán Ecolodge.	X	X	X	3	
Stronza, A. e Gordillo, J. (2008).	Equador, Kapawi.	X	X	X	3	
Stronza, A. e Gordillo, J. (2008).	Peru, Posada Amazonas.	X	X	X	3	
Wang, Y. e Pfister, R. E. (2008)	Estados Unidos., Washington.	-	-	X	1	
Zamani-Farahani, H. e Musa, G. (2008)	Irã, Masooleh.	-	X	X	2	
Hipwell, W. T. (2007).	Taiwan, Parque Nacional Tanayiku.	-	-	X	1	
Lepp, A. (2007).	Uganda, Bigodi	X	X	X	3	
Sharpley, R. (2007).	Inglaterra, Alnwick.	-	-	X	1	
Zorn, E. e Farthing, L. C. (2007).	Peru, Ilha Taquile.	X	X	X	3	
Li, W. (2006).	China, Reserva Jiuzhaigou Biosphere.	-	X	X	2	
Li, W. et al. (2006).	China, Reserva Jiuzhaigou Biosphere.	-	X	X	2	
Blackstock, K. (2005).	Australia, Port Douglas.	X	-	X	2	
Cruz, R. E. H. et al. (2005).	México, Frontera Corozal.	-	X	X	2	
Incirlioğlu, E. O. e Çulcuoglu, G. (2004).	Turquia, Kalekoy.	-	X	X	2	
Jackiewicz, E. (2004).	Costa Rica, Quebrada Grande.	X	X	-	2	
Musa, G., Hall, C. M. e Higham, J. E. S. (2004).	Nepal, Parque Nacional Sagarmatha.	-	X	X	2	
Stone, M. e Wall, G. (2004).	China, Parque Nacional Diaoloushan	-	X	X	2	
Stone, M. e Wall, G. (2004).	China, Parque Nacional Jianfengling	-	-	X	1	

Adams, W. M. e Infield, M. (2003).	Uganda, Prq. Nacional Mgahinga Gorilla.	–	X	X	2	
Becker, C. D. (2003).	Equador, Loma Alta.	–	X	X	2	
Burns, P. M. e Sancho, M. M. (2003)	Espanha, Cuéllar.	–	–	X	1	
Stem, C. J. et al. (2003).	Costa Rica, Cerro de Oro.	–	X	X	2	
Stem, C. J. et al. (2003).	Costa Rica, Drake Bay.	–	X	–	1	
Stem, C. J. et al. (2003).	Costa Rica, La Gamba.	–	X	X	2	
Horn, C. e Simmons, D. (2002)	Costa Rica, Monteverde.	–	X	X	2	
Perales, R. (2002).	Espanha, El Alto Palancia.	–	–	X	1	
Weinberg, A., Bellows, S. e Ekster, D. (2002).	Nova Zelândia, Kaikoura.	–	X	X	2	
Weinberg, A., Bellows, S. e Ekster, D. (2002).	Nova Zelândia, Kaikoura.	–	X	X	2	
Clarke, J. et all. (2001).	Eslováquia, Rožnáva Okres.	–	–	–	0	
Cury, B. et al (2001).	Nepal, Prq. Nacional Royal Chitwan	–	X	X	2	
Kneafsey, M. (2001).	França, Commana.	–	X	X	2	
Mvula, C. D. (2001).	Zâmbia, Parque Nacional South Luangwa.	–	–	X	1	
Walpole, M. e Goodwin, H. (2001).	Indonésia, Parque Nacional Komodo.	–	–	X	1	
Bramwell, B e Sharman, A. (2000).	Inglaterra, Hope Valley.	X	X	X	3	
Caalders, J. (2000).	Holanda, Friesland.	–	–	X	1	
Caffyn, A. (2000).	Escócia, Trossachs.	–	–	X	1	
Kamsma, T. e Bras, K. (2000).	Indonésia, Gili Trawangan.	–	X	X	2	
Ratz, T. (2000).	Hungria, Keszthely-Hévíz.	–	–	–	0	
Telfer, D. (2000).	Indonésia, Bangunkerto.	X	–	X	2	
Slinger, V. (2000).	Dominica, Reserva Caribs.	X	X	X	3	
Verbole, A. (2000).	Eslovênia, Vilarejo Pisece.	–	X	–	1	
Belsky, J. M. (1999).	Belize, Gales Point Manatee.	X	X	X	3	

Campbell, L. M. (1999).	Costa Rica, Ostional.	-	X	-	1	
Notzke, C. (1999)	Canadá, Região do Povoado Inuvialuit.	X	X	-	2	
Trousdale, W. (1999).	Filipinas, Ilhas Boracay.	X	-	-	1	
Koscak, M. (1998).	Eslovênia, Trebnje.	-	-	X	1	
Obua, J. e Harding, D. M. (1997).	Uganda, Parque Nacional Kibale.	-	-	-	0	
Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996).	Grécia, Pythagoreio.	-	-	X	1	
Forsyth, T. J. (1995).	Tailândia, Pha Dua.	-	X	X	2	
Ioannides, D. (1995).	Chipre, Akamas.	-	X	X	2	

APÊNDICE VIII: TABELAS DE ANÁLISE DA LITERATURA EMPÍRICA PREENCHIDAS

Tabela 1. **Viscri, Roménia (Iorio, M. e Corsale, A. 2014)**

	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Iorio, M. e Corsale, A. (2014). Community-based tourism and networking: Viscri, Romania.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
Mais de 10 anos.	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
Parcialmente pertencente e administrado pela comunidade.	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
Roménia, Viscri.	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X		X		
	Fortalecimento da Identidade Local	X		X		
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X		X		
	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X		X		
	Reforço da Autoestima	X		X		
	Melhoria na Governança e Relação com o Governo		X			X
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X		X		
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X		X		
		Cerca de 400 habitantes (2014).				
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	SIM					
	NÃO	X				

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

Tabela 2. Xai Xai Village, Botsuana (Mbaiwa, J. E. e Sakuza, L. K. 2009).

Mbaiwa, J. E. e Sakuza, L. K. (2009). Cultural tourism and livelihood diversification: the case of Gcwihaba Caves and XaiXai village in the Okavango Delta, Botswana.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Mais de 5 anos.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
Pertence a comunidade e é parcialmente administrado pela comunidade.	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X		X		
Botsuana, Vilarejo XaiXai.	Fortalecimento da Identidade Local		X		X	
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X		X		
Cerca de 400 habitantes (2002).	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X		X		
	Reforço da Autoestima	-	-	-	-	-
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	Melhoria na Governança e Relação com o Governo		X			X
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X			X	
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	-	-	-	-	-

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** Apesar de sugerir que os habitantes se adaptaram bem ao turismo e o consideram benéfico para a comunidade, não nenhuma menção direta sobre a melhoria da autoestima da população local.

*** As informações dadas sobre a preservação do meio ambiente estão relacionadas as atividade e restrições impostas pelo Governo da Botsuana, e não sobre os impactos do TBC. Devido a isso tal fator não pode ser avaliado.

Tabela 3. Ilhas de Coron, Filipinas (Okazaki, E. 2008).

Okazaki, E. (2008) A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Mais de 8 anos.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
Pertence e é Administrado pela comunidade.	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X		X		
Filipinas, Palawan, Ilhas de Coron.	Fortalecimento da Identidade Local		X		X	
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	-	-	-	-	-
2.242 habitantes (2000).	Geração de Renda para os Habitantes Locais		X			X
	Reforço da Autoestima		X		X	
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	Melhoria na Governança e Relação com o Governo		X			X
	Recuperação de Estruturas Degradadas	-	-	-	-	-
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X		X		

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** Não houve informação suficiente para determinar se o turismo de base comunitária gerou empregos no local.

*** Não é mencionado se houveram investimentos em infraestrutura nem em recuperação do património material local.

Tabela 4. Chalalán Ecolodge, Bolívia (Gordillo, J. e Stronza, A. 2008).

Gordillo, J. e Stronza, A. (2008). COMMUNITY VIEWS OF ECOTURISM.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
10 Anos.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
Pertence e é Administrado pela Comunidade	Contribuição para o Crescimento Demográfico	X		X		
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	-	-	-	-	-
Bolívia, Chalalán Ecolodge, Parque Nacional Madidi.	Fortalecimento da Identidade Local		X			X
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X		X		
60 a 70 Famílias	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X		X		
	Reforço da Autoestima	X		X		
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	Melhoria na Governança e Relação com o Governo	X		X		
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X		X		
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X		X		

* Não houve nenhuma informação específica sobre como o TBC impactou na difusão da cultural local.

Tabela 5. Kapawi, Equador (Gordillo, J. e Stronza, A. 2008).

Gordillo, J. e Stronza, A. (2008). COMMUNITY VIEWS OF ECOTURISM.	FATORES	PRESEÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Pertence e é Administrado pela Comunidade	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X		X		
	Fortalecimento da Identidade Local		X			X
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X			X	
	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X			X	
	Reforço da Autoestima	X		X		
	Melhoria na Governança e Relação com o Governo	-	-	-	-	-
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X		X		
Centenas de Famílias	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X		X		
	O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	SIM	NÃO			
		X				

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** Não houve nenhuma informação específica em como o turismo influenciou a relação com o Governo ou se teve impactos positivos relacionados à governança no local.

Tabela 6. Posada Amazonas, Peru (Gordillo, J. e Stronza, A. 2008).

Gordillo, J. e Stronza, A. (2008). COMMUNITY VIEWS OF ECOTURISM.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
12 Anos.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
Pertence e é parcialmente administrado pela Comunidade.	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	-	-	-	-	-
Peru, Posada Amazonas, Parque Nacional Bahuaja-Sonene.	Fortalecimento da Identidade Local		X			X
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X		X		
120 - 150 Famílias	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X			X	
	Reforço da Autoestima	X		X		
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	Melhoria na Governança e Relação com o Governo	-	-	-	-	-
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X		X		
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X		X		

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** Não houve nenhuma informação específica sobre como o TBC impactou na difusão da cultural local.

*** Não houve nenhuma informação específica em como o turismo influenciou a relação com o Governo ou se teve impactos positivos relacionados à governança no local.

Tabela 7. Bigodi, Uganda (Lepp, A. 2007).

	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Lepp, A. (2007). Residents' Attitudes towards tourism in Bigodi village, Uganda.		X		X		
16 Anos.		X		X		
Pertence e é administrado pela comunidade.		-	-	-	-	-
		X		X		
Uganda, Bigodi.		-	-	-	-	-
		X		X		
		X		X		
Cerca de 385 habitantes.		X		X		
			X			X
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	SIM	-	-	-	-	-
	NÃO	X		X		

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** O documento analisado não faz nenhuma relação específica entre a cultura e identidade local com a implantação do TBC.

*** Apesar da população ter investido em novas infraestruturas, não foi feita nenhuma menção a recuperação de infraestruturas degradadas.

Tabela 8. Ilha Taquile, Peru (Zorn, E. e Farthing, L. C. 2007).

Zorn, E. e Farthing, L. C. (2007). COMMUNITARIAN TOURISM Hosts and Mediators in Peru.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Mais de 20 anos.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos		X			X
Pertence e é administrado pela comunidade.	Contribuição para a Atratividade do Território	X				X
	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X				X
	Fortalecimento da Identidade Local		X			X
Peru, Ilha Taquile.	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X		X		
	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X		X		
	Reforço da Autoestima	X		X		
	Melhoria na Governança e Relação com o Governo		X			X
	Recuperação de Estruturas Degradadas		X			X
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	-	-	-	-	-
1900 habitantes (2005).						
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	SIM					
	NÃO	X				

* Não houve nenhuma menção específica em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** O artigo analisado não fez nenhuma relação entre a implantação do TBC e a conservação do ambiente natural.

Tabela 9. Hope Valley, Inglaterra (Bramwell, B. e Sharman, A. 2000).

Bramwell, B. e Sharman, A. (2000). Approaches to Sustainable Tourism Planning and Community Participation: The Case of Hope Valley.	FATORES	PRESENÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
5 anos.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	-	-	-	-	-
Parcialmente pertencente e administrado pela comunidade.	Contribuição para a Atratividade do Território	-	-	-	-	-
Inglaterra, Hope Valley (Castleton, Hope e Edale).	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
Cerca de 2000 habitantes. (2000) Hope 864 habitantes. Edale 353 habitantes. Castleton 642 habitantes (2011).	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	-	-	-	-	-
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	Fortalecimento da Identidade Local	-	-	-	-	-
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	-	-	-	-	-
SIM	Geração de Renda para os Habitantes Locais	-	-	-	-	-
	Reforço da Autoestima	-	-	-	-	-
NÃO	Melhoria na Governança e Relação com o Governo	-	-	-	-	-
	Recuperação de Estruturas Degradadas	-	-	-	-	-
X	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	-	-	-	-	-

* O estudo não foca nos impactos da implantação do TBC na área, mas sim no desenvolvimento de um programa para adaptar o turismo de massa prevalente no local para um modelo de base comunitária. As informações relacionadas a participação comunitária e os sucessos, e problemas encontrados na abordagem utilizada podem contribuir para a parte técnica do "ToolBox".

Tabela 10. Reserva Caribs, Dominica (Slinger, V. 2000).

Slinger, V. (2000). Ecotourism in the Last Indigenous Caribbean Community.	FATORES	PRESEÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
7 Anos. Pertence e é Administrado pela Comunidade. Dominica, reserva ecológica na encosta das montanhas a noroeste do País. 2700 habitantes (1997).	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos	X		X		
	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
	Contribuição para o Crescimento Demográfico	-	-	-	-	-
	Difusão do Conhecimento Sobre a Cultura Local	X		X		
	Fortalecimento da Identidade Local	X		X		
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X		X		
	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X		X		
	Reforço da Autoestima	-	-	-	-	-
	Melhoria na Governança e Relação com o Governo	-	-	-	-	-
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X		X		
	Valorização e Proteção do Ambiente Natural	X		X		

* Não houve nenhuma menção em como a demografia do local foi impactada após a implantação do programa de TBC.

** Não houve nenhuma informação específica sobre como o TBC impactou na autoestima dos moradores locais.

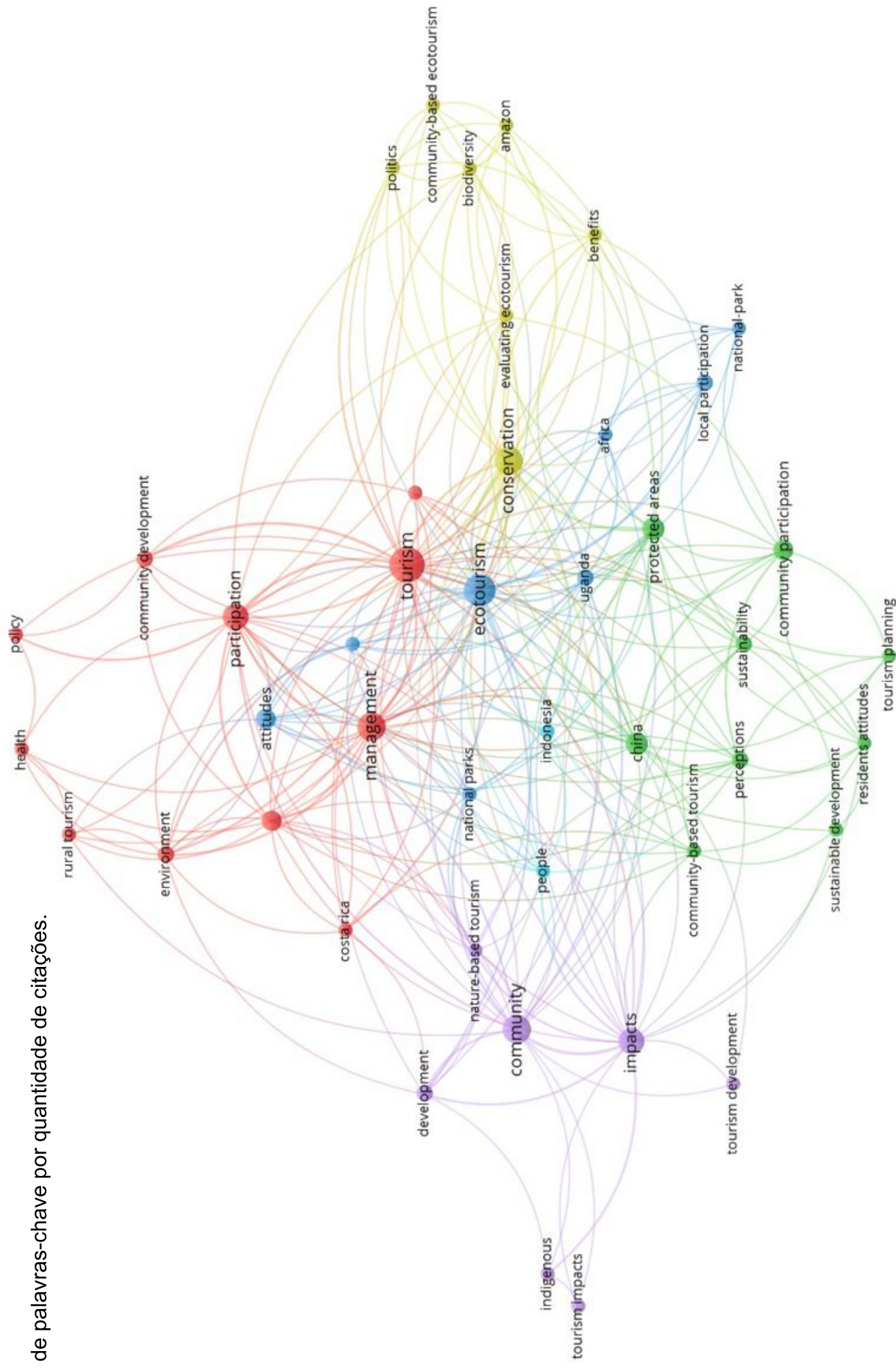
*** Não houve nenhuma informação específica em como o turismo influenciou a relação com o Governo ou se teve impactos positivos relacionados à governança no local.

Tabela 11. Gales Point Manatee, Belize (Belsky, J. M. 1999).

	FATORES	PRESEÇA DO FATOR		IMPACTOS		
		Sim	Não	Positivo	Indef.	Negativo
Belsky, J. M. (1999). Misrepresenting Communities: The Politics of Community-Based Rural Ecotourism in Gales Point Manatee, Belize.	Aproveitamento Sustentável de Recursos Endógenos		X			X
7 Anos.	Contribuição para a Atratividade do Território	X		X		
	Contribuição para o Crescimento Demográfico		X			X
Pertence e é administrado por membros da comunidade.	Difundir o Conhecimento Sobre a Cultura Local		X			X
Belize, Gales Point.	Fortalecimento da Identidade Local		X			X
	Geração de Emprego para os Habitantes da Comunidade	X				X
	Geração de Renda para os Habitantes Locais	X				X
77 Famílias, Aproximadamente 500 pessoas (1998).	Reforço da Autoestima		X			X
	Melhoria na Governança e Relação com o Governo		X			X
	Recuperação de Estruturas Degradadas	X		X		
O ESTUDO DE CASO SE QUALIFICA	Valorização e Proteção do Ambiente Natural		X			X

APÊNDICE IX: REDES DE PALAVRAS-CHAVE DOS ARTIGOS PRÉ-SELECIONADOS.

Rede de palavras-chave por quantidade de citações.



**UM ROTEIRO PARA A
ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS
DE TURISMO RURAL DE BASE
COMUNITÁRIA COM ENFOQUE
NA SALVAGUARDA DO
PATRIMÓNIO RURAL DE
PORTUGAL.**

PRIMEIRO CONTACTO DA COMUNIDADE COM O TURISMO

1a. INICIATIVA DA COMUNIDADE PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

O turismo de base comunitária é visto muitas vezes por moradores de áreas rurais como meio de desenvolver as suas comunidades e como fonte de renda extra. Geralmente buscam-se instituições governamentais ou parceiros do setor privado para financiar e ajudar a implementar a atividade no local.

Igreja fortificada em Viscri, Roménia.



Fonte: <https://www.destimap.com/index.php?act=attraction&a=Viscri-Fortified-Church%2C-Viscri%2C-Romania>, acessado em 27/02/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos onde o turismo de base comunitária é uma ideia proposta pela própria comunidade é relatado maior percentagem de participação e engajamento da comunidade na atividade. Por outro lado também há casos em que agentes privados são abordados para contribuir com a atividade e, devido à falta de conhecimento da população local sobre a indústria do turismo, acabam por se aproveitar da situação para explorar os recursos locais de forma não sustentável. Apesar de existirem parcerias com o setor privado que tiveram resultados positivos, é reforçada a necessidade da comunidade buscar ter conhecimento sobre o turismo previamente.

1b. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA INTRODUZIDO POR SUGESTÃO DO GOVERNO.

Com os crescentes esforços para se preservar o ambiente natural e desenvolver o território rural para evitar migrações e criar oportunidades económicas, muitas vezes o Governo opta por sugerir que as comunidades utilizem o turismo de base comunitária como ferramenta para atingir tais objetivos.

Casa sob palafitas no território da Reserva Caribs, Dominica.



Fonte: <http://www.ianandwendy.com/slideshow/dominica/carib-territory/picture14.htm>, acessado em 27/02/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Os casos de turismo de base comunitária iniciados como sugestão do Governo estão relacionados predominantemente a 2 cenários. O primeiro caso está relacionado a implementação de reservas de preservação ambiental. Nestes casos o TBC é proposto como alternativa de geração de renda para mitigar as restrições impostas as pessoas que antes utilizavam o local e geralmente causou impactos negativos, como restrições de atividades tradicionais e a falta de senso de pertença e de participação local nas tomadas de decisões referentes as reservas. O segundo cenário é quando o Governo propõe a atividade como forma de desenvolvimento económico local como parte do plano estratégico para o território. Neste caso, quando houve apenas o auxílio no planeamento e educação a respeito da indústria turística, os resultados foram positivos.

PRIMEIRO CONTACTO DA COMUNIDADE COM O TURISMO

1c. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA INTRODUZIDO POR SUGESTÃO DE OUTROS AGENTES EXTERNOS A COMUNIDADE.

Em alguns casos indivíduos ou organizações enxergam potencial para desenvolver o turismo numa comunidade devido as suas peculiaridades ou atrativos e abordam os habitantes locais sobre a possibilidade de se iniciar a atividade no local.

Construção tradicional na comunidade Mapuche, Chile.



Fonte: <https://gochile.com.br/pacotes/encuentro-con-la-cultura-mapuche.htm> acessado, em 02/03/2022.

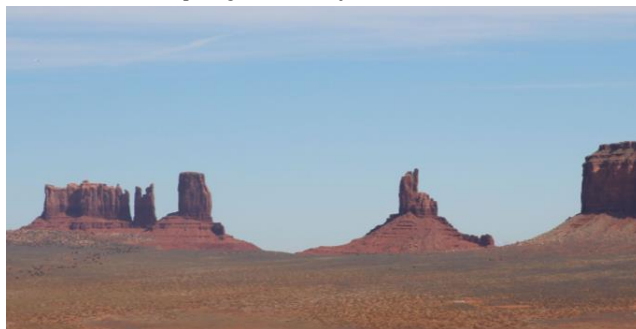
IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em casos de programas de turismo que tiveram início através de sugestões de indivíduos que não residiam na comunidade e não tinham experiência com a indústria foram relatados impactos negativos a longo prazo. Houve sucesso em gerar renda extra e empregos no início, mas a falta de planejamento fez com que os agentes privados se apropriassem do turismo depois de alguns anos e a comunidade perdesse a voz ativa nas decisões. No caso onde instituições externas a comunidade, que tinham conhecimento prévio sobre a indústria turística, sugeriram e contribuíram para implementação do TBC no local foram relatados impactos positivos na solução dos problemas identificados na fase de planejamento. Assume-se que tal fato se deva a elaboração de um planejamento mais fundamentado e sólido.

2. UM PROGRAMA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA SÓ DEVE SER INICIADO CASO HAJA INTERESSE DA COMUNIDADE.

Há casos onde o turismo é introduzido no local sem consultar se a comunidade local tem interesse em desenvolver esta atividade no seu território.

Património natural e paisagístico., Navajo Nation, Estados Unidos.



Fonte: <https://cronkitenews.azpbs.org/2017/05/15/water-hole-no-running-water-ancient-lifestyle-on-navajo-nation-reservation/>, acessado em 27/02/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

A execução de um programa de turismo de base comunitária não é possível sem o interesse da comunidade local em desenvolver esta atividade. Há relatos mistos sobre os casos onde o turismo é introduzido através de um pequeno grupo de habitantes e, posteriormente, é transformado numa iniciativa de base comunitária. Na maioria dos casos há resistência por parte do restante dos moradores em aceitar a atividade, o que faz com que o turismo não beneficie a comunidade na totalidade e também gere constrangimentos para o restante das pessoas não envolvidas. Os casos onde este tipo de abordagem teve sucesso em envolver os demais habitantes são em comunidades muito frágeis economicamente e, por verem que o turismo gera renda, decidem participar após a implantação. Vale destacar que nestes casos quase sempre é desenvolvida uma dependência da atividade por parte da comunidade.

PRIMEIRO CONTACTO DA COMUNIDADE COM O TURISMO

3. REALIZAR UM TRABALHO EDUCACIONAL JUNTO A COMUNIDADE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA INDÚSTRIA TURÍSTICA

Iniciar um programa de turismo de base comunitária num local onde os moradores não conhecem a indústria turística deixa a comunidade suscetível a ter o seu poder de decisão dominado pelos demais agentes envolvidos no processo.

Tendas iluminadas no território dos indígenas Eskasoni, Canadá.



Fonte: <https://www.theglobeandmail.com/life/travel/activities-and-interests/how-can-visitors-best-explore-canadas-indigenous-culture/article29550669/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

No caso relatado onde o turismo é introduzido na comunidade sem uma educação prévia sobre a indústria turística, o poder de decisão da comunidade ficou subjugado a opinião do grupo de especialistas que tomaram a frente do projeto. Isto resultou numa forte dependência operacional por parte dos moradores locais e a longo prazo não se mostrou sustentável. Quando o grupo de “experts” responsável deixou de prestar acompanhamento, o plano desenvolvido parou de ser seguido e a atividade ficou centralizada na mão de alguns poucos indivíduos com maior poder aquisitivo, sendo que os demais começaram a participar de forma informal por conta própria.

4. DEIXAR CLARO OS POSSÍVEIS RISCOS DA INTRODUÇÃO DO TURISMO NO LOCAL

O turismo de base comunitária não deve ser apresentado para a comunidade como a solução para todos os problemas do local, mas sim como uma atividade que, apesar do potencial para contribuir para o desenvolvimento local, pode também causar diversos impactos negativos que não podem ser ignorados.

Caixões suspensos em Sagada, Filipinas.



Fonte: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g304053-d319572-Reviews-The_Hanging_Coffins_Of_Sagada-Sagada_Mountain_Province_Cordillera_Region_Luzon.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Expor os possíveis riscos de se iniciar um processo turístico no local é um importante passo para validar o empoderamento das decisões comunitárias, que deve conhecer todos os aspetos positivos e negativos da atividade antes de ingressar num projeto. Nos casos onde isto não aconteceu os habitantes locais tiveram que lidar com os problemas resultantes do turismo conforme iam acontecendo. Caso tivessem um conhecimento prévio destes possíveis constrangimentos já poderiam ser previstas algumas medidas para mitigar tais impactos no planeamento. Nos casos estudados, problemas relacionados a economia local ou as atitudes dos turistas que incomodavam a população local muitas vezes conseguiram ser solucionados conforme a atividade progrediu. Já para os problemas estruturais, em especial aqueles relacionados as relações sociais, o abandono das atividades tradicionais e a dependência da comunidade no turismo não foram descritas soluções.

PRIMEIRO CONTACTO DA COMUNIDADE COM O TURISMO

5ª. ENVOLVER UNIVERSIDADES NA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL SOBRE O TURISMO.

Uma das maneiras de educar a comunidade sobre a indústria turística é por meio da aproximação com instituições educacionais ou universidades.

Vista aérea do vilarejo Qiyunshan, China.



Fonte: <https://br.depositphotos.com/stock-photos/qiyunshan.html>, acessado em 02/03/2022.

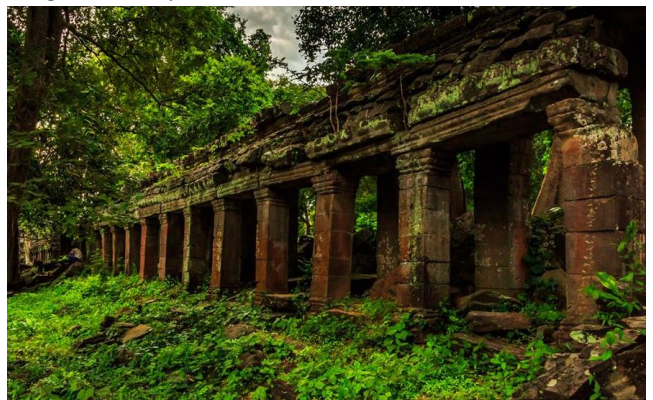
IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não há casos qualificados que relatem parcerias com universidades em etapas prévias a execução do plano de turismo. Entretanto, vale ressaltar que tais parcerias podem ser uma opção, pois as instituições educacionais, diferente do Governo e de instituições privadas, geralmente não tem nenhum interesse económico envolvido na relação, podendo abordar a questão com base na literatura teórica.

5b. ENVOLVER O GOVERNO NA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL SOBRE O TURISMO.

Uma das maneiras de educar a comunidade sobre a indústria turística é por meio da aproximação com o Governo.

Templo em Banteay Chhmar, Cambódia.



Fonte: <https://livingnomads.com/2017/11/banteay-chhmar-temple/>, acessado em 27/02/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve relatos positivos de comunidades que tiveram uma educação inicial do turismo através da intervenção do Governo. Nos casos em que este processo foi feito a envolver todas as pessoas da comunidade os resultados foram positivos, havendo relatos de maior participação dos habitantes na atividade. Outro caso descrito foi a participação do Governo na educação de uma liderança comunitária eleita pela maioria dos moradores. Neste caso específico o poder de decisão e o controlo do turismo ficou centralizado na mão deste grupo de pessoas, visto que os demais não tinham conhecimento sobre a indústria turística. Também foi relatado que os moradores, mesmo os que estavam insatisfeitos, ainda consideravam que o turismo deveria ser gerido pela liderança eleita, o que pode indicar que as pessoas não tinham senso de pertença sobre a atividade desde o princípio.

5c. ENVOLVER OUTROS AGENTES EXTERNOS A COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL SOBRE O TURISMO.

Uma das maneiras de educar a comunidade sobre a indústria turística é por meio da aproximação com instituições/indivíduos da iniciativa privada ou instituições não governamentais.

Reserva Dark Sky Alqueva em Portugal.



Fonte: <https://www.andrevicentegoncalves.com/gallery/dark-sky-alqueva-reserve>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos onde a educação da comunidade sobre a indústria turística feita por instituições da iniciativa privada há quase sempre uma contrapartida de valor económico que foi dada pela comunidade em troca deste serviço. Algumas das contrapartidas descritas foram a remuneração pelos serviços ou, por um tempo definido em contrato, a participação do agente externo nos lucros da atividade e o aluguel de terras da comunidade local sem custos. Isto não implica que a comunidade não teve participação no planeamento ou na visão para o futuro da comunidade, sendo que nos estudos qualificados houve participação integral da habitantes, mas sim que a educação está condicionada a uma vertente económica na maioria das vezes. No caso que relata a educação da comunidade por uma organização não governamental, não foi relatado qual foi ou se houve contrapartida pelos serviços prestados.

6. ADOTAR DESDE O PRINCÍPIO UM MODELO “BOTTOM-UP” DE ATUAÇÃO.

O turismo de base comunitária está intrinsecamente ligado a um modelo “bottom-up” de atuação, visto que o poder de decisão deve estar sempre na mão dos habitantes locais.

Património natural de La Fortuna, Costa Rica.



Fonte: <https://www.360meridianos.com/dica/la-fortuna-vulcao-arenal>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Todos os casos relatados tiveram em algum momento atuações com iniciativas no modelo “bottom-up”. Coincidentemente, os dois casos que tiveram mais problemas relatados foram os que, com o tempo alteraram a essência deste modelo de atuação. Num dos casos, após a iniciativa privada se apropriar quase que inteiramente da atividade turística no local – neste momento já não se tratava mais de turismo de base comunitária – a comunidade entrou num estado de tentar competir com o setor privado, o que levou a diversos problemas em um contexto em que o caminho era pavimentado pelos privados. O outro caso está relacionado a falta da educação da população sobre a indústria turística e, por isso, suas decisões eram condicionadas pelas opiniões dos especialistas, não havendo verdadeiramente um modelo “bottom-up” de atuação.

7. NÃO CONSIDERAR AS COMUNIDADES COMO SENDO ORGANISMOS HOMOGÊNEOS.

Uma comunidade é feita por um grupo de pessoas, cada uma com os seus objetivos, desejos, interesses e opiniões. Portanto, considerar as comunidades como sendo um organismo homogêneo pode causar diversos problemas e conflitos futuros ao se implementar um programa de turismo de base comunitária.

Alojamento em Oltukai, Tanzânia.



Fonte: <https://oltukailodgeamboseli.com-kenya.com/pt/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Ao se iniciar um programa de turismo de base comunitária deve-se buscar fazer contacto com todos os habitantes da comunidade e não somente um número limitado de pessoas. Nos casos em que o turismo começou a ser implantado com um grupo de pessoas, houveram relatos de conflitos em etapas posteriores – em especial nas áreas de atuação e administração de benefícios - onde parte do restante da comunidade discordava das decisões tomadas. Isto acontece porque nem todos os moradores tem o mesmo meio de sustento, religião, número de propriedades e visão para o futuro do local, o que reforça a necessidade de tratar a comunidade desde o princípio como um grupo heterogêneo, onde todas as decisões devem ser negociadas e mediadas visando um acordo e o bem comum da comunidade.

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS E NECESSIDADES LOCAIS

8. DAR ATENÇÃO PARA AS DIMENSÕES CULTURAL E SOCIAL, E NÃO SÓ A DIMENSÃO ECONÓMICA.

Muitos programas de turismo de base comunitária são iniciados para desenvolver a região e gerar renda para os habitantes. Mesmo que esta seja uma necessidade local, não se deve esquecer de identificar os problemas relacionados às dimensões culturais e sociais.

Moradora pintando um painel no centro de arte da Comunidade Warmun, Austrália.



Fonte: <http://desertriversea.com.au/art-centres/warmun-art-centre>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

As comunidades são organismos complexos que só podem ser estudadas com mais detalhes a partir de uma perspetiva multidimensional. Em um dos casos avaliados, o turismo de base comunitária foi utilizado de forma bem sucedida como meio de gerar renda extra e emprego aos habitantes locais, porém não foi identificado que um dos problemas locais estava relacionado à exclusão de uma minoria étnica da população. Com isso, apesar de os resultados no âmbito económico terem sido positivos, não envolveram todas as pessoas da comunidade. O mesmo aconteceu em outro caso que falhou em identificar algumas tensões entre diferentes grupos locais, o que fez com que a atividade ficasse centralizada na mão de uma minoria.

9. REALIZAR UM ESTUDO SOBRE AS NECESSIDADES E AMBIÇÕES DA POPULAÇÃO MAIS JOVEM.

Para além da identificação dos problemas e necessidades da comunidade como um todo, é preciso tentar perceber quais as necessidades e ambições da população mais jovem.

População local sendo fotografada com turistas em Banlung, Cambódia.



Fonte: <https://www.polarsteps.com/ImogenvanOordt/47556-sea-dreams/549675-banlung>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

O território rural de muitos países, incluindo Portugal, sofrem de um esvaziamento populacional nas últimas décadas. Uma das razões pelas quais o turismo de base comunitária é promovido está relacionada ao desenvolvimento local e a repovoação de regiões de baixa densidade. Não há nenhum caso específico dentre os casos analisados onde tenha sido relatado a identificação destas necessidades. Apesar disso, a realização de tal investigação pode contribuir para o crescimento demográfico local, visto que este não está somente relacionado a atrair novos visitantes, mas também a manutenção da população residente.

IDENTIFICAÇÃO DOS POTENCIAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCAIS

10. TER UMA DEFINIÇÃO CLARA DOS POTENCIAIS TURÍSTICOS LOCAIS.

É importante identificar com clareza quais são os potenciais locais que podem ser utilizados como atrativos turísticos e de que maneira isto será feito.

Paisagem no inverno na Reserva Natural Xingkai Lake, China.



Fonte: <https://rsis Ramsar.org/ris/1155>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em todos os casos relatados foram feitas definições claras dos potenciais turísticos locais antes de se dar início ao planejamento do programa. A identificação destes potenciais contribuiu tanto para a consolidação do que é patrimônio aos olhos da comunidade como para se criar condições para viabilizar e converter estes atrativos em recursos a serem operacionalizados e aproveitados no turismo. Tal identificação deve ser feita junto a população local, visto que a partida eles vão identificar o patrimônio e as maneiras de integrar os visitantes nas experiências relacionadas ao meio ambiente, cultura e tradições locais.

11. OS POTENCIAIS TURÍSTICOS IDENTIFICADOS DEVEM SER ATRATIVOS

Os potenciais turísticos locais e as atrações relacionadas a eles ter que ser atrativos, de forma que seja possível atrair a atenção dos visitantes para a comunidade.

Patrimônio natural de El Naranjo, México.



Fonte: <https://www.pinterest.com.mx/pin/505247651922712513/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Todos os casos estudados tinham atrações turísticas atrativas e distintas, geralmente relacionadas a sua identidade cultural e ao ambiente natural do entorno. Devido à isso, estes programas de turismo de base comunitária atraíram um número grande de pessoas interessadas em conhecer a região. Num caso específico, onde a comunidade tinha como principais atrativos turísticos o meio ambiente e a flora da região, houve competição com comunidades vizinhas que, por estarem localizadas no mesmo território a nível regional, também tinham acesso a estes atrativos turísticos. Ao fim, por construir uma rede de infraestrutura maior e promover mais atrações variadas, as comunidades vizinhas captaram os visitantes que antes iam para a comunidade local analisada e, ao fim, o programa deteriorou-se.

IDENTIFICAÇÃO DOS POTENCIAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCAIS

12. REALIZAR UM ESTUDO DO ENTORNO PARA AVERIGUAR A POSSIBILIDADE DE SE CONSTRUIR UMA ABORDAGEM EM ROTAS OU REDES.

Dado em conta que muitas regiões tem patrimónios e características em comum, é válido buscar outras comunidades para fazer parte de uma rede mais abrangente.

Fotografia de uma rua tradicional em Viscri, Roménia.



Fonte: <https://www.itinari.com/pt/the-beauty-of-the-village-viscri-3n3e>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

As abordagens em rede, tanto entre comunidades da mesma região como entre a comunidade local e instituições, podem contribuir para a criação de um programa de turismo mais abrangente e para tornar o turismo de base comunitária mais resiliente, no sentido de estimular a cooperação entre os indivíduos para a resolução de eventuais problemas. Ambos os casos estudados envolvidos em abordagens em rede tiraram conclusões positivas desta cooperação, sendo que os elementos negativos estavam relacionados a falta de organização durante a etapa de planeamento do turismo. Não houve casos avaliados de turismo em rotas, mas esta abordagem pode contribuir para garantir maior visibilidade ao programa e para consolidar o património na escala regional. O caso estudado que relatou uma abordagem competitiva entre comunidades vizinhas terminou por ser prejudicado e relatou, na época em que o documento foi analisado, mais impactos negativos do que positivos causados pelo turismo.

13. A FALTA DE ATRAÇÕES TURÍSTICAS PODE SER COMPENSADAS PELA ABORDAGEM EM REDE OU ROTAS.

Muitas comunidades não tem atrativos suficientes para se iniciar um programa de turismo de base comunitária. Isto pode ser compensado através de uma abordagem em rede ou rotas, onde as comunidade menores fazem parte de um todo.

Entrada a partir de uma comunidade vizinha para o Parque Nacional Bwindi Impenetrável em Uganda.



Fonte: <https://www.topfivebuzz.com/guide-to-bwindi-impenetrable-national-park/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Cada comunidade rural tem as suas próprias características que, num programa de turismo de base comunitária em escala regional, podem ser incluídas num planeamento mais abrangente. Ao planear um programa para uma comunidade específica deve-se ter pronta toda a infraestrutura necessária para dar inicio a atividade turística no local. Já em programas de turismo em rede, a falta de atrações turísticas únicas por parte de uma comunidade pode ser compensada pela capacidade de providenciar serviços, infraestrutura, materiais ou mão de obra que sejam necessários para operacionalizar as atividades planeadas, integrando a comunidade num contexto mais amplo. Não houve casos analisados que retrataram este tipo de abordagem.

IDENTIFICAÇÃO DOS POTENCIAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCAIS

14. DAR ATENÇÃO AO PATRIMÓNIO CULTURAL, PARA ALÉM DO NATURAL E MATERIAL.

O mundo rural é especialmente rico em tradições, diferentes estilos de vida e saberes-fazer que remetem a épocas passadas, e tal património não deve ser ignorado como atrativo turístico em potencial.

Habitantes locais em vestimentas tradicionais de Esilalei, Tanzânia.



Fonte: https://www.tripadvisor.co.nz/LocationPhotoDirectLink-g297913-d2415420-i50578258-Bush_2_Beach_Safaris-Arusha_Arusha_Region.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

A maioria dos casos analisados desenvolveu, de forma bem sucedida, atrações turísticas relacionadas ao seu património cultura, saberes-fazer locais e tradições, tais como festas, música e rituais. As atividades neste âmbito estão relacionadas a providenciar experiências dinâmicas e aproximar o turista do estilo de vida local, contribuindo para diversificar o programa turístico para além de passeios no ambiente natural e da observação do património material.

REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE

15. REALIZAR UMA ABORDAGEM INTEGRADA.

Dado que as comunidades são organismos heterogêneos e dinâmicos, uma abordagem integrada entre diferentes profissionais e disciplinas é mais completa do que uma análise que parte apenas de um ponto de vista.

Passeio na área de preservação do Parque Nacional Kakum, Gana.



Fonte: <https://www.touristlink.com.br/Gana/parque-nacional-kakum/overview.html>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foi possível identificar informações nos estudos de caso utilizados sobre como foi feito o estudo inicial sobre a comunidade. De qualquer maneira, como esta etapa envolve a análise de elementos de áreas de estudo diferentes como das relações sociais, infraestrutura, economia e outros, é indicado utilizar uma abordagem integrada, com diferentes profissionais e especialistas a trabalhar junto a comunidade.

16. ESTUDAR A HISTÓRIA E A COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL DA COMUNIDADE.

Antes de se planejar o programa e definir os objetivos e as metas é importante perceber qual a história da comunidade local e os elementos da sua composição estrutural como, por exemplo, as etnias, raças, hierarquia, atividades tradicionais, crenças religiosas, entre outros.

Fotografia aérea do vilarejo de Dangjia, China.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Dangjia_village, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Todas as comunidades dos estudos analisados tem costumes, tradições e relações de poder diferentes entre os seus habitantes. Nos casos onde este estudo foi realizado antes da implementação do programa turístico, houve maior tolerância e integração dos habitantes no processo. Já quando este estudo não foi feito ou o programa foi baseado apenas na visão da maioria étnica ou do grupo predominante, houve centralização das decisões e da influência do turismo nas mãos de um grupo de pessoas, além da exclusão de minorias. Vale destacar que os casos em que não foi relatada esta centralização foram em comunidades em que a origem étnica, raça e crença religiosa eram praticamente uniformes. Num outro caso, mesmo não tendo sido relatado diferenças étnicas ou religiosas, a relação de proximidade da liderança comunitária com alguns membros da comunidade fez com que estes fossem favorecidos nas decisões referentes ao turismo.

REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE

17. REGISTRAR OS SABERES-FAZER E AS TRADIÇÕES CULTURAIS LOCAIS.

As comunidades rurais geralmente são detentoras de um património único e de saberes-fazer que remontam a épocas passadas. Para não deixar que estes costumes e tradições caiam no esquecimento, é importante que estes elementos sejam registados.

Património natural em St. Thomas, Jamaica.



Fonte: <https://jamaica.loopnews.com/content/jamaica-i-see-hidden-gem-st-thomas>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nem sempre é possível dar continuidade aos saberes-fazer e tradições culturais locais, reforçando a importância de registar estas informações para não serem perdidas. Todos os casos deram continuidade ao património cultural das comunidades envolvidas, alguns deles reforçaram estes elementos através da promoção de construções novas no estilo tradicional da comunidade ou realizando programas de turismo ligados a produção de materiais feitos in loco. Num caso específico, devido à declaração que ocorreu antes do início do programa de turismo onde a área ao redor da comunidade foi classificada como zona de preservação ambiental, os moradores não puderam mais caçar, não podendo dar continuidade a um elemento importante para a cultura local. Neste caso, foram registadas todas as técnicas de caça e de fabricação artesanal, o que foi considerado positivo pelos moradores pois, seus os filhos e netos poderiam ter conhecimento sobre este elemento da cultura local.

18. REALIZAR UM ESTUDO PARA DEFINIR A CAPACIDADE DE VISITANTES QUE O MEIO AMBIENTE E A COMUNIDADE PODEM COMPORTAR.

Cada comunidade tem as suas próprias dimensões, particularidades e infraestruturas. Assim, é importante realizar, para cada caso, um estudo da capacidade máxima de pessoas que o local pode comportar, para prevenir que o excesso de visitantes cause impactos negativos ao ambiente quotidiano comunitário e ao meio ambiente natural.

Praia em Boa Vista, Cabo Verde.



Fonte: <https://www.boavistaofficial.com/pt-pt/explore/praiadeatalanta-cabo-santa-maria/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Num dos casos analisados a comunidade local definiu que todos os visitantes deveriam pagar taxas para visitar as atrações relacionadas a natureza como forma de regular o número de visitantes. Tal atitude contribuiu para a preservação do meio ambiente, mas gerou insatisfação por parte dos moradores de comunidades vizinhas que antes utilizavam o espaço de forma gratuita. Noutro caso estudado, após perder o controlo do empreendimento para agentes privados, foram retiradas as regulamentações referentes ao acesso do local e, após uma década, perdeu-se boa parte do senso de comunidade e da relação de parceria entre os moradores. Outro caso estudado trata da transformação de um programa de turismo local, antes classificado como turismo de massas, numa iniciativa de base comunitária, justamente para mitigar os impactos que o elevado número de visitantes causava no ambiente.

LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO E DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

19. TRABALHAR EM CONJUNTO COM ESPECIALISTAS.

O levantamento das informações contidas na legislação e o relatório sobre as infraestruturas existentes e as que faltam para se iniciar um programa de turismo de base comunitária são tarefas complexas que podem ser melhor executadas ao trabalhar junto com especialistas.

Ilha Ko Kret, Tailândia.



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g14053408-d4322812-Reviews-Koh_Kret-Ko_Kret_Nonthaburi_Province.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foi possível identificar informações nos estudos de caso utilizados sobre como foi feito o estudo inicial da legislação envolvendo a comunidade. De qualquer maneira, como esta etapa envolve a análise de elementos que necessitem de conhecimentos específicos, é indicado utilizar uma abordagem integrada, com especialistas a trabalhar junto a comunidade.

20. IDENTIFICAR OS OBJETIVOS E AS METAS TRAÇADAS PELO GOVERNO PARA A REGIÃO.

É importante pesquisar nos documentos de gestão territorial nacional e regional quais são as metas e objetivos traçados para o território em que a comunidade está inserida, bem como as restrições e regras estabelecidas para o local.

Fotografia aérea de uma praia em Gili Trawangan.



Fonte: <https://baliprincessstour.com/gili-trawangan-trip-lombok/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não há relatos das pesquisas feitas sobre os objetivos e as metas traçadas nos planos de gestão territorial nacional e regional nos estudos de caso estudado, entretanto, os programas de turismo de base comunitária que tiveram início por sugestão do Governo buscavam desenvolver o local e gerar benefícios econômicos para as áreas rurais, ambos os elementos previstos nas metas traçadas nos planos de gestão territorial. Os relatos sobre a identificação das restrições locais estão predominantemente ligados aos programas de turismo de base comunitária realizados em comunidades próximas a Parques Nacionais ou zonas de preservação ambiental, sendo que as restrições estão ligadas a proibição de atividades consideradas nocivas ao meio ambiente. Na maioria dos casos as restrições foram respeitadas e o turismo foi capaz de mitigar os seus impactos. Num dos casos, o Governo concedeu licenças de pesca e caça para indivíduos de fora da comunidade mediante a pagamento. Tal fato irritou os moradores locais o que ao fim resultou na infração das regras estabelecidas e em impactos de degradação ambiental maiores do que antes da área ser declarada zona de preservação.

LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO E DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

21. IDENTIFICAR QUAIS SÃO AS INFRAESTRUTURAS DEGRADADAS QUE POSSAM SER REABILITADAS.

É importante identificar se existem infraestruturas abandonadas ou degradadas na região que possam ser reabilitadas e utilizadas como mais-valia para o turismo de base comunitária.

Castelo de Danish-Osu em Gana.



Fonte: <https://visitghana.com/attractions/christiansborg-osu-castle/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve relatos de reabilitação de infraestruturas e do património material, que ocorreram junto a execução do programa de turismo de base comunitária e após a construção da infraestrutura nova. Estas construções foram feitas de acordo com as técnicas tradicionais do território e com mão de obra local, o que contribuiu para a geração de renda e emprego, bem como para converter o património material em recursos com potenciais atrativos turísticos. Em um dos casos, por decisão da líder local junto aos parceiros externos, a reabilitação do património material foi feita antes mesmo de do planeamento do turismo e das ações que buscaram envolver a comunidade no turismo. Tal abordagem teve impactos positivos segundo relatos pois quando os benefícios do turismo começaram a surgir, a população associou-os ao património material e cultural, o que contribuiu para que a sua salvaguarda e fortalecimento fossem feitas de forma voluntária por cada uma dos habitantes.

22. IDENTIFICAR AS INFRAESTRUTURAS DISPONÍVEIS E AS QUE PRECISAM SER CONSTRUÍDAS.

A identificação das infraestruturas disponíveis é necessária para realizar uma avaliação de quais são os investimentos necessários a fazer para executar um programa de turismo de base comunitária.

Alojamento construído com técnicas e materiais tradicionais no Parque



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2184500-d316599-i237383666-Chalalan_Ecolodge-Madidi_National_Park_Beni_Department.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Todos os projetos de casos estudados realizaram esta pesquisa antes de começar a planear o programa de turismo de base comunitária. Por ser uma atividade que está diretamente ligada a satisfação dos visitantes, é preciso ter de infraestruturas funcionais ligadas a mobilidade, saneamento, estadia e comunicações, o que muitas vezes não existe em comunidades rurais, em especial as mais isoladas.

23. ENVOLVER A COMUNIDADE EM TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO TURÍSTICO.

A comunidade local deve estar envolvida em todas as etapas do processo da implantação do programa de turismo de base comunitária no local, desde os primeiros estudos até a monitorização.

Vista aérea dos alojamentos Kapawi, no Equador.



Fonte: https://www.tripadvisor.pt/Hotel_Review-g2651594-d315368-Reviews-Kapawi_Ecolodge-Pastaza_Province.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Os estudos que relataram casos em que houve ampla participação dos habitantes em todas as etapas do processo turístico foram todos em comunidades indígenas. Estas comunidades são conhecidas por terem hierarquias bem definidas e um forte senso comunitário, o que pode ter sido uma das causas da adoção desta abordagem. Nos casos com este modelo participatório foram relatados mais impactos positivos do que negativos nas comunidades, sendo que os casos negativos estavam predominantemente relacionados a mudanças nos costumes e em algumas tradições locais pelo contacto com os turistas. Também foram relatados casos onde a participação mais ampla por parte da comunidade ocorreu a partir da etapa de definição de objetivos e planeamento. Nestes casos também foram reportados resultados positivos, mas houve dificuldade na identificação das relações entre os diversos grupos de habitantes locais, o que causou problemas na etapa da execução do programa.

24. EMPODERAMENTO LOCAL E VOZ ATIVA NAS DECISÕES.

A abordagem participativa só é verdadeiramente inclusiva quando a comunidade local tem poder e voz ativa nas decisões tomadas, não podendo estar ofuscada pelo poder de decisões dos demais agentes envolvidos.

Posada Amazonas, no Perú.



Fonte: <https://www.ecotripmatch.com/posadas-amazonas-peru/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Quase todos os casos relataram que houve empoderamento da comunidade local e poder de decisão suficiente para implementar a sua visão para o turismo. Isto fez com que o turismo de base comunitária levasse a resultados considerados satisfatórios e positivos pelos moradores. Em um dos casos onde a atividade fracassou não houve ensino prévio sobre o funcionamento da indústria do turismo, o que fez com que as decisões locais ficassem condicionadas a opinião de terceiros. Outro caso estudado revelou que o turismo teve impactos considerados positivos pelos habitantes enquanto eles tinham voz ativa sobre o desenvolvimento do seu território. Quando o poder de decisão dos agentes privados ficou mais influente do que a opinião local, os impactos na comunidade foram mais intensos e a atividade começou a ser vista de maneira negativa.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

25. FORMAR UMA FRENTE DE AÇÃO UNIFICADA.

O desenvolvimento e implementação de um programa de turismo de base comunitária envolve diversos fatores, intervenções e atores. É importante que, mesmo ao trabalhar em diferentes setores, haja uma frente de ação unificada e informada sobre o andamento das atividades.

Parque Nacional de Oulanka, Finlândia.



Fonte: <https://www.onde-e-quando.net/when/europa/rovaniemi/oulanka-national-park/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foram relatadas informações específicas sobre a operacionalização do plano de ação na maioria dos casos estudados. Em um caso de turismo envolvendo uma rede de comunidades, foi feita uma divisão entre os moradores que estavam interessados em participar do desenvolvimento do turismo em grupos que desempenharam atividades específicas. Estes grupos faziam pesquisas de opinião junto aos moradores não participantes e reportavam os resultados em reuniões envolvendo todos os participantes. Apesar dos resultados positivos, este modelo de atuação também teve alguns resultados negativos, tendo sido relatado que os moradores que não estavam envolvidos no desenvolvimento do turismo se sentiram apenas informados das decisões e não sentiram-se parte ou intitulados a dar opiniões.

26. INDEPENDENTE DO MODELO, A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DEVE IR ALÉM DE CONSULTAR E INFORMAR.

A consulta de opinião dos moradores e a divulgação das atividades que vão ocorrer no território não podem substituir a participação da comunidade na decisão e definição de quais são estas atividades.

Habitantes do Vilarejo Xai Xai, na Botsuana.



Fonte: <https://traveladventuresbotswana.com/planning-a-botswana-self-drive-safari-itinerary/xai-xai/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Com poucas exceções, não foram feitas perguntas em como as pessoas que não estavam relacionadas com o turismo nas pesquisas se sentiam a respeito das decisões tomadas na comunidade. Nos dois casos em que esta pesquisa foi realizada foram obtidas respostas negativas, em que as pessoas entrevistadas se sentiam apenas informadas/consultadas ou não tinham nenhum conhecimento sobre decisões a respeito do desenvolvimento do turismo. O primeiro caso retrata um estudo de uma rede de comunidades que estava a desenvolver um plano para transformar o turismo existente no local num modelo de base comunitária, onde as decisões eram pré-definidas em reuniões com todos os participantes e depois eram feitas pesquisas sobre a opinião dos demais moradores de todas as comunidades. O outro caso está relacionado a um estudo onde os habitantes mais antigos do território não se importaram em incluir os moradores mais recentes no processo participativo.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

27a. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA POR MEIO DE LIDERANÇAS INDIVÍDUAS.

Existem casos de turismo de base comunitária onde os habitantes da comunidade elegem um/uma líder para representar os moradores nas conversas com os demais agentes envolvidos.

Fotografia da costa de Kaikoura, Nova Zelândia.



Fonte: <https://www.dangerous-business.com/4-reasons-you-should-visit-kaikoura-new-zealand/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve casos dentre os estudos analisados que retratou um programa de turismo de base comunitária onde a população local elegeu uma líder para representar a comunidade. Neste caso específico, a mulher eleita tinha experiências em programas e iniciativas de desenvolvimento local na área, além de morar na comunidade a muito tempo. No começo a líder local foi responsável por reunir parcerias interessadas no projeto e pré-definir o plano de ação inicial. Durante o planejamento da atividade e a execução do programa o restante da comunidade foi envolvida de maneira mais abrangente e o papel da líder tornou-se mediar as decisões e o contacto com os parceiros. Os impactos desta abordagem foram positivos segundo pesquisas com os moradores.

27b. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA POR MEIO DE LIDERANÇAS COLETIVAS.

Existem casos de turismo de base comunitária onde os habitantes da comunidade elegem um grupo de pessoas para representar os moradores nas conversas com os demais agentes envolvidos.

Património natural das Ilhas de Coron, Filipinas.



Fonte: <https://naproadavida.com/fazer-em-coron-filipinas/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Os casos estudados retratam dois modelos de lideranças coletivas distintas. No primeiro caso o plano de ação inicial é feito por um grupo de membros, que formam uma cooperativa ou organização, e dão início ao processo de implantação do turismo no local. Nestes casos, o restante da comunidade é geralmente envolvida durante a execução da atividade, por perceber a presença de benefícios económicos. Os resultados relatados a partir deste modelo de intervenção tornaram-se positivos apenas após a cooperativa abrir a participação para os demais moradores e se mostrar disponível para adaptar o planejamento feito com base na opinião dos demais residentes. O outro caso está relacionado a delegação de poder, por parte da comunidade, para um grupo de habitantes, geralmente mais velhos e na posição mais elevada da hierarquia local. Nestes casos foi relatado que a comunidade transferiu a responsabilidade para este grupo de representantes, não tendo muito interesse em se envolver na atividade mesmo não gostando dos resultados e dos impactos causados até o momento. Também foi relatado que, por estarem desconectados, os habitantes não fazem a relação de os novos benefícios para o local serem resultados do turismo.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

27c. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA POR MEIO DE REUNIÕES E PESQUISAS COLETIVAS.

Existem casos de turismo de base comunitária em que as conversas com os demais agentes envolvidos são feitas em reuniões, e depois é feita uma pesquisa prévia junto aos habitantes sobre o seu posicionamento sobre os assuntos a que foram discutidos.

Vilarejo de Edale, Hope Valley, Inglaterra



Fonte: <http://www.derbyshire-peakdistrict.co.uk/edale.htm>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve um estudo de turismo de base comunitária em que este modelo de participação comunitária foi utilizado. O caso se tratava de um programa de turismo em rede onde as reuniões era feitas com representantes de todas as partes envolvidas no turismo e, posteriormente, eram feitas pesquisas sobre a opinião dos moradores sobre os assuntos discutidos. Neste caso específico esta abordagem fez com que parte dos moradores das comunidades não se sentissem parte do programa turismo, considerando que foram apenas consultados ou informados de informações pré-estabelecidas segundo as pesquisas feitas em campo.

28. TODOS OS HABITANTES DEVEM PODER PARTICIPAR DO EMPREENDIMENTO.

A participação no desenvolvimento e implementação do turismo de base comunitária deve ser democrática, sem custos ou restrições impostas aos habitantes locais.

Património material edificado em Hope, Hope Valley.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Hope,_Derbyshire, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve três situações distintas de casos onde houve limitação ou restrição para a participação no turismo. O primeiro caso é referente a exclusão de minorias que não faziam parte da maioria étnica da comunidade, o que resultou num pequeno grupo de pessoas que não foi envolvido nem pode contribuir na tomada de decisões. Em outro caso foi relatado problemas devido à centralização do poder sobre o turismo de base comunitária na mão de um grupo de pessoas que estabeleceram critérios para a participação que somente pessoas com elevado poder aquisitivo conseguiram atender. Isso fez com que os demais habitantes da comunidade comessem a participar do turismo de maneira informal, por meio de iniciativas individuais. Por fim, o último caso relatou uma situação onde o grupo responsável por representar a comunidade definiu que teria que ser pago uma taxa anual para participar do empreendimento. Tal atitude levou ao descontentamento e o distanciamento dos moradores, e o problema só foi resolvido quando a participação foi concedida gratuitamente aos habitantes. Como resultado, a participação nas atividades relacionadas ao turismo foi dobrada e gerou reações e percepções positivas sobre o turismo por parte dos residentes.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

29. A COMUNIDADE DEVE TER O CONTROLO DE QUAL RUMO DESEJA TOMAR NO FUTURO.

Além da participação no planeamento e desenvolvimento do programa, a comunidade deve ter voz ativa e poder suficiente para decidir sobre o futuro do empreendimento na região e quais os rumos que querem tomar.

Construção na Ilha Taquile, Lago Titicaca, Perú.



Fonte: <https://www.ahappypassport.com/blog/lake-Titicaca>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em um dos casos de turismo de base comunitária estudado a comunidade perdeu o controle sobre o turismo no local, o que causou grandes impactos e mudanças indesejadas na região. Levando isso em conta, é reforçado que a comunidade deve ter o direito de opinar e agir para alterar o programa de turismo caso não esteja a atender as metas e objetivos previstos.

30. AO MENOS PARTE DO EMPREENDIMENTO DEVE PERTENCER E SER ADMINISTRADO DE FORMA LOCAL

É importante que pelo menos uma parte do empreendimento pertença e seja administrado pela comunidade local, dado que se os habitantes estiverem a trabalhar na atividade pertencente a outra pessoa eles não terão poder suficiente para intervir e tomar decisões sobre o turismo.

Passeio com guias da comunidade local no Parque Nacional Manu, Perú.



Fonte: <https://www.qerostoursperu.com/amazon-jungle-trips/manu-cultural-zone-5-days.html>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Todos os casos estudados foram em comunidades em que o empreendimento pertencia e era administrado pelo menos parcialmente pela comunidade. Caso a atividade não pertença à comunidade, dificilmente os moradores terão algum poder de decisão sobre o andamento do empreendimento no local. Assim, em todos os casos avaliados, os habitantes tiveram poder para decidir como, quando e de que maneira agir, pelo menos enquanto se tratava de um programa de turismo de base comunitária, sendo responsáveis tanto por boas quanto por más decisões.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

31. EM PROGRAMAS DE TURISMO EM REDE CADA REPRESENTANTE DEVE TER UM RESPONSÁVEL POR COORDENAR AS INICIATIVAS.

Os elementos participantes de um programa de turismo em rede ou em rotas estão relacionados uns aos outros. Devido a isso, é importante que haja um representante de cada parte envolvida para comunicar e coordenar as ações necessárias para manter o bom funcionamento da rede.

Fauna nativa da região na Reserva Natural Nacional de Wolong, China.



Fonte: <https://www.viajetchinaexperto.com/guia-chengdu/que-ver/reserva-natural-de-wolong.html>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

No estudo avaliado onde foi retratado um caso de turismo em rede entre mais de uma comunidade, uns dos maiores problemas estava relacionado a falta de organização dos participantes da rede na comunicação com os moradores da região. Desta maneira, a realização de reuniões individuais abertas nas comunidades antes de uma reunião conjunta com os parceiros pode contribuir para integrar de maneira mais eficaz a população local e aumentar o seu senso de pertença na atividade. O estudo onde houve uma abordagem em rede de colaboração entre a comunidade e instituições privadas e não governamentais externas relatou resultados positivos em relação à percepção dos habitantes sobre a sua participação. Neste caso, as questões eram discutidas tanto internamente na comunidade e depois com os parceiros mediante a líder comunitária como vice-versa.

32. O AUMENTO DA AUTOESTIMA É PROPORCIONAL A RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A COMUNIDADE

O aumento da autoestima dos moradores esta diretamente ligado à confiança e a capacidade de construir uma atividade bem sucedida no seu território. Devido a isso, há casos em que quanto maiores as responsabilidades e a participação dos moradores na construção desta atividade maior reforço da autoestima local.

Guia local ensinando um grupo de turistas no Parque Nacional Madidi,



Fonte: <https://lostworld.com/destinations/bolivia/amazon-and-the-yungas/chalalan-ecolodge/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em alguns dos casos analisados, os moradores relataram que o fato de a comunidade ter sido responsável pela construção, administração e gestão de um empreendimento (O turismo) considerado bem-sucedido, bem como ter conseguido resolver os eventuais problemas que surgiram ao desempenhar tais atividades levou a um grande aumento de confiança, orgulho e autoestima dos habitantes da região. O empoderamento e o aumento da confiança das mulheres também foi mencionado nestes casos, visto que muitas se sentiam orgulhosas e empoderadas ao fazer parte de um negócio de sucesso, especialmente em aglomerados rurais onde as atividades dos habitantes são definidas pelo género.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

33. A PARTICIPAÇÃO INFORMAL NO TURISMO NÃO DEVE SER DESENCORAJADA, MAS DEVE SEGUIR A LINHA DE PLANEAMENTO DEFINIDA.

Com a chegada de turistas no local muitos indivíduos que optam por não participar no desenvolvimento e implantação do plano turístico aproveitam para vender produtos e serviços locais e até oferecer estadia aos turistas para gerar renda extra. Esta participação não deve ser desencorajada, mas deve estar de acordo com o planeamento previsto.

Aldeia Masooleh, Irã.



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/881259/quando-telhados-tornam-se-ruas-vila-historica-de-masuleh-no-ira>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Os casos onde houve participação informal pelos habitantes por meio da venda de produtos locais e serviços não relacionados a atividade turística relataram impactos positivos na comunidade, em especial na geração de renda complementar, empregos e na divulgação da cultura local. Por outro lado, foram relatados impactos negativos nos casos onde os habitantes agiram de forma diferente do que foi planeado pela comunidade, como na realização de passeios particulares ou na oferta de moradia para abrigar turistas em locais onde foram construídos alojamentos comunitários. Estes impactos foram frutos da competição criada no cenário interno da comunidade, em detrimento ao trabalho em equipa e a colaboração para executar o planeamento.

34. DISCUSSÕES ENTRE OS MORADORES PODEM SER CONSTRUTIVAS.

É normal que haja divergências de opiniões entre os moradores e, por vezes, tais diferenças podem levar a discussões. Estas discussões não são necessariamente más, dado que ambos os lados vão expor as suas opiniões e o conflito pode resultar em algo construtivo, buscando uma solução conjunta que atenta ambos os lados.

Património natural, Reserva Jiuzhaigou, China.



Fonte? <https://tourjiuzhaigou.wordpress.com/jiuzhaigou-tour-guide/jiuzhaigou-national-park-fast-facts/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos estudados onde houve discussão dos moradores na etapa de planeamento e elaboração do programa, foi evidenciado que nem sempre estes argumentos são maus para o desenvolvimento do turismo. Isto porquê estes conflitos forçaram os envolvidos na atividade a reconsiderar e negociar uma abordagem que fosse boa para ambos os lados, o que contribuiu para evitar que surgissem rixas nas etapas subsequentes ao desenvolvimento do plano turístico. Por outro lado, os casos que relataram conflitos entre moradores nas etapas posteriores ao planeamento, especialmente sobre questões que deveriam estar previstas, como a administração de benefícios, serviços locais, salários e responsabilidades comunitárias dos envolvidos, resultaram em impactos negativos nas relações sociais locais.

35. AQUELES COM DIFICULDADE DE ACOMPANHAR O PLANEAMENTO OU OS TREINOS DE CAPACITAÇÃO DEVEM SER REPRESENTADOS.

Durante o planeamento do programa turístico ou o treino para executar funções específicas pode haver indivíduos que não consigam acompanhar o processo devido a alguma restrição. É importante que estas pessoas sejam representadas de forma que possam opinar e/ou participar da execução da atividade da maneira que for possível.

Península de Akamas, Chipre.



Fonte: <https://www.mymovecyprus.com/akamas-the-natural-jewel-of-pafos/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foram relatados nos casos estudados cenários onde esta questão foi mencionada. De qualquer forma, partindo de uma abordagem participativa democrática e inclusiva, todos devem ser representados e ter direito a opinar sobre o futuro do território em que vivem.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS

36. PRIORIZAR OS OBJETIVOS A LONGO PRAZO.

A introdução de uma atividade não familiar ao território, como o turismo, deve ser feita com cautela, para evitar impactos e transformações indesejadas no local. Devido a isso, deve-se priorizar os objetivos a longo prazo para garantir que o empreendimento esta a ser feito de forma sustentável e as diferentes etapas do planejamento e da execução estão a ser cumpridas.

Ilhas Boracay, Filipinas.



Fonte: <https://www.girassolviagens.com/pt/boracay/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos estudados os objetivos foram descritos de forma genérica, não havendo menção específica de quais eram os objetivos a curto, médio e longo prazo.

37. ESTABELEECER METAS REALISTAS E GRADATIVAS.

A definição de metas realistas e gradativas, conforme as diversas etapas do programa vão sendo concluídas, contribui para estabelecer os critérios de monitoramento da atividade, bem como para não causar a decepção dos habitantes por não conseguir atingir um objetivo que era desde o princípio inviável.

Vista aérea de Trebnje, Eslovênia.



Fonte: <https://www.themayor.eu/en/slovenia/trebnje/info>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos estudados os objetivos foram descritos de forma genérica, não havendo menção específica de quais eram os objetivos a curto, médio e longo prazo. De qualquer forma, tendo em vista que serão necessários definir critérios para monitorar as fases do turismo, recomenda-se que as metas e objetivos sejam definidos conforme as etapas do processo turístico.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS

36. AS METAS NÃO DEVEM IR DE ENCONTRO A LEGISLAÇÃO E AS RESTRIÇÕES LOCAIS.

É importante que as metas e os objetivos traçados para o programa de turismo de base comunitária não desrespeitem as restrições ou a legislação local para evitar conflitos com o Governo e viabilizar a execução do plano sem entraves.

Rua principal de Gales Point, Belize.



Fonte: <https://www.picadocurtis.net/pg97.cfm>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Apesar de existirem situações onde (após o turismo de base comunitária ter sido mal sucedido) os habitantes desrespeitaram as restrições locais, não houve estudos de casos em que as metas para o desenvolvimento do turismo no local se opusessem a legislação e as restrições impostas pelo Governo. Em alguns casos, em especial nas comunidades próximas à áreas de preservação, o turismo foi utilizado como ferramenta para tentar mitigar os impactos dos constrangimentos resultantes da legislação.

39. O TURISMO DEVE SER TRATADO COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR.

O turismo não deve ser apresentado para a comunidade como sendo a solução para todos os problemas locais ou como fonte de sustento, mas sim como atividade complementar que vai contribuir para mitigar alguns dos problemas e necessidades locais.

Fotografia aérea de Kaikoura, Nova Zelândia.



Fonte: <http://www.qualviagem.com.br/ descubra-a-vida-selvagem-de-kaikoura/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos relatados onde o turismo foi tratado como atividade complementar não se criou uma relação de dependência por parte da comunidade para com o programa de turismo de base comunitária. Em outros casos, a falta de gestão de expectativas ou o exagero ao descrever os benefícios provenientes da atividade para os habitantes, gerou frustrações e desapontamentos porque o turismo não gerava renda o suficiente para o sustento de uma família.

40. NÃO TENTAR MAXIMIZAR O LUCRO A CURTO PRAZO.

No início da execução do programa de turismo de base comunitária existe a tentação de maximizar os lucros a curto prazo construindo novos alojamentos ou aumentando o número de atividades e visitantes. Tais ações devem ser evitadas, visto que vão contra o que está planejado e podem causar mudanças indesejadas na comunidade.

Alojamento em Gili Trawangan, Indonésia.



Fonte: <https://erasmusu.com/pt/erasmus-indonesia/blogue-erasmus/6-razoos-para-escolher-gili-trangawan-em-vez-do-bali-459030>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos analisados não foram relatadas tentativas de maximizar o lucro a curto prazo, ou aumentar o número de atividades e serviços indo contra o planejamento feito. Assim, é importante explicar para os moradores que o turismo é uma atividade com potencial para danificar o ambiente e a sua implementação no local deve ser feita com cautela e de forma sustentável.

41. PASSAR UMA IMAGEM CLARA E PRECISA SOBRE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO LOCAL PARA OS VISITANTES.

A gestão de expectativas não se aplica somente a comunidade. É necessário passar uma imagem clara e bem definida do programa de turismo de base comunitária para não frustrar as expectativas dos visitantes.

Fauna nativa do Parque Nacional de Komodo, Indonésia.



Fonte: <https://edukavita.blogspot.com/2013/07/36-parque-nacional-de-komodo.html>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em todos os casos foram passadas imagens claras sobre as atividades e os potenciais turísticos locais, o que contribuiu para a difusão do conhecimento sobre a cultura da região e para garantir que o visitante tivesse a experiência que procurava. Isto também contribuiu para que houvessem turistas visitando a comunidade mais de uma vez, evidenciando o sucesso em prover experiências significativas para os viajantes.

42. ADOTAR UMA ABORDAGEM MULTISSETORIAL E INTEGRADA.

A elaboração de um plano de desenvolvimento de turismo de base comunitária envolve diversas disciplinas e campos de atuação. Para construir um programa bem fundamentado e com maiores hipóteses de atingir os objetivos propostos, recomenda-se adotar uma abordagem multissetorial e integrada.

Lago Kanas na Reserva Natural Kanas, China.



Fonte: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g1162969-d487368-Reviews-Kanas_Lake-Burqin_County_Xinjiang_Uygur.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Com exceção do caso de turismo em rede analisado, onde se chegou a conclusão que muitas dos problemas referentes a organização foi devido a não ter sido adotada uma abordagem integrada, não foram detalhados, nos demais casos analisados, se houve uma abordagem integrada ou se o planeamento foi realizado a partir de uma perspectiva multissetorial. Os casos estudados se limitavam a dizer quais eram as instituições ou parceiros envolvidos junto a comunidade na elaboração do plano turístico.

43. REFLETIR O AMBIENTE E A IDENTIDADE DA COMUNIDADE NO PROGRAMA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Planear o programa de turismo de base comunitária destacando a identidade e a cultura local contribui para a educação dos turistas e a difusão do conhecimento sobre a comunidade.

Ensinamentos aos turistas, com posters informativos sobre a cultura indígena Infierno ao fundo da sala, no Perú.



Fonte: <https://www.rainforestexpeditions.com/ese-eja-native-community-of-infierno/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Todos os casos analisados, com exceção de um deles, buscaram refletir as dinâmicas do ambiente e os elementos da sua identidade local no programa de turismo. Assim, em todos os estudos onde foram feitas pesquisas sobre a opinião dos visitantes, foi constatado que houve sucesso em difundir o conhecimento sobre o património cultural local. O estudo em que não seguiu na linha dos demais se tratou de um estudo sobre um grupo de comunidades que buscou transformar o turismo de massas já existente no local numa iniciativa de base comunitária. Sendo assim, por se tratar de um local onde o turismo já estava presente, os potenciais atrativos turísticos já estavam consolidados.

44. EVITAR TRATAR OS HABITANTES COMO PEÇAS DE MUSEU A SEREM OBSERVADAS.

As atividades do programa de turismo de base comunitária devem ser planeadas para gerar experiências a serem vivenciadas pelos turistas, e não elementos a serem observados.

Moradores do Vilarejo Xai Xai, na Botsuana.



Fonte: <https://traveladventuresbotswana.com/planning-a-botswana-self-drive-safari-itinerary/xai-xai/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em um dos casos foi realizado um estudo sobre uma comunidade em que a população tinha traços ou características únicas, ligadas a sua origem indígena, relatou que uma das atrações do turismo de base comunitária, de forma não planeada, se tornou visitar o lugar para ver ou observar os moradores. No caso mencionado não foi relatado incomodo por parte dos habitantes sobre esta situação, apesar de ser uma possibilidade de acontecer, mas ocorreu a comoditização da cultura local, onde a aparência dos indivíduos passou a ser um produto a ser consumido pelos visitantes.

45. PLANEAR O PROGRAMA TENDO EM VISTA O PÚBLICO-ALVO QUE SE PRETENDE ATINGIR.

O planeamento do programa deve estar direcionado ao público-alvo que se pretende atrair. Tal definição está geralmente relacionada aos potenciais turísticos locais e atividades propostas.

Jardim de Alnwick, Inglaterra.



Fonte: <https://www.visitbritain.com/br/pt-br/node/1497>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve informações, nos casos estudados, sobre quais foram as diretrizes adotadas no processo de planeamento do programa de turismo.

46. O VALOR DOS SALÁRIOS E A ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DEVEM ESTAR PREVISTOS NO PLANO DE TURISMO.

A percentagem dos ganhos destinada aos salários das atividades desempenhadas e a maneira como será feita a administração dos benefícios devem ser discutidas previamente e descritas no plano de turismo elaborado.

Kaiping Diaolou, China.



Fonte: <https://www.unesco.nl/nl/erfgoed/kaiping-diaolou-en-dorpen>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos estudados não houve menção específica se os salários estavam previstos ou não no plano turístico elaborado pela comunidade. O modelo de administração dos benefícios, por outro lado, foi definido em todos os casos estudados na etapa de planeamento, o que contribuiu para evitar conflitos após a etapa da execução do programa de turismo, relacionados a gestão dos lucros.

47. PRIVILEGIAR A COOPERAÇÃO COM AS COMUNIDADES VIZINHAS EM DETRIMENTO A COMPETIÇÃO.

As comunidades vizinhas interessadas em implementar programas de turismo devem ser tratadas como parceiras, e não competidoras. Desta forma evita-se que haja investimentos precipitados para superar a concorrência e cria-se um vínculo de contribuição e parceria entre as comunidades da região.

Parque Nacional de Sagarmatha, Nepal.



Fonte: <https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-editorial-parque-nacional-de-sagarmatha-nepal-himalaya-image60282238>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve dois casos em que diferentes tipos de relações se sucederam entre a comunidade e os seus aglomerados rurais vizinhos. No primeiro caso houve competição, o que contribuiu para que o turismo de base comunitária implementado no local fracassasse e os seus visitantes fossem absorvidos por comunidades vizinhas. No outro caso foi feita uma abordagem em rede colaborativa em que, apesar dos problemas enfrentados durante o processo, o resultado foi positivo, incluindo todos os participantes da rede de forma a atender pelo menos parte das necessidades de cada localidade.

48. EM PROGRAMAS DE TURISMO EM REDE, TODOS OS ENVOLVIDOS TERÃO OS SEUS PRÓPRIOS INTERESSES.

É importante ter consciência que todas as partes envolvidas no turismo em rede, sejam comunidades ou instituições, terão a sua própria agenda e interesses. Assim, é importante contribuir para que estes objetivos dos parceiros sejam atingidos mas, sem prejudicar ou comprometer a visão e planeamento feito pelos moradores da sua comunidade.

Parque Nacional Jianfengling



Fonte:

<https://news.cgtn.com/news/3d3d414f314d544f34457a6333566d54/index.html>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

No caso de turismo de base comunitária que foi implementado numa rede de comunidades, ficou claro a diferença de opiniões entre os moradores dos diferentes locais, bem como dentro das próprias comunidades. Chegou-se a conclusão, numa pesquisa feita junto aos moradores sobre os impactos e atitudes a respeito do andamento do processo, que as decisões tomadas devem beneficiar a todos ou, ao menos, não causar prejuízos a qualquer parte envolvida. Outro ponto destacado foi a dificuldade em fazer com que as pessoas participassem do processo, sendo que muitas vezes alguns habitantes só se manifestavam quando se incomodavam com as decisões que já haviam sido tomadas e operacionalizadas.

49. DEFINIR AS REGRAS A SEREM SEGUIDAS PELOS TURISTAS QUANDO ESTIVEREM A VISITAR A COMUNIDADE

É necessário informar os turistas sobre as atitudes que podem incomodar ou perturbar a comunidade local. Para tal, é sugerido a criação de regras a serem seguidas, de maneira a evitar comportamentos e ações prejudiciais à comunidade.

Turista olhando a paisagem na Ilha Taquile, no Perú.



Fonte: <https://www.pinterest.fr/pin/118078821468378036/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foi feita nenhuma menção específica a criação de regras a serem seguidas dentro da comunidade em nenhum dos casos estudados. Porém, em um caso foi relatado que alguns habitantes sentiram-se incomodados com atitudes de alguns turistas, que intervinham diretamente nas atividades tradicionais do território e no quotidiano local. Estes problemas poderiam ter sido amenizados caso tivessem sido estabelecidas regras e diretrizes, junto a todos os habitantes da comunidade, a serem seguidas para evitar que o turismo e os turistas influenciassem diretamente no ambiente comunitário.

50. TER ATENÇÃO PARA NÃO INVADIR A PRIVACIDADE DOS MORADORES LOCAIS.

Nem todos os moradores da comunidade estarão envolvidos no turismo e, mesmo os que estiverem, podem se incomodar com visitantes invadindo a sua privacidade ou atrapalhando a realização das suas atividades quotidianas. Assim, é necessário o desenvolvimento de estratégias no planeamento do turismo de base comunitária para evitar estes constrangimentos.

Vista do porto de Pythagoreio, na Grécia.



Fonte: <https://www.greeka.com/eastern-aegean/samos/villages/pythagorion/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Um dos problemas relatados em diversos estudos publicados sobre o turismo de base comunitária é a invasão da privacidade dos moradores locais por parte dos visitantes. Em dois casos estudados, houve menção de que a circulação de turistas dentro da comunidade incomodava alguns moradores. Uma delas ocorreu num cenário onde a população local perdeu o controlo do empreendimento turístico para os agentes privados, o que impossibilitou que estes impactos fossem mitigados. No outro caso, o poder de decisão sobre o turismo de base comunitária estava centralizado na mão de um grupo de pessoas que privilegiaram o lucro em detrimento a resolver os problemas que os demais membros da comunidade, que não estavam relacionados ao turismo, enfrentavam. Por fim, três casos analisados, cujas principais atrações turísticas estavam relacionadas a passeios na natureza, utilizaram a mesma estratégia de se construir alojamentos e realizar passeios longe do local onde as pessoas viviam. Nestes casos não foi relatado problemas relacionados a invasão de privacidade, visto não haver turistas instalados dentro da comunidade e as atividades de cunho cultural serem programadas com antecedência.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS HABITANTES

51a. O GOVERNO COMO AGENTE DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS HABITANTES.

O Governo pode providenciar meios de capacitação e de treino dos habitantes da comunidade para desempenhar atividades específicas no funcionamento do turismo de base comunitária.

Casa de grama do povoado Inuvialuit, Canadá.



Fonte: <https://herschel.preserve.ucalgary.ca/sites/inuvialuit-sod-house/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

O Governo foi responsável pelo treino e capacitação de habitantes das comunidades somente quando esteve envolvido diretamente na decisão de se implantar o turismo no local. Quando isto ocorreu, as metas e objetivos do programa estavam em linha com os objetivos previstos pelo Governo para a região. Devido a isto, os impactos relatados deste meio de capacitação foram positivos, dado que o treino era feito de maneira especializada e que as metas estabelecidas interessavam a ambas as partes.

51b. PARTICIPANTES NÃO GOVERNAMENTAIS EXTERNOS A COMUNIDADE COMO AGENTES DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS HABITANTES.

Instituições não governamentais ou agentes do setor privado podem providenciar meios de capacitação e de treino dos habitantes da comunidade para desempenhar atividades específicas no funcionamento do turismo de base comunitária.

Parque Nacional Kibale, Uganda.



Fonte: <https://safariworldtours.com/kibale-national-park/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos estudos de caso utilizados para a construção deste roteiro não foram feitas relações específicas sobre o treino da comunidade local com a ajuda de agentes externos não governamentais e os impactos/resultados da atividade turística.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS HABITANTES

52. CAPACITAR OS MORADORES PARA EVENTUAIS EMPREGOS QUE NECESSITEM DE QUALIFICAÇÃO.

Os empregos oriundos do turismo não devem estar relacionados apenas ao trabalho braçal ou funções básicas, devendo também incluir os empregos que necessitem de qualificação ou estudo prévio. Para isso, o treino da comunidade deve ir além das atividades básicas relacionadas ao setor do turismo, englobando também os cargos que necessitem de mais estudo e preparação.

Temporada de reprodução das tartarugas na praia de Ostional, Costa Rica.



Fonte: <https://www.pinterest.es/pin/427279083369281687/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos estudados, quando a população foi diretamente responsável pelas atividades de administração, gerenciamento, coordenação e operacionalização do programa de turismo foi relatada a criação de mais oportunidades de emprego para os moradores, bem como um aumento da autoestima local. Por outro lado, alguns estudos apontaram que esta diferenciação de cargos entre os trabalhadores gerou conflitos entre os residentes e, algumas vezes, o abandono por parte de indivíduos envolvidos com o turismo das suas responsabilidades comunitárias. Assim, é importante que exista esta qualificação dos moradores para evitar criar uma relação de dependência para com os agentes externos da comunidade, mas também é preciso gerir a atividade de forma que as responsabilidades e as relações sociais intracomunitárias não sejam esquecidas.

53. DESENVOLVER MATERIAIS DE ESTUDO E AÇÕES PRÁTICAS PARA A CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL.

O desenvolvimento de materiais de estudo pode contribuir para o ensino e o treino dos habitantes locais, visto que o aprendizado não ficaria limitado somente nos horários de ensinamento. O desenvolvimento de ações práticas como estágios, “workshops” e o incentivo entre a troca de aprendizado entre os moradores pode contribuir para a melhor difusão do conhecimento na comunidade.

Vilarejo de Pisece na Eslovênia.



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Pi%C5%A1e>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve relatos nos casos estudados da criação de materiais de estudo ou a especificação das ações práticas adotadas para contribuir para o treino dos habitantes. Mesmo assim, tais opções podem ser apresentadas a comunidade e ter seus resultados práticos explorados quando optem por o faze-las.

GESTÃO DA RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS À COMUNIDADE

54a. PARCERIAS COM O GOVERNO.

Há casos de turismo de base comunitária onde são feitas parcerias com o Governo para o desenvolvimento da iniciativa.

Passeio guiado no Parque Nacional Mgahinga Gorilla, em Uganda.



Fonte: <https://www.mgahingagorillanationalpark.com/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

As parcerias feitas com o Governo que foram relatadas foram no âmbito da definição de objetivos e metas, treino/capacitação da comunidade local para desempenhar funções específicas e na monitorização do ambiente natural. Os casos estudados relataram fatores positivos associados a esta cooperação, o que pode ser porquê estas parcerias só ocorreram quando o turismo no local iniciou-se por sugestão do Governo e, portanto, os resultados e metas definidas também eram de interesse do poder público. Nos casos estudados onde não houve alguma espécie de parceria, a relação da comunidade com o Governo não progrediu ou deteriorou-se ainda mais. Em um dos casos, mesmo a administração local participando do treino da liderança comunitária, não houve nenhuma melhora entre as relações, visto que os habitantes locais delegaram a responsabilidade de desenvolver o turismo para o grupo de líderes e não relacionou os benefícios comunitários gerados à atividade turística.

54b. PARCERIAS COM AGENTES PRIVADOS EXTERNOS À COMUNIDADE.

Há casos de turismo de base comunitária onde são feitas parcerias com agentes privados externos à comunidade para o desenvolvimento da iniciativa.

Restaurante em Cerro de Oro, na Costa Rica.



Fonte: <https://www.viajarentreviagens.pt/costa-rica/costa-rica-roiteiro-dicas-ver-visitar-viajar/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos onde houve parceria com agentes externos privados a comunidade foram relatados impactos mistos. As parcerias com as organizações não governamentais geralmente tiveram avaliações positivas por parte da população, por outro lado, a parceria com agentes privados dividiu opiniões. Este tipo de parceria teve sucesso quando foi feita através da assinatura de contratos, estabelecendo um modelo operacional onde a comunidade dava contrapartidas e, ao fim da data prevista, teria total controlo sobre a atividade no território. Já quando a parceria foi feita no âmbito do agente privado prestar serviços para a comunidade ou ter cargos de gestão de elevada hierarquia no programa os impactos relatados pelos habitantes foram negativos.

GESTÃO DA RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS À COMUNIDADE

55. EVITAR INTERFERENCIA EXTERNA NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA COMUNIDADE.

Os moradores da comunidade conhecem melhor do que ninguém a região e as suas dinâmicas por estarem no espaço diariamente. Devido a isto, é aconselhável que os habitantes tomem as suas próprias decisões referentes a organização interna e a possíveis alterações na comunidade ao invés de seguir cegamente os conselhos de participantes externos à comunidade.

Área externa de um alojamento em Monteverde, na Costa Rica.



Fonte: <https://www.savacations.com/destinations/costa-rica-tours-travel/costa-rica-accommodations/monteverde-lodge-gardens/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Dentre os casos estudados não houve nenhum exemplo onde houve interferências externas na organização interna da comunidade. Geralmente, esta organização interna seguiu a hierarquia e as relações de poder que já existiam no local antes da implementação do programa de turismo.

56. SEMPRE QUE POSSÍVEL UTILIZAR SERVIÇOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS LOCAIS.

Quase sempre são necessários investimentos no setor de infraestruturas e de serviços para preparar a comunidade para receber um programa de turismo de base comunitária. Para aproveitar os recursos endógenos ao território recomenda-se que sejam utilizados, quando possível, serviços, mão de obra e materiais locais.

Construção tradicional no território dos indígenas Caribs, em Dominica.



Fonte: https://www.tripadvisor.com/LocationPhotoDirectLink-g147281-d147741-i161750422-Kalinago_Territory-Dominica.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

A utilização de materiais locais, mão de obra e serviços locais nas comunidades envolvidas nos programas de turismo de base comunitária gerou impactos positivos a nível local. Foi registado nos estudos analisados que houve um aumento da autoestima local, melhoria nas dinâmicas económicas, resgate de saberes-fazer que estava a ser esquecidos e geração de emprego e oportunidades de negócios para os habitantes locais.

GESTÃO DA RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS À COMUNIDADE

57. TER CAUTELA COM A VENDA DE TERRENOS OU PROPRIEDADES.

Um dos reflexos da execução de um programa de turismo local, por consequência da atratividade gerada, são os aumentos dos preços dos imóveis e do valor da terra. Deve-se ter cautela ao vender as propriedades da comunidade para agentes externos.

Residência moderna em Port Douglas, Austrália.



Fonte: <https://luxatic.com/the-edge-is-a-jaw-dropping-home-from-port-douglas-australia/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

A atratividade e promoção do território onde será feita a atividade de turismo de base comunitária vai gerar inevitavelmente uma valorização no preço das terras e dos imóveis, o que pode atrair interesse de agentes privados externos a comunidade. Por mais tentador que seja, deve-se ter cautela ao vender estas propriedades, pois os novos donos também farão parte da comunidade e, por consequência, também poderão opinar no desenvolvimento do turismo no local conforme os seus interesses. Num dos casos estudados, após resistirem a uma pressão inicial, diversos habitantes venderam propriedades para agentes privados externos ao local. Nestas propriedades foram construídos alojamentos e infraestruturas de turismo que funcionavam de forma independente e fez com que os habitantes perdessem o controlo sobre o rumo futuro do turismo na região, o que levou a uma descaracterização do local e a impactos negativos irreversíveis.

58. DEFINIR O MERCADO E O PÚBLICO-ALVO.

Ao pensar na estratégia de divulgação, a identificação do mercado-alvo em que o programa de turismo de base comunitária está inserido e o direcionamento das informações ao público-alvo que se deseja atrair podem contribuir para planos mais eficazes.

Paisagem das montanhas de St. Thomas, Jamaica.



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/351562314636222474/>, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve muitos detalhes sobre as estratégias de “marketing” adotadas nos casos estudados. Mas qualquer estratégia de “marketing”, independente do meio de divulgação, é mais efetiva se for planejada a visar uma secção de mercado e um público-alvo.

59. IDENTIFICAR OPORTUNIDADES DE MERCADO.

As atrações do turismo rural de base comunitária estão geralmente ligadas as tradições culturais locais, a natureza e a algum eventual património material. Sendo assim, a identificação de oportunidades no mercado que tenham relação com as atrações turísticas locais podem levar a parcerias vantajosas.

Património natural de Quebrada Grande, na Costa Rica.



Fonte: https://www.tripadvisor.com/Tourism-g659859-Quebrada_Grande_Province_of_Guanacaste-Vacations.html, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve muitos detalhes sobre as estratégias de “marketing” adotadas nos casos estudados. Entretanto, em um caso de turismo numa comunidade próxima a um Parque Nacional, foi adotada a estratégia de direcionar o “marketing” para o mesmo mercado e público-alvo de visitantes do Parque. Tal estratégia teve bons resultados, sendo que a pesquisa feita entre os habitantes da comunidade registou que logo nos primeiros dias em que o programa começou a funcionar já haviam diversos visitantes no local.

“MARKETING”

60. TODAS AS INICIATIVAS DE “MARKETING” DEVEM SER APROVADAS PELOS MORADORES LOCAIS.

Consultar os moradores antes de implementar as iniciativas de “marketing” pode se uma forma de evitar que a divulgação seja feita com base em informações exageradas ou que não reflita com clareza a identidade e o ambiente da comunidade.

Fotografia da KAFRED, cooperativa pertencente a comunidade de residente de Bigodi, Uganda.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/3-The-KAFRED-headquarters-in-Bigodi_fig6_267820722, acessado em 02/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foi descrito, nos estudos de caso analisados, qual foi o método ou a organização para operacionalizar a estratégia de “marketing” definida. Porém, tendo em conta que a reincidência de visitantes, bem como a divulgação boca a boca sobre as experiências vividas no local contribuem para o aumentar a estima e instigar o interesse dos turistas sobre o local, é importante em que não sejam divulgadas informações que gerem falsas expectativas. Assim, a aprovação por parte dos moradores das iniciativas e do material a ser divulgado pode ser uma ferramenta para garantir que a promoção esta a ser feita de forma realista.

61a. O GOVERNO COMO FINANCIADOR.

É necessário um considerável investimento económico para deixar as comunidades aptas a desenvolverem um programa de turismo de base comunitária. Geralmente, a comunidade não tem fundos suficientes para iniciar tal operação, requisitando financiamento por parte do Governo.

Fotografia de um passeio no Parque Nacional Royal Chitwan, no Nepal



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/neleki/3812069100/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve casos relatados onde o Governo financiou a atividade de turismo de base comunitária. Mesmo nos casos em que o poder público sugeriu que a comunidade iniciasse o programa, o financiamento veio de instituições financeiras, mediante a pagamentos em datas futuras.

61b. AGENTES PRIVADOS COMO FINANCIADORES.

É necessário um considerável investimento económico para deixar as comunidades aptas a desenvolverem um programa de turismo de base comunitária. Geralmente, a comunidade não tem fundos suficientes para iniciar tal operação, requisitando financiamento de indivíduos ou instituições privadas.

Lago de Héviz, na Hungria.



Fonte: <https://www.outdooractive.com/en/poi/hevizi-to-termeszetvedelmi-teruelet/lake-of-heviz/25719040/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos onde o financiamento foi feito pela iniciativa privada, sempre houve contrapartidas económicas condicionadas. Alguns exemplos relatados foram a aquisição/alugueis de terras da comunidade, percentagem no lucro proveniente do turismo ou o pagamento do valor investido em datas futuras. Como geralmente estes acordos têm duração de décadas, não foi possível saber se em todos os casos a comunidade conseguiu arcar com os compromissos estabelecidos ou não.

62. O FINANCIAMENTO DEVE ESTAR ALINHADO COM AS METAS E OS OBJETIVOS A LONGO PRAZO TRAÇADOS.

Em grande parte dos financiamentos é requisitada uma contrapartida, seja em parte dos lucros provenientes da atividade ou no pagamento do dinheiro fornecido numa data específica. Tais contrapartidas devem estar alinhadas com os objetivos a longo prazo traçados pela comunidade para não forçar os habitantes a acelerar o processo de desenvolvimento do turismo ou ficarem em dívida.

Estação Biológica de La Gamba, Costa Rica.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Biol%C3%B3gica_La_Gamba, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Com exceção dos casos onde a contrapartida do financiamento eram alugueis de terras ou participação nos lucros da atividade, não foi descrito se o modelo de financiamento adotado foi coerente com as metas e objetivos propostos a longo prazo. Os casos que envolviam participação da entidade financiadora nos lucros ou benefícios gerados no turismo de base comunitária relataram que, após o término da data prevista em contrato, o investimento foi quitado e a comunidade passou a ter total controlo e administrar de forma integral o empreendimento.

63. POLÍTICAS DE PURO ASSISTENCIALISMO DEVEM SER EVITADAS.

Políticas de financiamento de puro assistencialismo, sem contrapartidas ou necessidade de atingir metas estabelecidas podem fazer com que a comunidade se torne dependente de fundos externos para dar continuidade ao turismo, ao invés de construir um negócio sólido, lucrativo e responsável.

Residências em Gales Point, Belize.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Gales_Point, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve casos estudados que retrataram impactos referentes a esta mensagem-chave na etapa dos financiamentos. Porém, em um dos casos, uma comunidade local passou a depender de um grupo de especialistas para gerir e operacionalizar o programa sem ter sido capacitada ou educada de forma efetiva para realizar a atividade sozinha. Ao fim, quando o grupo de especialistas distanciou-se, o programa de turismo de base comunitária deixou de funcionar e as iniciativas relacionadas ao turismo no local começaram a ser feitas sem planeamento e de forma informal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURÍSTICO.

64. A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TURISMO DEVE SER IGUAL PARA TODOS.

Existem casos onde são criadas condições, pelos próprios habitantes da comunidade, para participação na execução do programa de turismo planeado. Para não criar uma exclusão com base na condição económica de cada indivíduo, estas restrições devem ser revistas para que a participação possa ser o mais democrática possível.

Paisagem natural em Trossachs, na Escócia.



Fonte: <https://www.escocia.es/highlands/trossachs/>, acessado em 03/03/2022.

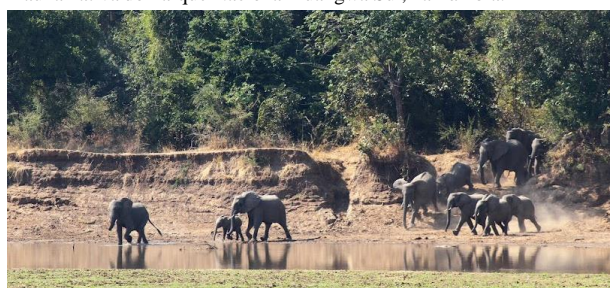
IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Houve duas situações distintas de casos onde houve limitação ou restrição para a participação no turismo. No primeiro caso os constrangimentos estavam relacionados à centralização do poder sobre o turismo de base comunitária na mão de um grupo de pessoas que estabeleceram critérios para a participação que somente pessoas com elevado poder aquisitivo conseguiram atender. Isso fez com que os demais habitantes da comunidade começassem a participar do turismo de maneira informal, por meio de iniciativas individuais. O outro caso está relacionado a criação de uma taxa anual a ser paga para participar da execução das atividades. Tal atitude levou ao descontentamento e o distanciamento dos moradores e, quando a taxa foi extinta, a participação comunitária aumentou e as atividades informais que não estavam alinhadas com o plano também reduziram.

65. O MEIO AMBIENTE NÃO DEVE SER TRATADO COMO MATERIAL A SER CONSUMIDO.

O meio ambiente não deve ser tratado como material ou objeto a ser consumido pelos turistas, mas sim estar enquadrado no contexto das experiências e vivências providenciadas pelos habitantes nas atividades relacionadas ao turismo.

Fauna nativa do Parque Nacional Luangwa Sul, na Zâmbia.



Fonte: <https://www.viajarentreviagens.pt/zambia/safari-no-parque-nacional-south-luangwa/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Assim como o património cultural local, o meio não deve ser tratado como bem de consumo e sim estar integrado em iniciativas que permitam que o visitante vivencie experiências relacionadas a identidade local e ao potenciais turísticos naturais da região. A maioria dos casos estudados seguiram esta abordagem e relataram que os resultados referentes aos objetivos de conservação da natureza e a valorização do ambiente natural foram bem sucedidos. O único caso em que relatou um avanço na degradação ambiental foi onde o Governo emitia permissões a agentes externos a comunidade para burlar as restrições estabelecidas na zona de preservação declarada, segundo entrevistas realizadas no local. Este facto, aliado a centralização do poder do turismo de base comunitária estar centralizado na mão de um grupo de residentes, fez com que os demais habitantes ficassem frustrados e se registasse um aumento nas atividades não permitidas pela lei no local.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURÍSTICO.

66. A INFRAESTRUTURA MÍNIMA DEVE ESTAR PRONTA ANTES DE SE DAR INÍCIO AO PROGRAMA.

A infraestrutura mínima necessária para acolher os turistas e garantir que as atividades e potenciais turísticos do território possam ser vivenciados com qualidade e segurança devem estar prontas antes de se iniciar o programa de turismo de base comunitária.

Paisagem da região de Friesland, na Holanda.



Fonte: <https://love2fly.iberia.com/2017/12/18/frisia-netherlands/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em todos os estudos de caso analisados a infraestrutura mínima estava pronta antes de se dar início ao programa, o que possibilitou o funcionamento da atividade, pelo menos nos anos iniciais.

67. A REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO MATERIAL PODE OCORRER GRADUALMENTE CONFORME A EXECUÇÃO DO PROGRAMA.

A reabilitação das estruturas materiais não essenciais para o programa de turismo pode ser feitas ao longo da sua execução.

Rua do Vilarejo de Commana, na França.



Fonte: <https://www.map-france.com/Commana-29450/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve casos onde a reabilitação do património material ocorreu durante a execução do programa. Porém, tendo em vista que este é um investimento de elevado custo e que não pode ser recuperado, a opção de reabilitar o património material conforme o andamento do programa e com os lucros provenientes deste pode ser um bom plano de ação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURÍSTICO.

68. CONSTRUÇÕES NOVAS NÃO DEVEM AGREDIR A PAISAGEM DA REGIÃO.

Tendo em conta que o turismo rural é geralmente dependente do seu património natural e cultural, deve-se garantir que as construções novas, tanto as de infraestrutura como as não relacionadas ao turismo, estejam em harmonia com a paisagem local.

Hotel de luxo em Port Douglas, Austrália.



Fonte: <https://travelmermaid.com/travel/port-douglas-accommodation/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em um dos casos estudados, quando a influencia dos agentes privados externos a comunidade ficou maior que a dos habitantes locais, houve relatos de descaracterização do ambiente local devido a construções novas. Estas construções, geralmente a serviço de pessoas de fora da comunidade, eram planeadas para desempenhar de maneira mais efetiva os serviços turísticos. Devido a isso, a comunidade se viu na necessidade de fazer o mesmo com o lucro que ganhava com o turismo.

69. ESTIMULAR A RELAÇÃO E A PARCERIA ENTRE NEGÓCIOS LOCAIS.

As relações de parceria entre os serviços e comércios locais contribui para a criação de uma rede de confiança dentro da comunidade, bem como para a circulação do capital de forma endógena.

Escola no Vilarejo Xai Xai, na Botsuana.



Fonte: <https://www.franklinstreetglobetrotters.org/home/2019/7/22/connecting-ancient-traditions-with-modern-life>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Considerando que nem todos poderão participar, em simultâneo, das atividades vinculadas ao turismo, o fortalecimento das relações de parceria e trocas dentro da comunidade pode ser uma estratégia para envolver todo o ambiente comunitário e manter o capital circulando de forma endógena. Em um dos casos estudados foi relatado a parceria entre os serviços locais de alojamento e restauração com os fazendeiros. Neste caso o abastecimento destes estabelecimentos ficou a cargo da produção local e integrou diversas frentes dentro do mesmo programa de turismo. Antes de se iniciarem estas parcerias, os fazendeiros do entorno da comunidade tinham receios a respeito da implementação do turismo no local mas, após estas novas dinâmicas comerciais, passaram a ver o turismo de base comunitária de maneira mais positiva.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURÍSTICO.

70. NÃO SABOTAR OS HABITANTES QUE NÃO ESTEJAM ENVOLVIDOS COM O TURISMO.

Os moradores que não estiverem envolvidos com o programa de turismo de base comunitária tem o mesmo direito do que os participantes da atividade em opinar e participar das decisões que envolvam o futuro do seu território. Com isso em mente, o turismo não deve ser algo nocivo aos que não participam e, sempre que possível, deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida do coletivo e não excluir moradores.

Família de origem indígena Tagbanua na Ilha de Coron, Filipinas.



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/704672672951158211/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Os estudos que retrataram impactos referentes a esta mensagem-chave estão relacionadas a duas situações distintas. A primeira situação foi referente ao turismo implementado num local, cuja liderança eleita é um grupo que faz parte da grande maioria étnica local, no caso tendo origens indígenas. Neste caso específico, perceberam-se mais desigualdades sociais no local entre os moradores e a minoria que foi excluída do desenvolvimento do programa. A outra situação é referente a centralização do poder e da tomada de decisões nas mãos de um pequeno grupo de maior poder aquisitivo dentro da comunidade. Neste caso, o resultado de restringir a participação dos demais moradores resultou em várias iniciativas informais, não previstas no planejamento do programa, que gerou competição interna.

ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

71. VINCULAR A SALVAGUARDA PATRIMONIAL E A PROTEÇÃO AMBIENTAL DIRETAMENTE AOS BENEFÍCIOS DO TURISMO.

É importante que os habitantes da comunidade tenham consciência de que os benefícios provenientes do turismo estão diretamente ligados à salvaguarda do património e a proteção do meio ambiente. Com isso, a salvaguarda patrimonial e conservação ambiental serão feitas por interesse dos moradores e não por imposição de algum documento.

Vista da área externa do alojamento Posada Amazonas, no Perú.



Fonte: <https://www.adventure-life.com/peru/puerto-maldonado/hotels/posada-amazonas>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos onde os moradores perceberam que a salvaguarda do património cultural e ambiental estavam diretamente ligadas ao benefício do turismo foi relatado o fortalecimento do património rural local e da autoestima dos habitantes, que perceberam que as suas tradições, ambiente comunitário e o seu modo de vida eram de interesse de outras pessoas também. Por outro lado, devido à falta de envolvimento da maior parte dos moradores, outro caso relatou que os habitantes não vincularam os benefícios provenientes do turismo ao património local, o que não serviu de barreira para estimular os habitantes a valorizar, fortalecer e se orgulhar do seu património e identidade.

72. BUSCAR A EQUIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS.

Para além de gerir os benefícios de maneira igualitária, uma distribuição justa deve considerar a equidade da distribuição.

Fotografia na região de Quebrada Grande, Costa Rica.



Fonte: https://www.tripadvisor.com/Tourism-g659859-Quebrada_Grande_Province_of_Guanacaste-Vacations.html acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos estudos de caso analisados não foram descritas medidas e estratégias para buscar a equidade na distribuição dos benefícios.

ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

73. NÃO PRIORIZAR A “CONSERVAÇÃO” DO PATRIMÓNIO EM DETRIMENTO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES.

Tendo um património como sendo processo cultural dinâmico, as políticas de salvaguarda não devem estar voltadas para a conservação do local como foi encontrado, mas sim para contribuir com o fortalecimento e a resiliência do património como elemento que se adapta e reflete a sociedade contemporânea.

Fotografia em Frontera Corozal, México.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Frontera_Corozal,_Chiapas, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foi relatado nenhum caso de estudo que abordou diretamente esta questão. Porém, fazer com que os habitantes não possam intervir no seu património para melhorar a sua qualidade de vida em detrimento a uma política patrimonial estática que visa o conservacionismo pode fazer com que se gere insatisfação entre os moradores locais e ocorra um deterioramento da relação da comunidade com o Governo. Tendo isto em mente, também é válido ressaltar que deve-se evitar intervenções feitas de qualquer maneira e sem coerência para com a paisagem e a identidade do local. Assim, recomenda-se utilizar uma abordagem de busca de soluções ao invés da proibição, num cenário onde o Governo ou os especialistas contribuem para desenvolver ações em que as necessidades locais sejam atendidas sem simplesmente proibir a execução de determinada ação.

74. CRIAÇÃO DE UM FUNDO COMUNITÁRIO.

Nem sempre serão gastos de imediato os lucros provenientes do turismo, podendo estar planeados para o futuro ou ser utilizados para solucionar eventuais problemas. Assim, independente da maneira escolhida para administrar os benefícios, deve-se ter maneiras de depositar estes fundos e utilizar quando for conveniente.

Vilarejo de Kalekoy, na Turquia.



Fonte: <https://travelswithsheila.com/a-medieval-castle-looms-over-the-village-of-simena-kalekoy-turkey.html> acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Apesar de não ter sido mencionado de maneira específica ou com detalhes, os estudos analisados dão a entender que todas as comunidades que engajaram no desenvolvimento de um programa de turismo de base comunitária criaram um fundo de administração conjunta utilizados para financiar intervenções no local e para remunerar os serviços prestados.

ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

75a. DIVISÃO DO LUCRO ENTRE TODOS OS MORADORES DA COMUNIDADE.

Uma das maneiras de administrar os ganhos económicos provenientes do turismo é a distribuição do lucro entre todos os moradores da comunidade.

Paisagem natural de Roznava Okres, na Eslováquia.



Fonte: <https://www.outdooractive.com/en/district/slovakia/kosicky-kraj/okres-roznava/50649827/> acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Foram registadas insatisfações no por parte dos habitantes que trabalhavam com o turismo, no caso estudado onde houve distribuição igualitária dos lucros entre os moradores da comunidade. Segundo entrevistas realizadas em campo, foi constatado questionamentos sobre dividir o lucro resultante do trabalho e esforço de uma minoria com os demais por serem simplesmente membros da comunidade.

75b. DIVISÃO DO LUCRO ENTRE AQUELES ENVOLVIDOS NA ATIVIDADE TURÍSTICA.

Uma das maneiras de administrar os ganhos económicos provenientes do turismo é a distribuição do lucro entre todos os envolvidos na execução do programa de turismo de base comunitária.

Fotografia da costa de Drake Bay, Costa Rica.



Fonte: <https://drakebaybirdwatching.com/destination-list/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos estudos analisados houve casos onde parte dos lucros eram divididos entre os que trabalhavam com o turismo e a outra parte enviado a um fundo comunitário de reserva. Neste caso foi constatada uma dependência do turismo por parte dos habitantes envolvidos, bem com o abandono das atividades tradicionais do território. Em alguns casos também foi relatado o aumento da desigualdade social entre os moradores e a tendência do turismo desenvolver características mais próximas duma atividade particular do que uma iniciativa comunitária. Nas entrevistas realizadas com alguns membros destas comunidades foram expostas insatisfações com a quantidade de renda proveniente do turismo, que não era suficiente para sustentar uma família. Neste caso, pode-se dizer que ao menos parte da culpa pode ser atribuída à falta da gestão de expectativas por parte dos indivíduos que introduziram o turismo no local, bem como realçar o seu papel como atividade complementar.

75c. REINVESTIR O LUCRO NA COMUNIDADE.

Uma das maneiras de administrar os ganhos económicos provenientes do turismo é reinvestir o lucro em empreendimentos que beneficiem a comunidade na totalidade.

Castelo de Cuéllar, na Espanha.



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g1026115-i52164640-Cuellar_Province_of_Segovia_Castile_and_Leon.html, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

A maioria dos casos analisados optou por reinvestir os lucros provenientes no turismo na própria comunidade, em forma da construção de infraestruturas ou serviços necessários aos habitantes. Neste caso, todas as pesquisas relataram reações positivas por parte dos moradores e dos habitantes envolvidos no turismo, incluindo o empoderamento financeiro para transformar o território e o aumento do orgulho e autoestima da população. A maioria das construções era destinado ao uso comunitário, como escolas, centros comunitários, armazéns, habitações, entre outros. Isto fez com que, apesar dos salários e das vantagens de estar envolvido diretamente com o turismo, todos os habitantes da comunidade se beneficiaram de alguma maneira da atividade. Nestes casos, os edifícios eram majoritariamente construídos com serviços e materiais locais, de acordo com os saberes-fazer tradicionais, o que gerou emprego e oportunidade de trabalho.

76. REALIZAR UM RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE CADA UMA DAS ETAPAS DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

A realização de avaliação do andamento dos programas por etapas possibilita que se identifiquem as ações de cada fase que foram bem sucedidas e as que podem ser melhoradas, contribuindo para enriquecer futuras pesquisas e trabalhos de desenvolvimento de turismo de base comunitária.

Paisagem natural de El Alto Palancia, Espanha.



Fonte: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-mountain-bike/navajas-comarca-alto-palancia-castellon-valencia-la-bogavante-route-6482155/photo-3585087>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

O programa de turismo em rede avaliado, que envolvia a participação de mais de uma comunidade, fez o monitoramento em etapas, desde o levantamento da problemática até o planeamento da estratégia de implantação do turismo de base comunitária. Este tipo de avaliação levou a um relatório mais detalhado dos problemas enfrentados durante o processo e contribuiu não somente para solucionar alguns dos empecilhos identificados como deixar um registo de avaliação dos impactos sobre a maneira que o turismo foi conduzida.

77. MONITORAR A QUANTIDADE DE VISITANTES MENSAIS E ANUAIS.

O turismo depende de visitantes para ser uma atividade bem sucedida, reforçando a necessidade de se monitorizar a quantidade de visitantes anuais e mensais para identificar e acompanhar o seu progresso.

Turistas em La Fortuna, Costa Rica.



Fonte: https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g309226-d1232273-i246465379-Lava_Lounge_Bar_Grill-La_Fortuna_de_San_Carlos_Arenal_Volcano_National_P.html, acessado em 03/03/2022.

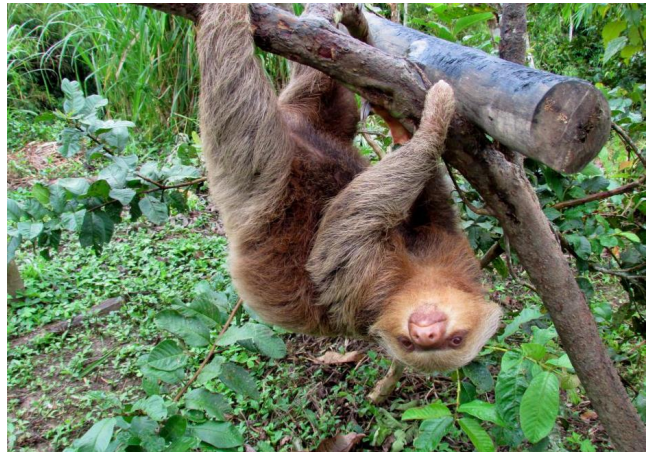
IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não foi feita nenhuma menção específica nos casos analisados sobre monitoramentos periódicos do número de visitantes no local. Porém, em um dos casos o número de visitantes no ano foi utilizado como ponto de partida para mensurar a renda proveniente do turismo e se era suficiente para cobrir os custos operacionais. Noutro caso, a redução no número de visitantes, identificada pelos moradores locais, foi o marco inicial para a deterioração da atividade no território. A informação sobre a quantidade de turistas mensais e anuais também pode ser utilizada como indicador para mensurar se o limite de capacidade estabelecido no início da atividade esta a ser respeitado.

78. MONITORAR AS RELAÇÕES COM OS PARCEIROS EXTERNOS A COMUNIDADE.

As metas e objetivos estabelecidos nas parcerias com instituições ou indivíduos de fora da comunidade devem ser monitoradas. A relação entre os mediadores e eventuais conflitos também devem ser registados ser possível perceber se o andamento dos objetivos e metas em questão foram motivos para eventuais conflitos e o que pode ser melhorado em próximas intervenções similares.

Fauna nativa do Parque Nacional Manu, no Perú.



Fonte: <https://atravellersfootsteps.com/manu-national-park/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Não houve menções específicas sobre se houve ou não uma etapa de monitoramento destinada à avaliação periódica da relação da comunidade com os parceiros externos. Porém, em um dos casos estudados, o grupo de especialistas responsáveis por iniciar o projeto no local afastou-se gradativamente da comunidade, o que levou a uma queda no desempenho das funções que eles desempenhavam, em especial no “marketing” e na divulgação. Quando esta relação entre as partes terminou, o programa de turismo já estava deteriorado e, eventualmente, foi superado pela concorrência. Caso tivesse sido feito um monitoramento do andamento da parceria com este grupo os problemas causados poderiam ter sido antecipados e, possivelmente resolvidos.

79. MONITORAR A PERCENTAGEM DE HABITANTES ENVOLVIDOS NO TURISMO.

A monitorização da percentagem de habitantes envolvidos no turismo de base comunitária pode dar indícios de como a atividade esta a se desenvolver no território, tanto em casos onde os habitantes não se adaptaram o turismo como nos casos em que estão dependentes do mesmo para geração de renda.

Vista aérea das Ilhas Boracay, Filipinas.



Fonte: <https://www.publituris.pt/2018/10/24/filipinas-reabrem-ilha-de-boracay-ao-turismo>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Em quase todos os casos foram feitas monitorizações sobre o número de habitantes envolvidos no programa de turismo de base comunitária. Nos casos estudados, esta avaliação contribuiu para identificar problemas como a centralização do poder sobre a atividade na mão de um grupo de pessoas, início de uma relação de dependência da comunidade com o turismo e também para mensurar o engajamento e participação comunitárias.

80. MONITORAR AS PERCEÇÕES E ATITUDES DOS MORADORES PERANTE OS TURISTAS.

A monitorização das perceções e atitudes dos moradores para com o turismo e os turistas pode contribuir para identificar eventuais constrangimentos que a atividade causa no território, bem como se as regras estabelecidas pela comunidade para os turistas estão a ser seguidas.

Centro de cuidados para idosos da Comunidade Indígena Warmun,



Fonte: <https://www.kimberleyecho.com.au/news/kimberley/warmun-communitys-12-million-aged-care-centre-in-the-kimberley-still-empty-five-years-after-opening-ng-b881399903z>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Foram relatadas pesquisas pontuais sobre as atitudes e perceções dos habitantes locais sobre os turistas nos casos estudados, mas não foi descrito nenhuma forma plano de monitoramento prevista neste âmbito. Nestes casos onde foram realizadas as pesquisas, é possível identificar se a comunidade está satisfeita com o andamento do turismo no seu território, bem como avaliar se algumas metas estabelecidas antes e durante o planeamento estão a ser atingidas.

81. MONITORAR OS IMPACTOS A NÍVEL ECONÓMICO.

É importante realizar a monitoração dos impactos económicos da atividade tais como o lucro gerado, os empregos disponíveis e os investimentos realizados, bem como se houveram conflitos e divergências neste âmbito.

Fotografia de residências em Sagada, Filipinas.



Fonte <http://www.kasiavictor.com/sagada-filipinas/>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos casos analisados foram feitas pesquisas pontuais sobre a geração de emprego e renda extra para os habitantes locais, mas não foi descrito nenhuma plano específico de monitoramento adotado neste âmbito. Pode-se perceber que a percepção dos turistas sobre o sucesso do turismo de base comunitária está, em muitos casos, mais ligada ao benefícios económicos provenientes da atividade do que os benefícios sociais e culturais.

82. MONITORAR A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E O IMPACTO NO MEIO AMBIENTE

Tendo em conta que a natureza geralmente faz parte dos potenciais turísticos locais, é necessário realizar estudos periódicos da conservação ambiental da região, de forma a garantir que a fauna e a flora não estão a ser prejudicadas pela atividade ou adaptar as etapas do plano de ação para mitigar eventuais impactos.

Ponte sobre as árvores no Parque Nacional Kakum, em Gana.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Kakum_National_Park acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Os objetivos de conservar a natureza foram atingidos nos casos estudados onde eram realizadas monitorizações periódicas sobre o meio ambiente local. Nestes estudos eram feitos acompanhamentos não só sobre a flora local, mas também sobre a fauna, que poderia ser afetada pelo aumento do movimento da região. Houve casos também onde este monitoramento foi feito em parceria com o Governo. Nestes casos esta abordagem não só foi bem-sucedida para relatar e controlar os impactos do turismo na região como fortaleceu a relação da comunidade local com o Governo.

83. BUSCAR PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES PARA CONTRIBUIR COM A PESQUISA.

As parcerias com as universidades na monitorização do turismo de base comunitária podem ser benéficas para auxiliar a comunidade com o processo e para registar e tornar disponível para a comunidade científica um estudo de caso em que reflete os impactos da atividade implantada no território.

Comunidade indígena Achuar nos alojamentos Kapawi, no Equador.



Fonte: <http://www.larevista.ec/viajes/viajemos/los-achuares-son-los-que-mandan>, acessado em 03/03/2022.

IMPACTOS RELACIONADOS A MENSAGEM-CHAVE:

Nos estudos analisados não foram relatados casos entre parcerias com universidades para a realização do monitoramento dos impactos do turismo no local. Entretanto, vale ressaltar que tais parcerias podem ser uma opção, pois além de contribuírem para realizar uma pesquisa com mais detalhes, as instituições educacionais podem se beneficiar da parceria e dos resultados obtidos no local.